

**NOTAS PARA O ESTUDO DA
CONJUNTURA EM QUE SE MOVE
O PENSAMENTO GRAMSCIANO:
DO FIM DO SÉCULO À
FUNDAÇÃO DO P.C.D'I**

PRIMEIRA PARTE

**DO GIOLITTISMO À
GUERRA MUNDIAL**

EDMUNDO FERNANDES DIAS

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

textos Didáticos
nº 39 – Outubro de 2004

TEXTOS DIDÁTICOS
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

ISSN: 1676-7055

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Diretor Associado: Profª Drª Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Profª Drª Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação da Revista Idéias:

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção Idéias:

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari

Coordenação das Coleções Seriadas:

Prof. Dr. Lucas Angioni

Coordenação da Coleção Trajetória:

Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Coordenação da Monografia, Cadernos
da Graduação e Cadernos do IFCH:

Profª Drª Suely Kofes

Representantes dos Departamentos:

Profª Drª Suely Kofes – DA, Prof. Dr.

Armando Boito Jr. – DCP, Prof. Dr.

Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro

Paulo A. Funari – DH e Prof. Dr. Marcelo

Ridenti – DS

Representantes dos funcionários do setor:

Marilza A. Silva, Magali Mendes e

Sebastião Rovaris

Representantes discentes: Fábio Scherer

(pós-graduação) e Rafael Rodrigues

Testa (graduação)

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Magali Mendes e Hilda Sigala Pereira.

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcílio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal: 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 3788.1603 - Fax: (019) 3788.1589

morewa@unicamp.br

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

SUMÁRIO

Capítulo I	
A “REVOLUÇÃO INDUSTRIAL” ITALIANA	5
 Capítulo 2	
O MOVIMENTO SINDICAL ANTES DA GUERRA	13
2.1. A classe operária italiana.....	13
2.2. As formas de organização da classe: o movimento operário e o movimento camponês.....	15
2.3. Do início do século à greve geral de 1904	20
2.4. Da greve geral à greve de Parma	25
2.5. Da greve de Parma à Intervenção.....	31
2.6. Algumas observações sobre o movimento sindical	37
 Capítulo 3	
OS CAPITALISTAS SE ORGANIZAM	39
 Capítulo 4	
O MOVIMENTO SOCIALISTA ANTES DA GUERRA	45
4.1. O revisionismo italiano.....	45
4.2. Os reformistas dominam o PS	58
4.3. Contra-ataque dos revolucionários	60
4.4. Os reformistas retomam o comando.....	61
4.5. A <i>sinistra</i> comanda o PSI	67
4.6. A questão cultural no Congresso da Juventude	69
 Capítulo 5	
A NOVA IDEOLOGIA DA DIREITA: O NACIONALISMO	73
 Capítulo 6	
OS CATÓLICOS E SUA INTERVENÇÃO NA POLÍTICA ITALIANA	79

Capítulo 7

A POLÍTICA NACIONAL

7.1. De Pelloux à Zanardelli	87
7.2. O ministério Zanardelli	88
7.3. O ministério Giolitti	91
7.4. O ministério Fortis	93
7.5. O ministério Sonnino	94
7.6. Giolitti volta ao ministério	96
7.7. Volta Sonino	99
7.8. O ministério Luzatti	99
7.9. Novamente Giolitti	100
7.9. O ministério Salandra	106
7.10. O giolittismo	107
Anexo: A questão meridional	111

Capítulo 8

A CRISE DA INTERVENÇÃO	115
------------------------------	-----

Capítulo 9

A GUERRA

9.1. A organização da guerra	137
9.2. Os socialistas	139
9.3. O gabinete Boselli	140
9.4. Ainda os socialistas	140
9.5. A revolução russa e a agitação popular	143
9.6. Os <i>fatti d'agosto</i> (Torino, 1917)	147
9.7. A <i>sinistra</i> socialista	154
9.8. Novamente em Turim	156
9.9. A luta interna do PSI	157

Bibliografia

1. Obras de Antonio GRAMSCI	163
2. Obras sobre GRAMSCI	164
3. Obras sobre a cultura italiana	168
4. Obras sobre o Marxismo	169
5. Obras sobre a sociedade italiana e sobre a história europeia	170

PRIMEIRA PARTE

DO GIOLITTISMO À GUERRA MUNDIAL

Capítulo 1

A “Revolução Industrial” italiana¹

A indústria italiana diferentemente dos outros países capitalistas europeus não cria o capital financeiro, mas, pelo contrário, é sua criatura. A constituição do sistema bancário, principalmente da *Banca Nazionale*, *Banca Generale*, *Credito Mobiliare*, *Banca Commerciale Italiana (Comit)* – esta última fundada pelo capital alemão – é elemento fundamental nesse processo.²

Na realidade é graças ao Estado, governado pela *Sinistra* (liberal) que rompe com o liberalismo e potencializa ao máximo o proteccionismo, que se

¹ Não se trata de fazer aqui, uma análise exaustiva do processo. Queremos apenas salientar alguns elementos importantes para a compreensão do capitalismo tardio italiano. Não consideramos a expressão capitalismo tardio adequada. Contudo estamos usando-a para falar de países que não fizeram a sua revolução industrial anteriormente ao período imperialista.

² Para entender a relação altas-financeiras/indústria/estado ver especialmente: Pietro GRIFONE, *Il Capitalismo Finanziario in Italia. La politica economica del fascismo*; Rodolfo MORANDI, *Storia della grande industria in Italia*; Rosario ROMEO *Breve Storia della grande industria in Italia* e “*Aspetti storici dello sviluppo della grande industria in Italia*”.

pode “fabricar o fabricante”, como diz Gramsci, que a indústria pode aparecer em um país ainda marcado pela sua antiga configuração micro-estatal, pelos particularismos e por uma “estreita mentalidade da camada patronal”³ e pela compressão máxima dos trabalhadores, sua não cidadania, sua inexistência política: elemento fundamental na compreensão do processo.

As lutas dos trabalhadores contra os baixíssimos salários e as longuíssimas jornadas de trabalho são importantes para a caracterização de uma atitude cada vez mais intransigente da burguesia. Diante da reação operária, principalmente após as reduções dos ínfimos salários em 1890-1891 e em 1896-1898, a reação patronal se fará feroz.

“A reação tentada nestes últimos anos pelos operários, que travaram numerosas greves de resistência, em geral sem êxito, enrijece singularmente o comportamento dos industriais. Eles sentem-se chocados por esta limitação, tentada, de sua autoridade e arbítrio, por esta aberta rebelião contra o tradicional regimento paternalista da fábrica, em suma, por uma atitude que consideravam como uma intromissão nos *seus* negócios, na *sua* coisa, exclusivamente sua. Esta ira patronal se manifestava na propagação da *serrata* industrial, arma que agora se brandia ameaçadoramente contra os mais tênues motivos.”⁴

É graças à miséria da população do campo, ao exército industrial de reserva, que os industriais italianos optam e podem manter, salvo no caso de atividades muito especializadas, a política de baixos salários, trabalho doméstico e de uso em massa do trabalho feminino e infantil. Tentam, portanto, impedir o surgimento do sistema de fábrica e do moderno proletariado industrial.

³ Morandi, *op. cit.*, p. 149.

⁴ *Idem*, pp. 152-153. É importante levar em conta a questão da *serrata* – o fechamento da fábrica pelo capitalista, o *lock out* – para poder ajuizar melhor as queixas dos industriais contra as greves operárias. “Quem se ponha a examinar nas publicações oficiais os motivos destas *serrate* não pode deixar de se espantar pelo grande número das *serrate* que eram feitas para *protestar contra as imposições fiscais*. Naturalmente eram os operários que deveriam descontar, com a perda dos salários, esta intimidação de caráter demagógico tentada sobre os cofres públicos.” *idem*, p. 153. Grifos nossos. Ver também os exemplos das páginas 143-154 e 162.

Pouco a pouco, com a ajuda do Estado, as altas finanças começam a implementar o sistema de fábrica no país. O *Comit*, o mais poderoso instrumento financeiro do país, predomina sobre os demais. Representa o avanço alemão, permitido e acelerado, pela retirada do capital financeiro francês. Os outros bancos importantes – a *Banca Nazionale*, a *Banca Generale* e o *Credito Mobiliare*, são também, em grande parte, penetrados pelos interesses alemães.

A *Nazionale*, em 1873, investirá cerca de 16 milhões na *Ansaldo*, cujo proprietário, Bombrini, era ele próprio diretor da *Nazionale*⁵; tornará possível a criação das empresas de Francesco Tosi (caldeireiras) e da *Breda* (locomotivas), lançando-se assim as bases da indústria mecânica. A *Generale*, o *Comit*, a *Società Veneta di Costruzione* e o Estado dão vida aos altos-fornos de Terni:

“a nova empresa surge, sobre a base de uma empresa menor preexistente, por iniciativa da Marinha, preocupada em assegurar à frota nacional um fornecimento autônomo de produtos siderúrgicos, e para este fim o governo pede o concurso dos mais importantes institutos de crédito industrial do país. A 10 de março de 1884 nasciam para isto a *Alti Forni Fonderie* e a *Acciaierie di Terni*, com um capital de 3 milhões, dos quais 2,4 milhões representados pelo patrimônio da velha sociedade *Cassian Bon & C*. Um mês depois o capital subia para 6 milhões, depois para 12 em 1885 e para 16 em 1886. Além disso a sociedade tinha emitido obrigações para uma cifra igual (...). Mas na constituição do capital o concurso do Estado foi decisivo, sob a forma da antecipação (...) por fornecimento de couraças encomendadas pela Marinha (...). Este concurso é realizado e acrescido (...) com sucessivas encomendas. (...) As renovadas inadimplências da sociedade nas entregas criavam uma situação de perigo para a sua existência financeira induzindo o Estado a reiterar facilidades, na forma de posteriores antecipações e também de preços maiores, (...), ligando cada vez mais a administração da Marinha à sociedade.”⁶

⁵ Romeo, “*Aspetti...*”, p. 3. Após a morte de Bombrini a dívida da *Ansaldo* será “perdoada”.

⁶ *Idem*, p. 7. Grifos nossos. O senador Vincenzo Stefano Breda, criador da Terni, falando em 1895, descreve assim o surgimento da empresa: “O grande estabelecimento siderúrgico de Terni não surgiu pela iniciativa privada, não tendo sido particulares, industriais e capitalistas, que idearam a criação deste estabelecimento para

A lei Boselli, de 6-12-1885, foi outra forma de o Estado “fabricar o fabricante”. Por meio desta lei, tratava-se de favorecer a marinha mercante, em crise após 1874. A *Florio* e a *Rubatino*, empresas de navegação comercial, fundem-se em 1881 na *Navigazione Generale Italiana* que será uma das maiores beneficiárias da lei. No substancial, tratava-se de conceder 54 milhões de liras no prazo de 10 anos a serem distribuídas da seguinte maneira: 38 milhões para prêmios de navegação, 8 para isenções tributárias e 6 para compensações por construção. Tratava-se, em tese, de apoiar a construção de uma moderna marinha mercante a vapor. Na realidade, o destino da contribuição estatal acabou beneficiando também a velha marinha a vela. Mais ainda:

“o sistema adotado acaba por criar uma coesíssima rede de interesses entre industriais siderúrgicos, estaleiros navais e linhas de navegação. Com efeito, os prêmios de navegação eram reservados para as linhas geridas com navios construídos nos estaleiros nacionais, e os prêmios de construção aos que utilizassem produtos da siderurgia nacional”⁷

Assim a indústria siderúrgica poderia concorrer com a estrangeira já que o Estado pagava qualquer diferença. O Estado empregou no período 1895-1914 cerca de 187 milhões dos quais apenas 64 vão para a Marinha, 47 para a siderurgia e 76 para os estaleiros.

“As ligações assim favorecidas pela legislação se traduziram em ligações entre indústria, sistema bancário e autoridade política. (...) em alguns anos a *Terni* adquiria o controle dos estaleiros *Oderi*, *Sestri Ponenti* e a *Foce* dos estaleiros *Orlando* de Livorno, enquanto por sua vez a *Terni* (era) controlada pela *Banca Commerciale* que sucedera ao *Credito Mobiliare* e interessada também nas maiores empresas do *trust* siderúrgico”.⁸

fazer negócio. Foi o governo que recorreu algumas pessoas, inicialmente sem frutos, até que encontrou alguns, entre os quais os veteranos de 1848, que (...) acorreram ao apelo pela independência siderúrgica, como se tratasse de continuar a guerra pela independência política do próprio país. E o governo disse a eles: eu vos anteciparei alguns milhões, vos assegurarei o trabalho para prover a amortização dos capitais que empregardes, desde que tenhais a coragem de nos ajudar nesta nobre meta. E a grande siderúrgica de *Terni* se fez.”, *idem*, p. 8.

⁷ *idem*, pp. 8-9.

⁸ *idem*, pp. 9-10.

O outro monstro da siderurgia, a *Ilva*, tem suas origens também na ligação com o Estado e o capital financeiro. Em 1899 surge a *Società Elba* criada pela associação das *Ferrieri Italiane* com um grupo belga. O Estado cria as condições de existência da *Elba* concedendo ao grupo o direito de explorar anualmente 200 mil toneladas de ferro ao preço simbólico de meia lira. Em 1900 a *Comit*, que controla a *Terni*, e a *Carlo Reggio* (depois *Ligure Metallurgica*) fundam a *Società Siderurgica di Savona*. Em 1902 a *Comit* e a *Savona* passam a controlar a *Elba* e com isso reúnem "os interesses financeiros de numerosas sociedades metalúrgicas menores e do grupo de estaleiros Odere-Orlando."⁹ Em 1903 à *Comit* e à *Savona* agrega-se a *Società Alti Forni di Piombino* criando a *Alti Forni e Acciaierie d'Italia (Ilva)*.

A crise mundial (1907) de superprodução atinge a Itália justamente no período ascensional. A crise de 1907-1908 atinge fundamentalmente a siderurgia.¹⁰ A *Elba*, a *Terni* e a *Ilva* são pressionadas não apenas pela crise mas também pelo *dumping* alemão. O sistema bancário estruturalmente integrado à siderurgia tem que socorrer as empresas e com isso aumenta sua dependência em relação à elas.

"A *Comit* e o *Credito* fazem-se, de fato, iniciadores de um consórcio de salvação, em que participam na primeira linha a *Banca d'Italia* e as *Casse di Risparmio*, o qual abre um crédito de 96 milhões ao *trust* siderúrgico e o salva da falência. O *trust* pagava suas dívidas aos bancos que recebem assim novo oxigênio."¹¹

Na realidade tratava-se de um reembolso de débitos já que a maioria do capital siderúrgico era controlado pelos próprios bancos.

Em 1911 a *Ilva* passa a gerir os estabelecimentos dos grupos siderúrgicos (*Ilva*, *Savona*, *Ligure*, *Piombino* e *Ferrieri*).

"Sem chegar a ser uma verdadeira fusão (...) acordam-se para fazer uma gestão única dos seus estabelecimentos, que deveria durar um período de doze anos. (...) Tal agrupamento representava um capital de 130 mi-

⁹ *idem*, p. 12. Cf. Grifone, *op. cit.*, pp. 15-16.

¹⁰ Também é fortemente golpeada a indústria do algodão, que juntamente com a siderurgia são as maiores beneficiárias do protecionismo.

¹¹ Grifone, *op. cit.*, p. 19. Grifos nossos.

lhões de liras, e (...) oito estabelecimentos. (...) Era integrado eficazmente por uma espécie de sindicato comercial que reunia todas as siderúrgicas e metalúrgicas italianas. Este sindicato, assumindo a representação direta e exclusiva das empresas coligadas, consegue obter dos maiores negociantes o compromisso de não comprar, a não ser por seu intermédio, laminados de ferro e de aço, abstendo-se da importação do exterior.”¹²

O processo de fusão conclui-se em 1918.

Também no plano ferroviário o Estado intervém para favorecer a siderurgia. Tendo nacionalizado as ferrovias em 1905, o Estado financia os antigos proprietários pagando 500 milhões pelo ferro velho que recebe. Especialmente privilegiados são os proprietários das ferrovias do sul que receberiam uma indenização anual de 30,5 milhões pelo prazo de 60 anos. No programa de renovação das ferrovias, o Estado gastará

“várias centenas de milhões que se reservam para o lucro das empresas de construção ferroviária e, reflexamente, para a siderurgia. Boa parte do dinheiro necessário para a inversão ferroviária são fornecidos pela *Cassa Depositi e Prestiti*, pela *Cassa di Risparmio di Milano*, pela *Banca d'Italia* e pelos bancos meridionais. *Essas entidades surgidas com finalidades públicas acabam por transformar-se em reserva de caça do binômio altas finanças-indústria pesada.*”¹³

O sistema financeiro atua também na indústria algodoeira, na hidroelétrica, no monopólio açucareiro e no campo em geral. No caso da indústria algodoeira, os bancos estimulam a criação de sociedades anônimas onde antes existiam empresas de tipo familiar. E com isso favorecem a curto e médio prazo a superprodução, além de favorecer a indústria alemã que exporta para a Itália a maquinaria têxtil e elétrica. O mesmo ocorre com a indústria elétrica. E também com o monopólio açucareiro “surgido sob a égide da indústria pesada em 1904 com a finalidade de garantir aos magnatas do ferro o gozo, sem problemas, dos lucros da elevada proteção”¹⁴, que se torna uma grande potência. A indústria pesada e o sistema financeiro atingem o campo. No entanto a penetração será maior com a *Società delle Bonifiche Ferraresi* e os *Fondi Rustici*, que se

¹² Morandi, *op. cit.*, pp. 196-197.

¹³ Grifone, *op. cit.*, p. 16. Grifos nossos.

¹⁴ *idem*, p. 17.

beneficiam das leis de 1902, 1904 e 1906 sobre o beneficiamento das terras. A agricultura se capitaliza no Vale do Pó e se fortalece o *bracciantato*.

Outros elementos descritivos da "revolução" industrial italiana podem ser vistos nas seguintes cifras: o número de operários cresce de 1,3 milhões (1903) para 2,3 (1911); a indústria aumenta seus investimentos em implantação e aparelhagem produtiva, passando de 3,520 milhões (1895) para 11,692 (1911); a produção metalúrgica cresce, passando de 3,1% do total da produção manufatureira (1904) para 5,2% (1914); o mesmo ocorre com a indústria mecânica que nos mesmos anos registra 13,3% e 21,6%, respectivamente; a produção da indústria de energia elétrica passa de 100 milhões de KW (1898) para 2.575 milhões (1914) e o capital empregado passa de 106 milhões (1900) para 504 (1913); os capitais empregados na indústria química passam de 98 milhões (1900) para 272 (1910-1913); a indústria automobilística cresce de 7 para 70 empresas no período 1904-1907 e seu capital passa, no mesmo período, de 8 para 90 milhões; no período que vai de 1901 a 1913 o crescimento da produção industrial é de 87% e no mesmo período o comércio italiano cresce em 118%.¹⁵

Del Carria sintetiza a primeira década deste século:

"Toda a indústria se reforça e se amplia no decênio (salvo o parêntese da crise de 1905-1906, logo superada) tanto que neste período a fábrica moderna prevalece daqui por diante (...) sobre a manufatura, ainda que esta permaneça numerosa. Cessa de modo geral a figura do operário que também é camponês de acordo com as horas ou as estações. e aquele camponês torna-se, pelo urbanismo, exclusivamente operário."¹⁶

E Paris acrescenta:

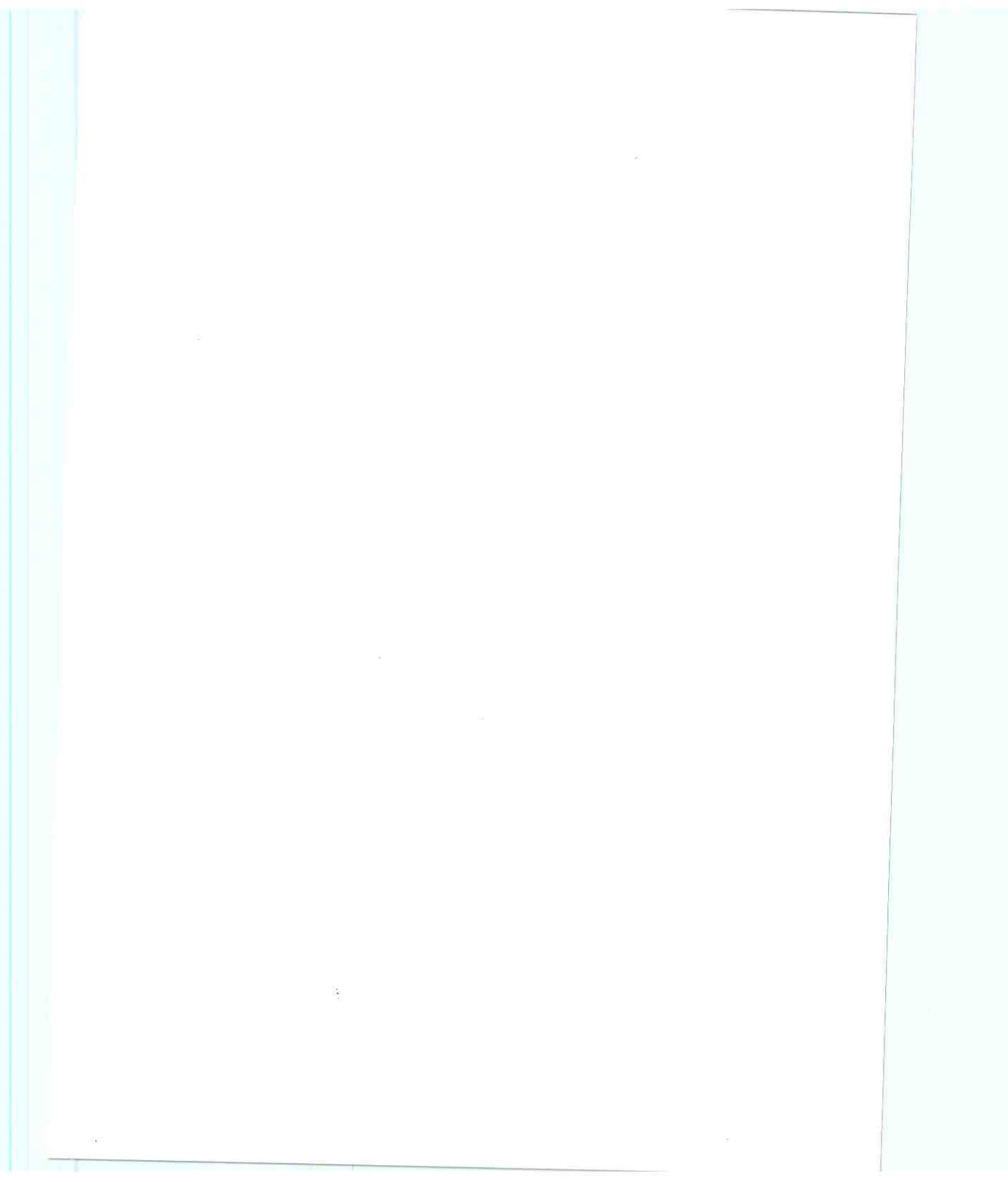
"A produção de instrumentos de produção, que representava 28% da produção industrial em 1895, passou a 47% em 1913. Tinha nascido o grande capital italiano."¹⁷

Nascia assim o capitalismo tardio italiano.

¹⁵ Renzo Del CARRIA, *Proletari senza rivoluzione*, vol. 1, pp. 354 e seguintes.

¹⁶ *idem*, p. 354.

¹⁷ Robert PARIS, *As origens do fascismo*, p. 27.



Capítulo 2

O movimento sindical antes da guerra¹

2.1. A classe operária italiana

As informações estatísticas sobre a classe operária no início do século são problemáticas.² Não apenas pelo fragmentário, mas pela própria definição usada nos censos do que seja fábrica, operário, etc. Podemos, contudo, aceitar provisoriamente as seguintes cifras: encontramos 3 989 816 “trabalhadores industriais” para uma população total maior de 9 anos avaliada, em fevereiro de 1901, em 25 386 507 habitantes (15% do total).

Desse total percebemos que apenas 2 592 687 são operários, serventes, empregados, vigias e chefes técnicos.³ Outra informação importante para a caracterização dessa classe é a sua dispersão por setores industriais:

¹ Não se trata aqui, obviamente, de fazer uma exposição detalhada da luta de classes no período, mas de simplesmente demarcar os elementos conjunturais mais importantes. Para um tratamento mais exaustivo ver: Mario ABRATE, *La lotta sindacale nella industrializzazione in Italia 1906-1926*; Idomeno BARBADORO, *Storia del Sindacalismo Italiano. Dalla Nascita al Fascismo*; Armando BORGHI, *Mezzo secolo di anarchia (1898-1945)*; Alfonso LEONETTI, *Mouvements Ouvriers et Socialistes (Chronologie et Bibliographie): L'Italie (Des Origines à 1922)*; Guido NEPPI MODONA, *Sciopero, potere politico e magistratura (1870/1922)*; Giuliano PROCACCI, *La lotta di classe agli inizi del secolo XX*; Angelo Oliviero OLIVETTI, *Cinque anni di sindacalismo e di lotta proletaria in Italia*; Adolfo PEPE, *Movimento operaio e lotte sindacali (1880-1922)*; Enzo SANTARELLI, *Il socialismo anarchico in Italia*; Pietro SECCHIA, *Capitalismo e classe operaia nel centro laniero d'Italia*; Paolo SPRIANO, *Storia di Torino Operaia e Socialista*.

² Procacci, *op. cit.* e Barbadoro, *op. cit.*

³ Completam o quadro: 1 043 152 artesãos, donos de lojas, patrões ou diretores de estabelecimentos; 315 236 são fiadores e tecelãs independentes a domicílio e 40 741 são agentes comerciais, caixeiros viajantes e funcionários.

Ramo industrial	Nº de operários	Percentual
Vestiário e Toucador	599.707	21,89
Construção civil	552.497	21,31
Têxtil	446.457	17,12
Madeiras	224.339	9,42
Metal-mecânica	236.876	9,13

Fonte: Procacci, *op. cit.*, p. 5.

Vemos então que o ramo moderno metal-mecânico agrupava apenas 9,13% da “população industrial”.

Também importante na caracterização dessa classe é o número de mulheres: são no total 726 944 (27%). No entanto essa informação deve ser pensada em contraponto ao fato de que no setor têxtil – dos mais antigos – elas são cerca de 79% e no vestuário são 47%. Também importante é a participação dos “menores”: são 17% da classe – 26,7% entre as mulheres e 14,5% entre os homens. Mulheres e menores são quase a metade da classe.

É importante saber que no início do século a figura do operário ainda não está fixada. O “operário-campones”, ou seja, aquele que alterna o trabalho na fábrica e no campo é a figura predominante. Largamente difundida, também no início do século, é a figura do “campones-operário”.

“Esta osmose entre indústria e agricultura era particularmente relevante nas zonas em que prevalecia a indústria têxtil (...). O trabalho no campo constituía para muitos têxteis o refúgio nos períodos de desemprego e da estação morta e, ao mesmo tempo, uma espécie de caixa de resistência individual no curso das greves.”⁴

Ora, uma indústria com pouca mecanização, com salários baixíssimos de uma força de trabalho escassamente qualificada, onde o peso do trabalho das mulheres e menores era grande, frequentemente improvisados, só podia ser de terceira ou de quarta categoria.

⁴ Procacci, *op. cit.*, p. 14. “A aspereza e a longa duração de algumas dessas greves têxteis (...) não se explicaria se não se considerasse esta situação particular. (...) O campo, em suma, era em todos os sentidos o reservatório da indústria: (...) no sentido de que tinha condições de reabsorver uma parte notável daquelas forças e energias que a indústria expulsava”. *idem*.

Nessa indústria a classe operária era não apenas não qualificada mas, também, extremamente desigual:

“não existia praticamente nenhum estágio intermediário entre os trabalhadores privados de qualificação e aqueles dotados, pelo contrário, de uma alta qualificação: entre o operário de formação e extração artesã, orgulhoso e ciumento do seu 'ofício', que era às vezes uma herança de gerações, e o operário de extração camponesa, o 'servente', que tinha por si apenas a força dos próprios braços e da própria juventude.”⁵

Isto, obviamente, acabava por criar problemas na formação de uma consciência operária comum, já que os operários artesãos moldados na disciplina rígida do ofício viam com desconfiança o operário de origem camponesa: não acreditavam que este pudesse compreender e se submeter à disciplina necessária às grandes batalhas da luta de classes.

Não estamos exagerando. Mesmo entre os operários mais qualificados não era clara a identidade de categoria. Ele era “de acordo com os casos, um fundidor, um torneiro, um maquinista, um ajustador, um bronzista, um cortador, um latoeiro, um caldeireiro, um forjador e assim por diante”⁶ mas não um metalúrgico. O processo de organização sindical era assim dificultado. As federações de ofício, os sindicatos ao nível nacional, encontravam dificuldades pois as ligas dessas especialidades criavam entraves. Frequentemente greves setoriais, por exemplo, dos torneiros de Turim, recebiam o apoio dos torneiros de Florença, Milão, etc., ao invés dos demais metalúrgicos da própria fábrica, o que levou o movimento a experimentar seguidos revezes.

2.2. As formas de organização da classe: o movimento operário e o movimento camponês

No final do século as *Camere del Lavoro* (CL) surgiram no mundo do trabalho italiano. Moldadas sobre as experiências das *Bourse du Travail* francesas, as CL italianas começaram por serem apenas intermediárias entre patrões e empregados, ou seja, pretendiam fazer o papel de colocação de

⁵ *idem*, p. 15.

⁶ *idem*.

trabalhadores. Definiam-se como apolíticas e freqüentemente recebiam apoio financeiro das municipalidades.⁷

Progressivamente as CL vão ganhando forte personalidade. Elas são na realidade uma micro-representação da classe, não se caracterizando por um caráter sindical, e

“o que fazia com que seus inscritos se sentissem unidos e olhassem a organização como algo unitário, era algo que superava o mero plano reivindicativo-sindical, um interesse menos específico e mais amplo, uma orientação política comum. Nas CL a instância reivindicativo-sindical e a política estavam portanto perfeitamente interligadas.”⁸

Dentro das CL os velhos ofícios mantinham-se como tais. A elas aderiam não os metalúrgicos, mas os torneiros, os ajustadores, etc. Era a representação urbana da classe.

A outra grande instituição operária era a *Federação de Ofício*. Contrariamente à CL, a federação era essencialmente a representação da categoria. Nela, as especialidades desapareciam. Não mais frezadores, ajustadores, mas metalúrgicos. Eram organizações verticais, nacionais, centralizadoras. Quase todas nascidas no século XX. Como não podia deixar de ser as federações mais poderosas eram exatamente as que correspondiam as funções industriais mais qualificadas.

Algo que chama a atenção dos que estudam o movimento operário italiano é a aparente contradição entre as CL, que se proclamavam oficialmente apolíticas e na realidade eram a instância mais abertamente revolucionária, e as federações de ofício que embora se proclamassem abertamente socialistas eram quase sempre corporativistas e reformistas. Procacci salienta que

“em um país, como a Itália, onde a indústria de tipo moderno era ainda escassamente desenvolvida e onde o movimento operário tinha se formado quase que por um processo de modificação e de transformação gradual da democracia rissurgimental, uma orientação de tipo classis-

⁷ O estatuto da CL de Milão, praticamente copiado por todas as outras CL, define a apoliticidade no seu art. 3º e o seu papel de colocador da força de trabalho no seu art. 5º. O texto está em Pepe, *op. cit.*, pp. 39-42.

⁸ Procacci, *op. cit.*, p. 60.

ta – tradeunionista arriscava trazer poucos frutos e isolar os núcleos operários mais avançados e conscientes da massa do 'povo', de cortar com uma solidariedade popular e revolucionária real cujo conteúdo político era o da democracia rissurgimental e cuja margem de manobra era dada pela correspondência bastante relativa das estruturas e da política do Estado unitário às aspirações e aos programas precisamente das correntes da democracia italiana.”⁹

Esta ligação era feita pelas CL que assumiam assim um caráter revolucionário. Já no caso das federações, a declaração de socialismo não pode ser entendida como clara posição política. Para elas essa proclamação não era mais do que uma mera reafirmação da sua natureza classista.

“O seu socialismo, ou melhor, o seu reformismo não era algo que se acrescentava à sua atividade normal e a integrava, mas era a realização pura e simples desta atividade. Mais do que uma concepção politizada da organização e da luta sindical, ela era uma concepção tradeunionística e limitada da luta política.”¹⁰

Essa orientação dominante nas diversas federações vai se acentuando e já a partir de 1907 os choques com o PSI estão criados.

No referente às organizações dos trabalhadores do mundo rural, tudo se torna mais complexo. Não existem apenas operários qualificados ou não, mas *braccianti*, meieiros, foreiros, pequenos proprietários, etc., e cada uma dessas categorias tem problemas específicos e, portanto, existe uma diversidade organizacional.

Tipo característico da agricultura moderna italiana, capitalista, é o *braccianti* que predomina basicamente na Planície do Pó. O que o torna uma figura típica

“não é nem sua proveniência recente ou remota, nem sua aspiração a retornar, mas, pelo contrário é a ruptura que ele operou nos seus confrontos, e a consciência que tem de estar definitivamente lançado fora. Tudo contribui para radicar nele, cada vez mais solidamente, essa consciência: a própria paisagem em que vive, de uma terra que sofre diariamente transformações profundas no seu aspecto físico, o desen-

⁹ *idem*, pp. 61-62.

¹⁰ *idem*, p. 61.

volvimento cada vez maior da mecanização dos trabalhos agrícolas da qual ele é testemunha e vítima: (...) que o processo de transformação da paisagem e das relações sociais que se desenvolve diariamente são fenômenos irreversíveis (...).¹¹

A forma da organização desse assalariado rural é a federação das ligas em um determinado âmbito territorial que quase sempre coincide com os limites das províncias. O rápido desenvolvimento das federações demonstra a capacidade de organização dessa força de trabalho. Assim, no decorrer do ano de 1901 criam-se não apenas várias federações provinciais mas chega-se mesmo, em Bolonha, novembro, a constituir-se uma federação nacional: a *Federterra*.

É ainda Ricossa quem estabelece a seguinte tabela:

Ano	Salários reais
1913	100,0
1914	99,7
1915	93,4
1916	84,9
1917	73,0
1918	64,5
1919	93,1
1920	114,4
1921	127,0

As ligas se declaram desde logo socialistas o que não implica que sua atuação seria necessariamente liderada pelo partido

“mas soava muito mais como o equivalente da afirmação de que não existia outro socialismo para além do da liga. Não era a organização

¹¹ *idem*, pp. 83-84. E acrescenta Procacci: “que o velho equilíbrio do 'cosmos camponês' a que se agarra o meeiro e o pequeno proprietário está definitivamente ultrapassado. Com isso também estão ultrapassadas as leis e os valores morais que o regulavam: a fé na virtude compensadora da providência que faz suceder a um ano mal um outro bom, herdeiro mais humano ao patrão morto, o sentido da família como unidade de afetos e coletivo de trabalho (...). Para o *bracciante* a providência, a medida do tempo assinalada pela resignação e pela esperança não existe mais: para ele o amanhã será como o hoje, um e outro dominados pela lei da oferta e da procura: tanto trabalho, tanto salário.”, *idem*, p. 84.

econômica, a liga, que devia se submeter à política, o círculo, e sim este àquela.”¹²

Na verdade o partido na região dos *braccianti* praticamente se dissolvia nas ligas.

“Em Mantova, (...) as instâncias do partido, os círculos, eram consideradas como (...) a escola de quadros para as ligas e, portanto, órgãos a serem subsidiados, concepção que, no plano organizativo, tinha-se concentrado na subordinação prática do partido à federação.”¹³

Mas ao se passar da Planície do Pó, da planície *padana*, para a Romagna, onde predominavam os meieiros, encontramos uma nova forma organizativa: a fraternidade dos camponeses. Ela é radicalmente distinta da federação das ligas, pois, enquanto nestas “a organização de base (a liga) é o que conta mais, na fraternidade, pelo contrário, o centro motor e de iniciativa é constituído pelo núcleo central, de que as organizações periféricas, as ‘seções’ não são senão uma emanação.”¹⁴ Nas fraternidades o comando vem da cidade. As lutas do início do século nesta região reforçam os velhos socialismos e republicanismo locais. “Esta maior interpenetração entre campo e cidade, entre instância reivindicativa e instância política confere ao movimento no seu conjunto uma maior agressividade certamente, mas também uma maior capacidade de manobra e articulação”.¹⁵ Isto lhe permitirá resistir mais eficazmente às reações patronais.

Em Reggio Emilia predominarão outras formas organizacionais. A variedade de formas de trabalho da terra leva a uma presença simultânea de diversos tipos: meieiros, *braccianti*, pequenos proprietários, etc.

A organização das forças do campo era, portanto, tarefa particularmente difícil. Os organizadores tentaram estabelecer uma plataforma unificada baseada na idéia da impossibilidade do avanço dos trabalhadores sem uma agricultura tecnologicamente avançada:

“A ação das ligas deve realizar-se como um incitamento benéfico e uma pressão assídua sobre a classe dos proprietários para que com o

¹² *idem*, p. 97.

¹³ *idem*, p. 100

¹⁴ *idem*, p. 102.

¹⁵ *idem*, p. 107.

subsídio dos métodos racionais de cultura e de comércio façam crescer a riqueza e a força remunerativa da indústria agrícola (...) (a ação) das ligas coordenada e inspirada pelo citado critério, proceda de modo a evitar crises e não comprometa com atos impacientes e mal medidos a progressiva e segura elevação da classe dos trabalhadores a quem o futuro deve a justiça de sua completa emancipação.”¹⁶

Esse programa foi tornado possível pela adesão dos *braccianti* às CL:

“Aderindo às Câmaras do Trabalho e aceitando sua mediação nas relações com os meeiros, eles participavam de um organismo que estava em condições de fornecer-lhes vantagens concretas e auxílios. A CL de Reggio, diferentemente de todas as outras co-irmãs italianas, não organizava apenas as ligas da cidade e do campo, mas era também o centro coordenador e propulsor daquela densa rede de cooperativas que desde 1889 vinham se formando na região.”¹⁷

Com isso os *braccianti* não apresentavam a intransigência classista da região *padana*. Reggio Emilia tornava-se assim o berço do reformismo cooperativista italiano. Aqui a tradicional diferença entre cidade e campo é superada e as organizações econômica e política dos trabalhadores praticamente se funde.

As ligas, as fraternidades e o sistema CL-Cooperativas foram, em suma, as formas que, aqui e ali, foram seguidas por todo o movimento camponês.

2.3. Do início do século à greve geral de 1904

Após a dura repressão de 1898 quando as 21 CL então existentes, não reconhecidas pela lei, tinham sido dissolvidas, o movimento sindical lentamente se recupera. A queda do gabinete do general Pelloux e seu desautóramento pela Justiça e mais tarde pelas eleições cria um clima novo.

Em 1900, o 3º Congresso das CL, Milão, das 21 CL dissolvidas, 19 renascem. Reconstitui-se, assim, também, a Federação das CL. Surgem federações de ofício. A greve geral de Gênova no final do ano obriga o reconhecimento, pelo governo, do direito de greve. Esta se torna um meio comum da luta operária. O movimento sindical está em ofensiva lutando por aumentos

¹⁶ *La Giustizia*, 12-2-1902, citado por Procacci, *op. cit.*, p. 109.

¹⁷ Procacci, *op. cit.*, p. 109.

salariais e redução da jornada de trabalho. O patronato reage com um crescente número de *serrate* (*lock out*). Além das Federações de ofício surge também a *Federterra*.¹⁸ Desde sua fundação ela se defronta com a dificuldade de organizar uma plataforma comum às diversas categorias de trabalhadores rurais. Os *braccianti* predominam no Congresso de fundação. As questões mais importantes se referiam à forma de organização e a questão da adesão ou não das ligas às CLs. A solução conciliatória a que, afinal, se chega é a de que a organização econômica do proletariado deve ter um claro espírito socialista e que espera-se que as CLs assumam este caráter. Também era aconselhada a adesão às CLs embora fosse deixada grande autonomia às bases na realização dessa adesão. Ainda em 1900 se realiza o 4º Congresso das CLs e é colocada como tarefa a constituição de um órgão nacional dos trabalhadores.

O início de 1902 vê a agitação crescente no movimento dos ferroviários. Pela primeira vez uma categoria espalhada por todo o país ameaça entrar em greve e paralisar a vida nacional. O governo responde com a decretação da ilegalidade da greve e pela ameaça do uso de tropas, falando mesmo na militarização dos grevistas. Os socialistas reagem pelo *Avanti!* e por meio de manifestações públicas. Giolitti, apesar de tudo, confia em que a liderança sindical tentaria resolver a questão por mediação. Ao mesmo tempo os gazistas de Turim entram em greve e o governo emprega os soldados para fazer funcionar as empresas. A greve turinesa se transforma em greve geral urbana e Giolitti envia 9000 soldados. Em Roma, a greve não se generaliza. Comícios são proibidos, jornais seqüestrados, telefones censurados, bloqueiam-se os telegramas e ameaça-se com a prisão dos deputados socialistas. Apesar da militarização dos ferroviários, a greve continua até a reali-

¹⁸ "A Federterra nasce (...), do encontro entre as massas do proletariado agrícola, tornado homogêneo nas suas condições objetivas e subjetivas, e a ideologia socialista, sob o impulso das grandes lutas de resistência e reivindicativas que, no último vintênio do século XIX, tinham agitado amplas zonas do campo italiano, especialmente no Norte, e contribuído também para derrotar as tentativas reacionárias de Crispi e de Pelloux." Idomeno BARBADORO, "*Problemi e caratteristiche storiche del movimento sindacale italiano*", p. 236. Para uma análise da gênese da Federterra: *idem*, pp. 229-236, e do mesmo autor ver: *Storia dal Sindacalismo Italiano. Dalla nascita al Fascismo*, vol. 2, *La Federterra*, pp. 119-186.

zação substancial de seus objetivos. A luta nos campos se acentua. E após os avanços de 1901 o patronato passa a contra-ofensiva. Pela primeira vez surge, segundo Barbadoro, formas *squadriste* de luta.¹⁹

Ainda nesse ano o choque entre os “federalistas”, partidários das federações de ofício, e os “cameralistas”, das CLs, se acentua. Era a tradução sindical do conflito entre reformistas e revolucionários.²⁰ As divergências são, no entanto, contornadas e o 4º Congresso das CLs, onde estão representadas 24 federações – 480 mil aderentes – e 21 CLs – 284 mil aderentes –, decide aceitar a proposta de Angiolo Cabrini, secretário do *Comitato di propaganda per le Camere del Lavoro*, feita a 20 de setembro, de realizar algumas alterações na or-

¹⁹ O deputado Badaloni denuncia a 17 de março na Câmara: “Vimos em meio às populações inscritas nas ligas um grupo de fura greves (*krumiri*) sobre carretas embandeiradas percorrer as ruas da região gritando: abaixo! morte às ligas!, escoltados os carros por guardas dos patrões com fuzis a tiracolo.”, *Atti Parlamentari, Legislatura XXI, sezione II*, vol. 1, p. 219. Citado por Barbadoro, *Storia...*, vol. 2, p. 164. Fala ainda que, após o massacre de Berra Ferrarese, os proprietários agrários tinham trocado cartões nos quais “expressavam o desejo de que novas Berra Ferrarese ocorressem e ensangüentassem os nossos campos.”, *idem*. Grifo nosso.

²⁰ Eis a suma do reformismo: “A organização econômica – como a entendemos e como foi entendida até agora pelo proletariado italiano – máquina de recrutamento e adestramento de todo o proletariado italiano à luta de classes pela conquista de melhores condições de trabalho e de leis que lhes assegurem e estendam os benefícios, é a expressão prática e precisa – do esforço pelas reformas e de tudo o que é definido como tendência reformista. Para a sua realização cotidiana a organização, propaganda, greves, resistência eficaz, supressão do *crumiraggio*, etc. – tem necessidade, acima de tudo, de um ambiente de liberdade política ilimitada, e deve então preocupar-se essencialmente com a existência de um governo amplamente democrático. (...) Enfim, para ampliar as suas conquistas, esta organização econômica tem necessidade de que os poderes públicos e a maioria do Parlamento não a considerem como um instrumento de guerra civil, incompatível com a subsistência da ordem social, constituída assim como um elemento de equilíbrio e de razoável progresso das forças proletárias. (...) Sobre tudo (...) a organização proletária tem necessidade de que não seja de forma alguma proclamada a incompatibilidade de sua ação com as vigentes instituições fundamentais do Estado.”, “*La fine delle tendenze. Il non expedit dei socialisti rivoluzionari*”, *Critica Sociale*, 16-1-1904, citado por Barbadoro, *op. cit.*, vol. 1: *La CGdL*, pp. 145-146. Grifo nosso.

ganização sindical.²¹ Tratava-se de criar um Secretariado Nacional das CLs e da Resistência. De composição paritária o *Segretariato Nazionale della Resistenza* (SNR), tinha como função fundar novas federações de ofício e resolver eventuais conflitos entre as federações e entre estas e as CLs.

O 5º Congresso das CLs – 3º das Resistências, Genova, 1904, vai marcar o predomínio dos reformistas no movimento operário. As CLs são colocadas *sub judice*. Suas funções são drasticamente limitadas, enquanto o poder do SNR é extremamente reforçado.

Diante da contra-ofensiva patronal a *Federterra*, em 1903 passa a ter uma vida praticamente nominal com apenas 4500 aderentes. No ataque patronal

“ao lado das formas típicas da ação sindical (resistência coligada às exigências, *serrate*, introdução de máquinas, novas culturas para reduzir a incidência dos salários, etc.) adotavam-se outras consoante a uma guerra de classes desapiedada, com o intuito de esmagar o adversário, que comportava freqüentemente atrasos produtivos: extensivização das culturas, retorno a meação, parcelamento de trabalhos, etc., para punir os trabalhadores com o desemprego.”²²

O ano de 1904 vai ver a transformação da *Federterra* em simples secretariado puramente coordenador. E vai ver, também, a luta de Arturo Labriola e Enrico Leone, a extrema esquerda do PSI, que influenciados pelos sindicalistas franceses (Sorel, Berth, Lagardelle e outros), atuam no movimento sindical para combater, também aí, (já o faziam no partido, as “de-

²¹ O texto completo está em Pepe, *op. cit.*, pp. 107-109.

²² Barbadoro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 164-165. “Recorria-se sobretudo às operações que uma fonte insuspeita como a *Rivista di diritto commerciale ed industriale* definia como o ‘non plus ultra dell’illecito’: organização permanente do *crumiraggio*, mediante escritórios de colocação expressamente preparados, de que os empregados deviam servir-se sob pena de multas e represálias; protestos de cambiais em bancos depositadas pelos empresários das associações patronais no ato da adesão, em caso de acordo com os sindicatos; ‘listas negras’ dos *avventizi* e rompimento dos contratos dos meeiros inscritos nas ligas; boicote aos negociantes que davam crédito aos grevistas; o poder local usado, quando nas mãos dos agrários, para impor impostos estranguladores às cooperativas e pesadíssimos impostos às famílias dos trabalhadores, etc.”, *idem*, p. 165.

formações" reformistas. A greve geral de 1904²³ é o primeiro teste para a tendência revolucionária. Primeira greve de caráter nacional, ela se inicia como protesto contra os massacres policiais contra os trabalhadores (Cerignola, Bu-guerru). A esses se somam muitos outros. A exasperação no mundo do trabalho é grande. Os protestos se dão em toda a Itália. É, contudo, em Milão que se chega ao clímax. Decide-se, a 11 de setembro, proclamar-se dentro de oito dias a greve geral cujo comando caberia à *Camera del Lavoro*. Claudio Treves, diretor do *Il Tempo*, deputado socialista reformista, opõe-se a greve; a direção do PS, considera a medida impraticável, embora a ache correta.

No meio tempo, ocorre outro massacre (Casteluzzo) o que faz com que imediatamente se declare a greve geral em Milão. Logo a greve se espalha por todo o país, embora Milão seja o centro do movimento. Face à maré operária, as chamadas forças da ordem permanecem nas casernas. As assembleias gerais assistem à luta entre reformistas (Turati, Cabrini, Rigola) e revolucionários (Arturo Labriola, Lazzari). Debate-se o caráter da greve. Os reformistas querem uma greve de três dias, de protesto puro e simples e os revolucionários querem a queda do ministério. O auge é o dia 16: são 30 mil grevistas reunidos em Assembleia, em Milão. No dia 18 começa o refluxo e Cabrini, reformista, apresenta moção de fim de greve, divulgada pelo governo por toda a Itália. Só no dia 19 os burgueses saem à rua para fazer uma manifestação anti-operária. Nos dias que se seguem continua o refluxo, mas a massa continua a punir os *crumiri*, a assaltar as lojas, etc. Duas são as novidades dessa greve. Por um lado, pela primeira vez, ainda que ocasionalmente, intelectuais de esquerda do PS ligam-se à massa dos trabalhadores não organizados. Por outro, a burguesia, com Giolitti, inaugura um novo método de luta: não exasperar as massas, enquanto a pressão revolucionária se encontrar desprovida de direção, por mais radical que se apresente, pois ela tende a esgotar-se sem maiores conseqüências. Isso evita maiores problemas. No entanto quando o choque é localizado e secundário, aí então exercer a repressão a mais feroz. Especialmente quando a chefia dos movimentos não estiver sob controle dos reformistas. Del Carria comenta:

²³ Para uma excelente reconstrução da greve geral de 1904 ver o Cap. V de Procacci, *op. cit.*; Mario Abrate, *La lotta sindacale nella industrializzazione in Italia*; Barbadoro, *op. cit.*; Pepe, *op. cit.*; e del Carria, *Proletari senza rivoluzione*.

“Os burgueses que, atônitos, tinham assistido à grande onda que conturbara a sociedade, recobram-se do susto e invocam um governo forte. Não há de fato erro maior para as massas subalternas do que ameaçar uma revolução sem fazê-la: isto provoca uma reação da classe inimiga e um alinhamento contrário das camadas intermediárias que, oscilantes, nos dias do confronto, são atraídas pela força hegemônica político-militar da classe vencedora.”²⁴

2.4. Da greve geral à greve de Parma

Em 1905, o número de operários italianos é de 2 610 000, cerca de 80 operários para cada mil habitantes.

Nos demais países europeus essa é a distribuição dos operários.²⁵

País	Número de operários	% de operários por habitantes
Inglaterra	1 888 000	45
Alemanha	1 822 000	30
França	836 000	21
Áustria-Hungria	394 000	9
Bélgica	148 000	21
Suécia	105 000	21
Dinamarca	91 000	60
Espanha	57 000	3
Suíça	48 000	18
Holanda	37 000	7
Noruega	16 000	7

Em janeiro reúne-se, sob clima de tensão o 5º Congresso das Resistências, 27 federações e várias outras organizações. Com a aceitação do direito de recorrer à greve geral em caso de massacres, a unidade do movimento está salva.²⁶ Nesse encontro os revolucionários eram majoritários.

²⁴ del Carria, *op. cit.*, p. 387.

²⁵ Cf. Ugo FEDELLI, *Corso di Storia del Movimento Operaio*, p.113.

²⁶ Sobre os massacres ver Leonetti, *op. cit.* e Del Carria, *op. cit.*; o número de baixas operárias no primeiro quinquênio é de 68 mortos e 623 feridos. Particularmente intenso é o ano de 1905 (18 mortos e 200 feridos). Este é o lado “oculto” do transformismo.

Em 1905 a *Federterra* reconstituiu-se como entidade nacional e realiza o seu 2º Congresso reunindo de 918 ligas (77 776 aderentes). Em maio rebenta importante greve no setor têxtil de Turim. Durante as manifestações, a polícia atira contra a massa. A greve geral é imediatamente proclamada. O Chefe de polícia pressiona e os industriais cedem. A greve transforma-se então em greve de protesto contra os massacres e se estende a todo o território nacional. Os capitalistas passam à ofensiva e apenas doze dias após o fim da greve o *Cotonificio Poma* (Turim) viola os acordos. Nova greve e a conseqüente *serrata* patronal além da demissão dos grevistas. Diante do cálculo capitalista da impossibilidade da retomada da greve, os membros da *Associazione Cotonieri* apoiam Poma. Graças à solidariedade operária os grevistas vencem. A agitação criada foi tal que não houve qualquer reação. E não apenas pela força operária: diante da situação econômica ninguém queria arriscar uma paralisação. No entanto, três dias após o fim da greve os capitalistas turineses fundam a *Lega Industriale di Torino*, a *Lega*. Única exceção importante: a *Itala*. A originalidade e a importância da *Lega* prende-se ao fato de que se reuniam, independentemente de setor, os industriais de Turim, com o que se agilizava a resistência patronal aos possíveis movimentos grevistas. A *Lega*, na realidade a contrapartida patronal das CLs. "A tarefa da *Lega*, de pressionar as autoridades para tutelar eficazmente a liberdade de trabalho, de fazer com que os operários de uma fábrica em greve não sejam aceitos em outro lugar, de estudar a adoção dos meios mais drásticos (a *serrata*) para defesa contra as greves."²⁷

A 29 de outubro, em Milão, por proposta da *Federazione Italiana Operai Metallurgici (FIOM)*, realiza-se um Congresso com a finalidade de criar a *Confederazione Generale del Lavoro (CGL)*. Desde fevereiro a FIOM fizera a proposta. Participaram 500 delegados em nome de 250 mil aderentes. De um lado encontravam-se os socialistas reformistas e do outro os sindicalistas revolucionários, anarquistas e republicanos. Os sindicalistas e os anarquistas pedem que as bases referendem as decisões do encontro. Feita a votação, os socialistas conseguem 114 553 votos (68,15%) e os opositores recebem 53 520 votos (31,85%). É o começo do declínio dos sindicalistas revolucionários

²⁷ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 134. Grifos nossos.

que tendem a ressaltar cada vez mais a importância dos sindicatos, afastando-se de qualquer visão ideológico-organizativa de tipo socialista.²⁸

Típico do processo que os sindicalistas revolucionários criticam é a condução rigorosamente corporativa que a FIOM mantém nas negociações com a *Itala*.²⁹ Por essas negociações (27 de outubro) a *Itala* reconhece à FIOM o monopólio da representação operária na fábrica. Representação legítima e absoluta. Além disso pelo Art. 9º, ela se obriga a construir casas populares – sob a forma de uma cooperativa gerida pelos operários – e indenizar os demitidos sem justa causa com 70 jornadas (Art. 18º). Em troca a FIOM se obriga, pelo Art. 10º, a

“que por nenhuma razão haverá qualquer greve, qualquer suspensão de trabalho, parcial ou total, nem qualquer embaraço ao andamento normal da fábrica sob pena de ressarcir os danos materiais e morais daí decorrentes para a Empresa, com a faculdade de esta utilizar-se da caução. Não será, porém, causa de conflito nem de rompimento deste contrato, a abstenção ao trabalho provocada por uma greve geral da classe trabalhadora em Turim.”³⁰

Isto durante o prazo do contrato: 3 anos. Por outro lado a FIOM tinha garantida também o monopólio da colocação dos trabalhadores. Por fim o Art. 19º, reconhece a Comissão Interna e garantia a estabilidade de seus membros. Com isso a FIOM se fortalece muitíssimo em termos sindicais: de imediato, em Turim, o número dos seus aderentes sobe de 4 000 para 8 000. As reações ao acordo não se fazem esperar. Giulio Casalini, deputado socialista reformista, fala abertamente em colaboração de classe³¹, no que aliás con-

²⁸ Para uma crítica da tese do sindicalismo revolucionário como essencialmente economicista ver Alceo RIOSA, “*Il Sindacalismo rivoluzionario in Italia dal 1907 alla 'settimana rossa'*”, pp. 71-72.

²⁹ O texto completo do contrato coletivo Itala-FIOM está em Pepe, *op. cit.*, pp. 238-142.

³⁰ Pepe, *op. cit.*, p. 140. A cláusula da greve geral política mascarava a postura política conservadora da FIOM.

³¹ Diz Casalini: “Isto prova meridianamente como também no terreno econômico pode existir entre operários e capitalistas uma comunhão transitória de interesses, como é possível entrar na competição de interesses especiais dos burgueses para trazer vantagens à causa do proletariado. De resto, o sindicato não é, por sua nature-

corda o jornal giolittiano *La Stampa* que fala na criação de um seguro anti-greve, em uma aristocracia operária conservadora e na suavização da relação trabalho-capital que pode estender-se ao mundo da política.³²

Em 1907, a luta pela jornada de 10 horas, comissão interna, discussão de regimento interno e aumento salarial é travada nas fábricas Savigliano. Seu diretor, o comendador Moreno, recusa-se a negociar: não aceita nenhuma organização e discutiria individualmente com cada operário. Após quatro dias de greve ela se estende a outros operários de outras fábricas da Savigliano. A FIOM não quer a greve geral e propõe o boicote às fábricas em greve. A *Lega* comandando a resistência patronal, procura forçar a greve geral, mas a FIOM não a decreta.

Reunidos em Ferrara, julho, os sindicalistas revolucionários decidem abandonar o PSI. O congresso anarquista deste ano apoia os sindicalistas. Ao final do ano, após duríssimas greves, os sindicalistas decidem constituir, em novembro, o *Comitato Nazionale della Resistenza (CNR)*. Ao CNR aderem 16 CLs com 200 mil aderentes.³³ Os anarquistas também aderem.³⁴ Um pouco antes, reunidos em Florença, outubro, a CGL e o PSI fazem acordo no sentido de que cabe a ela decidir da oportunidade da decretação da greve geral. Acordo baseado em decisão do Congresso de Stuttgart da II Internacional.³⁵ Neste ano os trabalhadores rurais da região de Parma entram em greve pela política do *imponibile di mano d'opera*, isto é, pela obrigação dos proprietários de terra empregarem a força de trabalho rural durante o ano

za, revolucionário, mas pode ser usado como arma de disciplina industrial e de concorrência capitalista.”, *Critica Sociale*, janeiro de 1907, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 144. Grifos nossos.

³² “Un nuovo orizzonte nei rapporti tra capitale e lavoro”, *La Stampa*, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 144.

³³ Os sindicalistas revolucionários tem maior número de aderentes nas regiões agrárias de Parma, Modena, Cesena, Piacenza, Mirandola, Ferrara e Bolonha e nas regiões industriais de Turim, Brescia, Savona, Sestri Ponenti, Sampierdarena, Terni, La Spezia e Piombino.

³⁴ Os anarquistas tem mais aderentes em Ancona, Roma e Massa Carrara.

³⁵ O texto completo deste acordo está em Pepe, *op. cit.*, pp. 133-134. Este acordo será reafirmado no pós-guerra.

todo e não apenas em determinados meses, de contratos coletivos, de luta contra as migrações internas como forma de *crumiraggio*, por questões salariais, pela jornada de trabalho. Greve vitoriosa.

Diante disso os proprietários da região sob o comando da *Associazione Agraria (Agraria)* preparam-se para reagir. A *Agraria* forte por uma filiação numerosa e uma sólida disciplina³⁶ aliada a uma moderna direção decide subjugar os trabalhadores antes do período das colheitas. A provocação patronal começa em fevereiro de 1908. A CL de Parma, comandada por Alceste De Ambris, decide boicotar apenas alguns proprietários, mas como estes querem a luta proclamam a *serrata* em toda a província. A CL não responde à nova provocação, mas a *Agraria* decide a expulsão de todos os colonos. Não há mais como fugir da luta. Os representantes das ligas, em votação secreta³⁷, decidem pela greve. A *Agraria* estava preparada: adquirira m quinas poupadoras da força de trabalho, fundaram uma seguradora patronal contra a greve e armara todos os seus membros, com o devido porte legal de arma. A greve deixa de ser um fato local para tornar-se uma questão nacional. Por um lado

“os agrários parmenses se tornaram a vanguarda consciente da conservação social em relação aos demais agrários da alta Itália do mesmo modo que a CL de Parma, centro do sindicalismo revolucionário italiano, se torna a vanguarda consciente de todo o proletariado.”³⁸

Os proprietários de toda a Itália apoiarão os de Parma, o governo fará o mesmo enquanto os reformistas abandonarão os *braccianti* parmenses à sua própria sorte.

Diante da maré grevista, 12 mil nos primeiros dias, os agrários tentam retirar o gado para regiões próximas sob escolta de milícias privadas. Os trabalhadores impedem. O exército é colocado a serviço dos agrários. A greve se estende: no final da primeira semana temos 20 mil grevistas, número que sobe, no início de maio, a 30 mil. Os reformistas boicotam qualquer

³⁶ Lino Carrara, o dirigente máximo patronal, fizera com que os demais filiados lhe entregassem uma letra de câmbio no valor de uma colheita anual para que, caso houvesse qualquer vacilação, o “traidor” fosse punido com a imediata execução da letra.

³⁷ 247 a favor, 6 pela arbitragem e 4 abstenções.

³⁸ Del Carria, *op. cit.*, p. 410.

ajuda mas a solidariedade operária faz com que os filhos dos trabalhadores rurais sejam hospedados em muitas cidades.³⁹

A *Agraria* força o *crumiraggio* com o apoio das forças policiais-militares. A 19 de maio a CL de Parma declara greve geral na cidade. No dia seguinte as tropas depois de imensa batalha, ocupam a CL e prendem alguns líderes. De Ambris e Masotti líderes da CL emigram. Ainda assim se decide pela continuação da luta até a liberação da CL. Os reformistas praticam novas traições: um deles, o deputado Albertelli denuncia à polícia, pelo seu jornal, a ação de Filippo Corridoni e a CGL impede a solidariedade operária.⁴⁰ A greve termina oficialmente no dia 25, mas no campo, a luta continua. Del Carria salienta:

“Muito ainda podia ser feito, porque nenhuma defecção da greve agrária tinha se registrado e era ainda notável a vontade de luta das massas. Foi neste ponto que ainda uma vez os para ajudar a *Agraria* pensaram os reformistas, os quais reuniram em Parma toda a direção do Partido, da Confederação do Trabalho, da Federterra, além do grupo Parlamentar, e decidiram *suspender o subsídio aos grevistas* e nomear uma comissão de inquérito.”⁴¹

³⁹ Entre outras: Lodi, Sampierdarena, Florença, Castelbolognese, Cesena, Rimini, Forlìmpoli, Sant'Arcangelo, Mantua, Viareggio, Suzzara, Milão, Genova, Bolonha, etc.

⁴⁰ Bolonha faz greve geral nos dias 22 e 23; em Genova a greve é parcial e apenas no dia 23; greve em La Spezia no dia 23. “Os trabalhadores devem persuadir-se que só serão senhores do seu destino quando tiverem alcançado a necessária maturidade. Esta não se acelera com tumultos mais ou menos freqüentes, que destróem as conquistas da organização, estimulam as atividades reacionárias e lançam, depois do esforço excepcional, os próprios trabalhadores em um estado de prostração.” “*Gli scioperi agitatti di Parma*”, *La Confederazione Generale del Lavoro*, 27-6-1908, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 205.

⁴¹ Del Carria, *op. cit.*, p. 417. “As conseqüências da 'derrota' de Parma foram dramáticas: os quadros dirigentes em grande parte obrigados a fugir ou presos, enquanto a organização sindical sofre uma queda no número de inscritos, tanto que dos 28 719 sócios baixa para 7 034 no ano seguinte (...). (...) em 1909 nenhuma greve movimenta a província e ainda em 1910 se assistirá apenas a uma greve com 400 participantes.”, Riosa, *op. cit.*, p. 162.

2.5. Da greve de Parma à Intervenção

O 2º Congresso da CGL, Modena, setembro de 1908, ratifica o acordo de Florença do ano anterior. Os trabalhadores rurais republicanos decidem aderir à CGL. E a tendência de fortalecimento das federações nacionais de ofício, ligadas à CGL e de tendência verticalista-corporativa em detrimento das CL de tipo horizontal-revolucionária é um fato consumado.⁴²

Ano	Sócios	%	CL	%	Sind.	%	Ind.
	Federações						
1908	262 006	189 957	34,3	144 336	55,1	27 713	10,5
1909	307 925	1 106 525	34,6	199 599	64,8	1 818	0,6
1910	356 420	1 162 078	45,5	194 012	54,4	330	0,1
1911	383 770	1 251 713	65,8	120 185	31,3	1 876	3,3
1912	309 871	1 244 195	78,8	53 231	17,1	2 445	4,0
1913	327 302	1 243 217	74,3	83 217	25,4	868	0,3
1914	320 858	1 245 892	76,7	74 290	23,1	586	0,2
1915	233 963	1 184 034	78,6	49 516	21,2	323	0,2
1917	237 560	1 181 913	76,6	48 766	20,5	6 881	2,9
1918	249 029	1 189 447	76,1	59 010	23,7	552	2,2
1919	1 159 062	1 892 860	76,9	266 657	23,0	225	0,01
1920	2 320 163	1 888 632	81,0	438 511	19,0		

Já em 1909 se dá a realização, em Bolonha, abril, do Congresso das resistências sindicalistas, onde, após receber a adesão do *Sindacato Ferrovi-eri*, debatem a entrada em massa na CGL. O sindicalismo *bianco*, ligado à Igreja, fortalece-se pela criação do Secretariado Geral das Uniões Profissionais (SGUP). Na Itália a proporção dos sindicalizados sobre o total da força de trabalho é de 11%.⁴³

⁴² Fedelli, *op. cit.*, pp. 127-128. Não apresentamos os números de 1916 por estarem obviamente errados na fonte: o todo era maior do que a soma das partes. Não altera contudo a tendência indicada.

⁴³ Na Inglaterra são 23% e na Suécia 42,21%.

A força de trabalho italiana, em 1910, agrupa-se em torno de três centrais. A mais forte é a CGL, com mais de 300 mil aderentes. Segue-se o SGUP com 104 614 aderentes⁴⁴ e finalmente a Ação Direta, sindicalista-revolucionária, com 150 mil aderentes.

Após a vitória operária na luta pela redução da jornada de trabalho, por indenizações, aviso prévio e outras medidas trabalhistas, travadas na indústria automobilística turinesa a luta se estende também às fundições e às fábricas de carrocerias para carros. A FIOM decide-se pela greve em apenas uma fábrica. Olivetti secretário da *Lega* convence os industriais do setor a proclamar a *serrata* que vai de 26 de setembro a 9 de outubro. Reabertas as fábricas a FIOM insiste em fazer greve em outra fábrica. Como era impossível uma nova *serrata*, Olivetti faz com que o trabalho das fábricas em greve seja feito por outras. Ele quer que o movimento grevista se estenda. a FIOM não o quer. Chega-se a um acordo com a redução da jornada para 57 horas semanais.

O ano de 1911 assiste um reforço numérico do movimento sindical. O 3º Congresso da CGL registra 383 700 aderentes. No lado patronal constitui-se a *Confederazione Nazionale dell'Agricoltura* que acaba por ser puramente nominal sem vida orgânica. O sábado inglês é objetivo das lutas em Turim sendo conquistado pelos operários da Aquila (junho), Itala (agosto), operários das fábricas de carroceria (outubro) após derrotar uma *serrata* de dez dias, e logo depois pelos operários da Fiat-Brevetti.

Os capitalistas reagem reforçando-se: criavam em novembro o *Consorzio delle fabbriche d'automobile (CFA)* que reúne as sete principais empresas, com cerca de 6500 operários.

“O Consórcio é uma outra etapa do sindicalismo patronal, que se inspira em uma rígida disciplina, típica das associações agrárias emilianas. Daquele modelo descende de fato não apenas a cláusula da obediência da minoria à maioria, mas o depósito de cambiais em bancos dos vários sócios, como garantia do respeito absoluto às deliberações tomadas.”⁴⁵

⁴⁴ dos quais 67 446 na indústria e 37 144 na agricultura.

⁴⁵ Spriano, *op. cit.*, p. 211.

Ao final do ano, dezembro, a FIOM e o CFA fazem um acordo. Os industriais querem: acabar com a tolerância no horário, a supressão de toda e qualquer representação operária na fábrica, a possibilidade de demitir sem aviso prévio (pagando um dia por ano trabalhado) e que os operários depusessem uma caução equivalente a seis dias de trabalho. Oferecem em troca a generalização do sábado inglês e jornada de 55,30 horas em todas as fábricas do consórcio. Do ponto de vista patronal tratava-se de retirar muitas das conquistas operárias.

Com o acordo 2000 operários não sindicalizados fundam, em janeiro de 1912, o *Sindacato autonomo degli operai automobilisti*. A *Lega* sai fortalecida. Também se fortalecem os círculos católicos, que tentam fazer da sua recém criada *Lega del Lavoro* um personagem forte do movimento turines, bem como os sindicalistas-revolucionários. Os dissidentes proclamam a greve a 17 de janeiro e os aderentes à FIOM tentam o *crumirragio*, que fracassa. Os sindicalistas-revolucionários reforçam a luta atacando a FIOM.⁴⁶ Nova tentativa de *crumirragio* pela FIOM, novo fracasso.

Os capitalistas, achando que chegara a hora H, proclamam a *serrata*. Fracassam as tentativas de acordo entre a FIOM e o Sindicato. A 10 de mar-

⁴⁶ A posição da CGL era bastante clara: os "senhores desorganizados" promoveram a recusa de uma convenção que era boa e que de "qualquer modo representava tudo o que se podia obter", com o que concordava Olivetti. Segundo os dirigentes da FIOM "não era o caso de enfrentar os riscos de uma nova batalha, para obter mais, que tinha uma probabilidade de nove em dez de acabar com um novo insucesso" e lembra "que os patrões não estavam totalmente errados em querer introduzir um novo regulamento", citando como exemplo o fato de que "os operários metalúrgicos se permitiam o luxo de abusar um pouco demasiadamente de uma certa tolerância que lhes concedia os regulamentos de algumas fábricas graças aos quais os operários podiam gozar mais dez minutos depois do sinal para a entrada." E concluía afirmando que o problema era que o "conflito entre patrões e operários se transforma em conflito entre organizados e desorganizados. Estes últimos subitamente recebem os cuidados mais afetuosos da canalha católica e da politicagem dos que pescam emguas turvas." in *La Confederazione del Lavoro. Monitore Ufficiale della CGL*, a. VI, 1912, n° 248, pp. 11 e ss., citado por Abrate, op. cit., p. 114. As duas referências da citação dizem respeito à *Lega del Lavoro* e à *Unione monarchica liberale*. Olivetti tem a mesma opinião sobre as duas entidades.

ço os capitalistas reabrem as fábricas e se propõem a contratar operários sob condições draconianas: contrato individual; jornada de 60 horas; não reconhecimento da organização operária; abolição das comissões internas; obrigação dos operários em caso de pensarem em greve, de apresentar memorial por escrito por uma comissão de 3 operários designada para tal fim e esperarem a resposta da empresa em um prazo de oito dias ou em não procedendo assim verem uma caução semanal sobre o salário ser descontada. Apesar disso tudo as forças operárias não podem lutar mais e a greve começa a refluir.

A lição foi aprendida. A FIOM, agora sob o comando de Bruno Buozzi, começa a luta pela sua recuperação, pela preparação das lutas futuras. A situação industrial é documentada para comprovar a possibilidade de aumentos salariais. Ao mesmo tempo a FIOM prepara, através de longa consulta às bases, um memorial de reivindicações.

“O memorial da FIOM contem um programa mínimo ambicioso (...): redução da jornada semanal de trabalho de 60 para 54 horas, um aumento equivalente de pagamento e a revisão das tarefas. Assim o sábado inglês se torna uma bandeira (...). A disciplina das 'horas extras', dos salários coletivos e individuais, o reconhecimento das Comissões internas, a plena legitimidade da FIOM a representar os operários nas campanhas da categoria são as outras questões em que o valor de princípio é preeminente, enquanto responde às mais sentidas exigências práticas: a modificação das tarefas, a elaboração de um regulamento interno não vexatório, a tolerância de cinco minutos na entrada.”⁴⁷

O memorial é votado e aprovado pelas bases e a partir destas surge o *Comitato di agitazione* com representação igual de 3 operários da Itala, Spa, Frejus, Fiat-Brevetti, Fiat-Ansaldo, Lancia, Scat e Rapide. O movimento é unitário. Apresentado em março, é liminarmente rejeitado. A greve começa a 19 de março. Total e longa. No início de maio os capitalistas criam o *Consorzio Meccanico e Metallurgico (CMM)*, “prevendo a possibilidade de eventuais concessões da indústria automobilística viessem a estender-se ao resto

⁴⁷ Spriano, *op. cit.*, pp. 226-227. Para um maior detalhamento da posição dos industriais, ver Abrate, *op. cit.*, pp. 96-100.

da indústria mecânica e metalúrgica, foram naturalmente induzidos a reforçar suas ligações e a pactar uma linha comum de ação com o *Consorzio delle fabbriche d'automobile*.⁴⁸ A partir deste acordo surge a possibilidade de uma *serrata*, no dia 26, de toda a indústria metal-mecânica. Surpreendentemente o governo faz saber pelo *La Stampa* que é contra a *serrata*. Graças a ajuda da sua co-irmã alemã a FIOM pode resistir mais facilmente. Olivetti considera que a FIOM⁴⁹ e o governo⁵⁰ eram os grandes responsáveis pela continuidade da greve. A 24 de maio o Chefe de polícia declara a imprensa que se os industriais proclamassem a *serrata* o governo não poderá dar proteção policial às fábricas. Os industriais protestam e a 17, no *Tribuna* de Roma, por inspiração giolittiana, em um comentário oficioso ataca-se pessoalmente a Craponne que apesar de “forasteiro” e hóspede na Itália “promove agitações no nosso país”.⁵¹ Diante disso Craponne se demite da *Lega* e a *serrata*

⁴⁸ *idem*, p. 98.

⁴⁹ *idem*, p. 98. “(...) a maior responsabilidade do conflito devia ser imputada à Fiom, que forte pelos 100 000 marcos vindos de Stuttgart como contribuição da federação metalúrgica alemã, de onde Buozzi dizia tranquilamente poder alimentar a greve por meses (...)”, *idem*, p. 101.

⁵⁰ Olivetti lembra que em Milão diante da greve promovida pelos sindicalistas revolucionários o governo fizera prender Bacchi e Corridoni, enquanto que em Turim jogava na neutralidade. Esta posição do governo, de recusa de proteger as fábricas, “contra a violência operária” mais do que de impotência era uma tomada de posição pró-operária: “Não se lamente um belo dia o governo e não se aflija a sociedade, se esta indústria por ele tão maltratada, ressentir-se deste sistema de dois pesos e de duas medidas (...). Não creia porém o governo que, porque hoje os industriais tiveram que inclinar-se à sua imposição, que eles não se recordarão indelevelmente da afronta sofrida.”, “*Tutti contro gli industriali?*”, *Bolletino della Lega Industriale (BLI)*, a. VII, 1913, n° 6, pp. 96 e ss., citado por Abrate, *op. cit.*, p. 101. O próprio Abrate comenta: “Olivetti andava assim formulando e articulando dentro de si um verdadeiro e real ato de acusação contra a democracia, giolittiana ou de qualquer espécie.”, *idem*.

⁵¹ Abrate, *op. cit.*, pp. 115-116 transcreve o comentário da *Tribuna*: “O nosso primeiro pensamento é que as Associações industriais italianas não se deixarão comover pelo apelo do senhor Craponne e com o costumeiro bom senso patricio se cuidarão de deixar-se encorajar pelos métodos excessivos. De fato, no estado em que estão as coisas, uma *serrata* do gênero que o senhor Craponne conseguiu persuadir os industriais metalúrgicos turineses não nos parece de modo algum justificada. (...) Por ou-

não se realiza. A greve prossegue. A 3 de junho os operários fazem um referendo e 90% dos grevistas proclamam a continuação da luta. Os industriais decidem-se a negociar e após 80 dias de greve se chega a uma meia vitória operária: os horários são reduzidos, mas não muito; os aumentos salariais são precários; a tolerância no atraso é reconquistada, ainda que se limite o número de vezes semanais que pode ser utilizada. Mas do lado político a vitória é real: a FIOM é reconhecida, assim como se reconhece a representação operária na fábrica e o contrato coletivo. A FIOM se fortalece.⁵²

Ainda em 1912 os anarquistas e os sindicalistas-revolucionários fundam a *Unione Sindacale Italiana* (USI) em aberta oposição à CGL.⁵³ São 100 mil aderentes. O *Sindacato Ferrovieri* volta a ser autônomo.

O II Congresso da USI, Milão, dezembro de 1913, registra a adesão de 1003 sindicatos e 101 729 aderentes.⁵⁴ Nesse congresso Armando Borghi faz aprovar moção sobre a greve geral.

Em maio de 1914 realiza-se o IV Congresso da CGL. A unidade sindical é o principal problema. Após a *settimana rossa* a USI se divide diante

tro lado sem usar de um chovinismo ultrapassado, devemos deplorar que o maior incitador e conselheiro deste achado seja um forasteiro. A Itália está aberta à iniciativa capitalista de cidadãos de qualquer nação. Mas estes, vindos ao nosso País, para implantar indústrias, devem preocupar-se muito ao promover agitações, cujo efeito pode estender-se para além da questão específica em causa e tornar-se também política. (...) O senhor Craponne, por causa da greve automobilística, (...) parece querer por toda a indústria italiana em confusão. Mas esta tem muitos outros problemas com que preocupar-se do que seguir este *leader* forasteiro nas suas intemperanças e exageros." Grifos nossos.

⁵² Para um maior detalhamento da posição dos industriais ver Abrate, *op. cit.*, pp. 87-88. O texto do acordo foi publicado no BIL, a. VII, 1913, n° 6, p. 96 e citado por Abrate, *op. cit.*, pp. 117-118. Sobre o reconhecimento formal da FIOM ver o Art. 8° que trata da denúncia do acordo: "as negociações depois da denúncia deverão ser conduzidos pelos industriais com a Fiom" e o art. 10°: "As questões que possam surgir na interpretação do presente acordo serão resolvidos entre a Fiom e a *Confederazione del Lavoro* por um lado e os representantes das fábricas de automóvel pelo outro." Grifo nosso.

⁵³ O estatuto da USI está em Pepe, *op. cit.*, pp. 188-189.

⁵⁴ Os efetivos da USI encontram-se, principalmente, em Parma (20053), Milão (17367), Bolonha (10306), Modena (9640) e Carrara (8400).

das posições frente à guerra mundial. Os anarquistas, com Borghi, aprovam moção convidando o proletariado a "tirar proveito do inevitável enfraquecimento das forças do Estado e da crise geral resultante da guerra para se envolver em uma ação comum que leve em consideração a aniquilação dos Estados burgueses e monárquicos."⁵⁵ Do outro lado Filippo Corridoni, Cesare Rossi, Michele Bianchi, Alceste e Amilcare De Ambris, Edmondo Rossoni, todos intervencionistas, cindem e fundam a *Unione Italiana de Lavoro* (UIL). Aderirão, quase todos, mais tarde, ao fascismo.

2.6. Algumas observações sobre o movimento sindical.

Observando-se as informações estatísticas sobre as greves nos quinze primeiros anos do século podemos observar que a correlação entre greve e instabilidade política do regime é negativa:

ano	grevistas
1901	195 500
1902	197 000
1904	100 000
1905	264 000
1907	321 000
1914	173 000

Observe-se que exatamente nos anos de maior estabilidade do regime (1901, 1902, 1906 e 1907) são os anos que apresentam maior quantidade de grevistas enquanto os anos de 1904 (primeira greve geral nacional) e 1914 (*settimana rossa*), de grande exasperação política tem os menores números de grevistas. "Isto não pretende, em uma cisão jacobina, diminuir a importância das greves econômicas no quadro tático da luta revolucionária, mas tende pelo contrário a mostrar como essa luta revolucionária não tinha caráter permanente e contínuo (...) e assumia mais a fisionomia de uma rebelião do que de revolução."⁵⁶

⁵⁵ citado por Paris, *As Origens do Fascismo*, p. 51.

⁵⁶ Del Carria, *op. cit.*, pp. 362-362.

Por outro lado pode-se afirmar existir uma correlação positiva entre estabilidade política do regime e emigração. Assim enquanto a média da última década do século passado é de 300 mil emigrantes por ano, a taxa relativa aos cinco primeiros anos deste século é superior a 500 mil e tende a crescer depois da derrota operária de 1904.

Vejamos os números:

Ano	emigrantes
1905	726 331
1906	788 000
1907	705 000

Estas cifras indicam “como o equilíbrio social da burguesia de Giolitti e do reformismo de Turati fosse obtido pelo aniquilamento da força de trabalho das massas subalternas, em particular das meridionais.”⁵⁷

Importante também é a especificidade do movimento sindical agrário. Por um lado a massa rural encontra-se mais destacada do que a urbana em relação ao mundo burguês, sofrendo assim uma influência menor tanto no que se refere ao modo de produção quanto o modo de vida; apesar disso, ela sofre a influência ideológica burguesa através da ação dos intelectuais que fazem o chamado bloco agrário funcionar. Por outro lado, dados os limites do capitalismo italiano, é impossível incorporar os excedentes rurais às atividades industriais.⁵⁸ Assim

“a onda de desemprego crescente nos campos e nas vilas, concomitantemente com a consentida ‘liberdade’ sindical colore as ligas agrárias de uma carga revolucionária totalmente oposta aos sindicatos de trabalhadores urbanos e faz do fenômeno sindical socialista nos campos um fenômeno real de renovação social e política, tipicamente italiana.”⁵⁹

⁵⁷ *idem*, p. 363.

⁵⁸ Ver a importante introdução de Renato Zanghieri à *Lotte agraria in Italia*.

⁵⁹ Del Carria, *op. cit.*, p. 365.

Capítulo 3

Os capitalistas se organizam

O sindicalismo patronal italiano caminha muito lentamente. Acostumados ao “sagrado egoísmo”, à posse da fábrica, os capitalistas vêm no sindicalismo patronal uma limitação à sua liberdade.

As primeiras associações patronais visam basicamente a defesa de seus interesses no quadro da política econômica do Estado, isto é, visam principalmente o protecionismo.

A mais antiga de todas é a *Società Promotrice dell'industria nazionale*, formada em Turim, no ano de 1869, tinha funções, inicialmente, de pensar a prática dos industriais. Já em 1869 ela

“se ocupava de um projeto para a *Scuola superiore di commercio* e estudava a constituição de uma instituição para o crédito industrial, realizado depois com a *Banca Subalpina*. Na sede da *Promotrice* nasciam em 1872 a *Associazione dei produttori di vini italiani*, em 1876 a *Associazione cotonieri*, em 1889 a *Associazione serica*; a Sociedade participava ao mesmo tempo da exposição universal de Paris, na constituição do *R. Museo Industriale Italiano* e, (...), no *Consiglio superiore dell' industria*. Enquanto se preparava para a exposição de 1884 a *Promotrice* cooperava na constituição da '*Società per l'estrazione del minerio di ferro dell'isola Elba*', se ocupava dos transportes e túneis ferroviários, lançava concursos para novos processos de fabricação, preparava invenções.”¹

A política industrial da *Promotrice* variava setorialmente pois ao apresentar memoriais, projetos de leis, etc., ia do livre cambismo ao protecionismo. No caso da exportação de seda, se colocava na primeira alternativa, e no caso das construções ferroviárias e navais, na segunda. Por volta de

¹ *idem*, p. 37.

1896 toma posição intransigentemente protecionista quando se discutia a renovação dos tratados comerciais.² No entanto pouco a pouco sua ação foi se rarefazendo.

Em Roma, com a finalidade de defesa do protecionismo surge em 1887 a *Associazione degli industriali lanieri* e em Milão, 1894, a *Associazione degli industriali cotonieri*. Ainda em Milão, em 1898, se constitui o *Consorzio fra industriali meccanici e metallurgici* (CIMM) que passa de uma finalidade restrita – prover o seguro doença dos operários – a uma luta mais ampla na defesa dos interesses patronais contra os do trabalho. No entanto só em 1909 irá assumir claramente uma função sindical. Em 1901 constitui-se o *Consorzio industriale ligure* (CIL), em Genova, para lutar contra as forças do trabalho. O CIL tinha o comando da luta sindical patronal em caso de greve geral ou de *serrata* geral, e apoiava “economicamente os que exerciam a liberdade de trabalho em oposição às diretivas dos sindicatos dos trabalhadores”.³ Em 1905 o CIL consegue a unificação dos regulamentos das fábricas. Por sua vez a *Federazione fra gli industriali di Monza*, 1902, traz como novidade, no panorama italiano, a constituição de uma associação patronal com bate territorial, inter-setorial, propondo-se claramente a função sindical.

Mas é com a *Lega industriale di Torino (Lega)* que se terá uma organização fortemente combativa em defesa dos interesses patronais. Sua origem está ligada aos interesses mais tradicionais da indústria turinesa: a têxtil-algodoeira. Logo após a greve de 1904 forma-se um *Comitato per gli interessi di porta Suas e di borro S. Dotando* cuja direção será entregue a uma dupla que se tornará famosa no sindicalismo patronal: Presidente – Luigi Bonnefon-Craponne, já presidente da *Associazione serica e bacologica del Piemonte*, e Secretário Geral – Gino Olivetti “*l'anima danata*” da *Lega*, como quer Abrate, e seguramente o grande intelectual orgânico em sentido gramsciano dos industriais italianos.

² “Em suma, uma entidade dúctil, de declarada fé patriótica, e mesmo ultramonárquica, pronta a apoiar o governo ou a combatê-lo, sempre em nome dos interesses superiores da indústria e do país.”, *idem*, p. 38.

³ Abrate, *op. cit.*, pp. 36-37.

A *Lega* nascia a 19 de julho de 1906 para “tutelar e defender os interesses coletivos dos sócios e da indústria; propugnar eficazmente o respeito e a defesa da liberdade de trabalho; favorecer o bom entendimento com os operários.”⁴ Já em outubro, a *Lega* faz acordos, por meio dos seus grupos de industriais mecânicos, automobilísticos e fundições com o *Consorzio Meccanici e Metallurgici di Milano* (CMMM), com o CIL e com a *S. A. Fonderie e Acciaierie di Termi*. Visava a ação conjunta na luta contra as organizações operárias evitando assim, principalmente, que a FIOM pudesse lutar a cada vez contra apenas um inimigo. Para tal fim os seus associados não poderiam contratar os grevistas das outras.

Em 1907 a luta nos campos leva à fundação em Parma de uma federação provincial e de uma *mutua* anti-greve. O que motiva os patrões não é tanto a questão salarial, mas, principalmente, “manter a disciplina no trabalho e combater a intervenção dos trabalhadores na produção.”⁵

Olivetti trata de ampliar o campo de ação do sindicalismo patronal: já em novembro de 1907, sob sua inspiração, a *Lega* inicia contatos com as demais associações patronais piemontesas para a formação de uma federação provincial no processo de constituição de uma federação nacional. E a 3 de janeiro de 1908 fundava-se a *Federazione industriale piemontese* com Bonafon-Craponne na presidência.

O ano de 1909 vai registrar um novo passo na disciplina patronal. A *Associazione dei cotonieri* para enfrentar a crise na indústria têxtil consegue parar a atividade das fábricas por mais de dez dias. No ano seguinte, em fevereiro, ela constitui a *Unione dei Filatori per lo short-times* organizado:

“Obrigavam-se os participantes, até o fim do ano, a submeter-se às limitações de trabalho que o comitê diretor tivesse ordenado a cada estabelecimento, como a exigência de fechamento por um número proporcional de dias à quantidade da produção estocada. (...) Em dez meses as jornadas para as quais foi ordenada a suspensão do trabalho somaram 67.”⁶

O número de operários atingido era de 70 mil.

⁴ Art. 2º dos Estatutos, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 466.

⁵ *Bollettino dell'Ufficio del Lavoro*, julho de 1912, citado por Riosa, *op. cit.*, p. 65.

⁶ Morandi, *op. cit.*, p. 184. Em inglês no texto.

Ainda no ano de 1909 Olivetti convida todos os secretários das associações patronais para uma reunião em Genova. Acordo geral sobre a necessidade de uma federação nacional. O problema, no entanto, reside em quem comandar, é quem será o secretário geral? Diante da oposição dos milaneses e monzeses Olivetti luta firmemente para que a sede seja Turim. Argumenta que ali estava a sede do inimigo, a CGL, e, portanto, ali deveria estar a sede da patronal. A 5 de maio de 1910 é fundada a *Confederazione italiana dell' industria* (CIDI). Reunidos a 22 de maio os industriais elegem a dupla Bonnefon-Craponne e Olivetti.

No II Congresso da CIDI Olivetti convoca a *Confederazione Nazionale Agraria* nascida em Bolonha (1909) mas efetivamente ativa desde julho de 1910. Trata-se claramente de ampliar a frente patronal. Mas os planos de Olivetti, já agora falando em nome do patronato italiano, não param aí: ele pensa, mesmo, em uma "internacional patronal", que "reunisse, como a operária, as mais poderosas organizações patronais da indústria européia e mantivesse ligações permanente com as agrárias."⁷ É então convocado o *I Congresso internacional das organizações patronais da indústria e da agricultura*, em Turim, de 28 de setembro a 1 de outubro de 1911. O Congresso recebe a adesão de treze associações francesas, três belgas, além das federações industriais nacionais da Áustria, Holanda, Suécia, Suíça, Inglaterra e forte representação italiana. Os alemães da *Verein deutscher Arbeitgeberverbänd* e da *Hauptstelle deutscher Arbeitgeberverbänd* se recusaram a participar considerando suspeito um internacionalismo sindical patronal.

Olivetti, derrotado na sua pretensão internacionalista, pela ausência dos alemães, volta-se para o principal problema do sindicalismo patronal italiano: a falta de disciplina. Para responder ao problema ele inspira a criação do *Consorzio delle Fabbriche di automobile in Torino* (CFA), do qual será, como sempre, o secretário. O CFA reúne sete empresas com cerca de 6500 operários e constitui-se em novembro de 1911. O CFA era caracterizado

"por uma rígida disciplina entre seus membros, com a qual ordena a obediência da minoria à maioria, assegura o respeito absoluto pelas decisões. Índice de tal fato, as obrigações acordadas pelo pacto social

⁷ Abrate, *op. cit.*, p. 58.

são garantidas por depósito de cambiais que podem ser postas em circulação quando qualquer sócio apenas se contraponha, ainda que involuntariamente, às regras estatutárias.”⁸

Um pouco antes Olivetti fizera fundar, também em Turim, a *Mutua industriale scioperi*. Diante do prenúncio de graves conflitos a fundação da *Mutua* tinha a finalidade de garantir “os associados em quatro quintos das despesas gerais asseguradas, com um prêmio anual igual a 0,20% da soma, mas uma cota a depositar-se no fundo de garantia em casos excepcionais.”⁹

⁸ *Bolletino della Lega Industriale* (BIL), a. VI, n° 1, p. 12, citado por Abrate, *op. cit.*, p. 61. O BIL criado em 1907 “tinha declaradamente a finalidade de colocar publicamente uma linha de conduta da burguesia industrial (...) 'que se tornou um dos fatos mais importantes, senão o mais importante, não apenas da vida econômica, mas também de toda a vida social'. (...) Tarefas de informação, certo, mas também, em certo sentido de formação e de controle.” Abrate, *op. cit.*, p. 62.

⁹ *idem*, p. 86. “Depois de sete meses de funcionamento o capital assegurado era de cerca de quatro milhões de liras distribuídos em uma centena de apólices subscritas pelas mais importantes empresas turinesas”. *idem*.

Capítulo 4

O movimento socialista antes da Guerra

4.1. O revisionismo italiano¹

Todo o pensamento italiano é marcado por uma tradição humanística que marcou fortemente o pensamento socialista. Tradição que mostra uma debilidade

“na incapacidade (...) de colocar o problema do poder e do Estado, mesmo ao nível dos mais responsáveis 'chefes' do movimento de vanguarda, e na carência quase incrível para uma tradição autônoma, de um pensamento econômico autônomo”.²

¹ Não se trata aqui de discorrer sobre o revisionismo como movimento de conjunto do pensamento marxista europeu, mas de verificar as bases teóricas desse movimento na Itália onde poderemos analisar suas implicações sobre o pensamento operário e socialista, e ver contra quem Gramsci está lutando. Sobre o revisionismo bernsteini ano muito já se escreveu. Duas obras clássicas são decisivas: Rosa LUXEMBURGO, *Reforma ou Revolução?* e Karl Kautski, *Bernstein e o programa socialdemocrata*. Na produção mais recente, o artigo de Lucio COLLETTI, *Bernstein e il marxismo della seconda Internazionale*, publicado como prefácio à edição italiana da obra de Bernstein, e depois republicado no livro *Ideologia e Società*, pp. 61-147, nos parece fundamental. Hoje, no entanto, a partir das mais recentes pesquisas historiográficas, podemos perguntar se o marxismo (pós Marx) não foi ele próprio já uma revisão, se a codificação feita do marxismo por Engels e Kautsky não o simplificara para torná-lo “acessível” a uma parcela maior dos socialistas. Os textos de Georges HAUPT, *Marx e o marxismo*; de Eric J. HOBBSBAWN, *A fortuna das edições de Marx e Engels e A cultura européia e o marxismo entre o séc. XIX e o séc. XX*; de Franco ANDREUCCI, *A difusão e a vulgarização do marxismo*; de Marek WALDEMBERG, *A estratégia política da social-democracia alemã*; e o de Massimo L. SALVADORI, *Kautsky entre a ortodoxia e o revisionismo* e, também, as obras do próprio Salvadori, *Kautsky e la rivoluzione socialista 1880/1938*, Giangiacomo Feltrinelli Editore, Milano, 1976 e de Waldemberg, *Il Papa Rosso. Karl Kautsky*, Editori Riuniti, Roma, 1980, lançaram importantíssimas luzes sobre a problemática do revisionismo e da submissão dos socialistas à ideologia burguesa.

² Enzo SANTARELLI, *La Revisione del marxismo in Italia*, p. 28.

Os limites desse socialismo eram marcados por uma dupla carência: de uma teoria do poder e de uma teoria da economia. Carências que evidenciam outra: a da elaboração de uma teoria das classes sociais e de suas práticas.

Tudo isso é potenciado pelo peso ideológico do positivismo na Itália. Nascido no combate ao pensamento teológico, ideologicamente dominante, o positivismo italiano aparece marcado, de um lado, por um processo de renovação científica³ e, de outro, por uma ligação forte com os partidos democráticos e burgueses⁴. Graças a isso, ele foi fortemente expansivo. Foi efetivamente o *húmus*, que nutriu as raízes do revisionismo italiano. Além disso, é preciso lembrar que o socialismo italiano é bastante periférico e retardatário face ao continente. No momento em que o *Antidühring* era publicado na Alemanha, os bakuninistas ainda tinham um peso importante no movimento social italiano. O socialismo surge, na Itália, articulado com a “ciência” oficial do momento⁵, como economicismo, amplamente mesclado com o materialismo *ottocentesco*, iluminista. Só em 1891 o *Manifesto Comunista* é publicado na Itália.⁶

³ Garin, na sua *Storia della Filosofia Italiana*, mostra, por exemplo, a interferência positivista sobre Francesco De Sanctis. Em uma conferência em Roma, a 11 de março de 1883: “Hoje tomamos um vivo interesse em estudar as coisas em si mesmas, na sua exterioridade, na sua natureza, na sua vida. As bases dos nossos estudos eram gramaticais, retóricas, lógicas, metafísicas (...); hoje (...) querem o laboratório mesmo nas ciências espirituais”. *op. cit.*, vol. 3, p. 1264.

⁴ “o grande mérito do positivismo de Ardigó foi o de oferecer, com aspecto de respeitabilidade científica, um bom substituto da religião tradicional àqueles grupos de italianos de cultura média que tinham realizado a Unidade em luta contra a Igreja.”, Garin, *op. cit.*, vol. 3, p. 1268.

⁵ A “*Critica Sociale*”, (...) se converteu não apenas no centro dos estudos marxianos, (...) de qualquer estudo de ciência social, e na qual colaboravam com entusiasmo cientistas que não eram do Partido Socialista.”, Robert Michels, “*Historisch-Kritische Einführung in die Geschichte des Marxismus in Italien*”, citado por Bo GUSTAFSON, *Marxismo y Revisionismo*, p. 286.

⁶ Outra indicação precisa do que era o socialismo italiano pode ser vista no texto de Salvemini, *Il partito socialista in Imola, Critica Sociale*, 1892: “bastava ter bom coração, acreditar na evolução, ser muito inteligente, desejar a regeneração de todo o universo (...), sentir-se pronto a sofrer pela idéia (...)”, Garin, *op. cit.*, vol. 3, p. 1271.

“Em suma, o ambiente cultural positivista constitui a matriz 'histórica' da revisão do socialismo marxista. Com efeito, mesmo antes que sobre o terreno filosófico, científico ou literário, o positivismo como concepção geral da vida e do mundo, de um certo ponto de vista e por um certo período, exprimia as posições mais avançadas da burguesia; assim, na concreta evolução histórica, se estabeleceu uma ligação precisa entre o substrato cultural positivista e a crítica revisionista da doutrina marxista.”⁷

Na vertente acadêmica esse positivismo irá produzir o “socialismo dos professores”: Achile Loria⁸, Enrico Ferri⁹, Guglielmo Ferrero, Gino Lombroso¹⁰ e outros, aderem formalmente ou fazem abertamente pregação socialista. Loria queria, por exemplo, construir uma sociologia econômica filiada à economia clássica, ao evolucionismo e, embora reverenciasse a teoria socia-

⁷ Santarelli, *op. cit.*, p. 48.

⁸ Antonio Labriola escrevia a Engels: Loria é “anti-socialista nas publicações acadêmicas: marxista na polêmica: (...) louvado pelos jornais políticos como aquele que rebateu todos os *sofismas* de Marx.”, Cf. Antonio LABRIOLA, *Lettere a Engels*, Roma, 1949, p. 9., citado por Santarelli, *op. cit.*, p. 46. Enquanto isso a *Critica Sociale* de Turati, considerava Loria “o maior socialista, 'revisor' de Marx”, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 46. Sobre tudo isso ver a rubrica *Lorianesini* dos *Quaderni del Carcere*.

⁹ Para Ferri, o marxismo é nada mais nada menos do que o “irmão gêmeo da doutrina do desenvolvimento de Spencer”; a insurreição e a violência são fenômenos patológicos”. Ele conclui que, “tomando por base a doutrina do desenvolvimento, o socialismo científico mostra como os diferentes meios de transformar são tão menos eficazes quanto mais violentos”. Ver as citações de Ferri em *Sozialismus und moderne Wissenschaft*, Leipzig, pp. V e ss., 49, 132 e 134, citados por Gustafson, *op. cit.*, pp. 246-247.

¹⁰ “*Il Ventesimo Secolo*”, periódico turinês, a 13-9-1891, lembra que na entrevista de Lombroso à parisiense *Nouvelle Revue*, onde ele distinguia fisicamente os revolucionários (“quase todos gênios ou santos e suas fisionomias são excelentemente harmônicas”) dos anarquistas. Ele declarou que entre estes últimos, presos nas manifestações do dia 1º de maio daquele ano, em Turim, 34% eram anormais, aliás o mesmo se dava entre os comunardos de Paris de 1871 e os anarquistas de Chicago de 1887, que também apresentavam grandes anomalias na cor da pele, nas orelhas e no nariz, tatuagens, antigos feridas, características do delinquente nato.”, Citado em Paolo SPRIANO, *op. cit.*, p. 38.

lista negava-lhe a concepção da história e a teoria do valor. Via no socialismo uma “força benéfica e fecunda na evolução social da humanidade” e propunha a colaboração entre o trabalho e o capital.¹¹ Via Hegel como precursor de Spencer. Se auto-proclamava descobridor e aperfeiçoador do pensamento marxista.

Diferentemente do revisionismo alemão que se caracterizava no plano teórico, por uma “volta” a Kant e pelo combate à teoria da mais-valia e, no plano político, por uma real inserção do movimento operário, o revisionismo italiano é marcado, no plano teórico, pelo predomínio do positivismo – e, portanto, sua adesão ao “materialismo histórico, à filosofia da práxis (...) muito mais em nome de um moralismo (e de um idealismo) não kantiano”¹² – e, no plano político, por uma intervenção pequena no mundo do trabalho.

Mas o revisionismo não é, apenas, uma luta de idéias, de concepções ideológicas. Sua existência é possibilitada pela expansão imperialista, que permite criar formas mais democráticas no interior dos países capitalistas avançados, chegando a uma visão otimista, a *belle époque*, caracterizada pela crença na inevitabilidade do processo de crescimento da democracia e do bem estar nos países europeus. Crença essa que “tende” a superar o momento da luta de classes e a afirmar a política pluriclassista.

O primeiro a combater o revisionismo na Itália foi Antonio Labriola.¹³ Sua eficácia contudo foi limitada: não conseguiu ter voz ativa nos debates no interior do partido. Sua ação de clarificação do pensamento socialista foi muito mais eficaz no plano internacional. É um dos correspondentes privilegiados de Engels.

¹¹ Achile LORIA, *La proprietà fondiaria e la questione sociale*, Verona, 1897, pp. 257-259, apud Santarelli, *op. cit.*, p. 49.

¹² Santarelli, *op. cit.*, p. 49.

¹³ Para uma análise da obra de Labriola ver: Eugenio GARIN, *La cultura italiana tra '800 e '900* e Antonio Labriola nella storia della cultura e del movimento operaio; Paul PICCONE, *Labriola and the roots of Euro-communism*; Nicola BADALONI, *Gramsci et le problème de la révolution*; Mario TRONTI, *Tra materialismo storico e filosofia della prassi*, in Caracciolo e Scala (1976); Manuel SACRISTÁN, *Porque leer Labriola* e Valentino GERRATANA, “Introduzione” a Labriola (1974) e “Antonio Labriola e l'introduzione del marxismo in Italia”.

“As relações epistolares que mantém com os maiores representantes do pensamento socialista estrangeiro são todas concebidas com esse espírito. Desse modo Sorel se torna editor de suas obras na França, e Bernstein mantém com ele amigável troca de idéias, enquanto na Itália Benedetto Croce é introduzido por ele ao estudo do marxismo por ser dotado, lhe parece, daquele hábito de estudioso e daqueles dotes especulativos que, pelo contrário, faltam aos práticos do marxismo, aos Turati, aos Bissolati, à todo o estado-maior socialista. Os fios que de um certo modo ligam a tríade dos maiores revisionistas europeus, por uma estranha ironia do acaso, partem todos de Antonio Labriola.”¹⁴

O debate revisionista começa na Itália em 1894-1895, com a polêmica sobre a teoria do valor de Marx, publicada na *Critica Sociale*, de Turati. Principal crítico: Loria. Esse debate, no entanto, é totalmente exterior à prática socialista. A crítica revisionista se torna mais forte quando Merlino tenta ocupar o lugar da *Critica Sociale*, cuja publicação fora temporariamente suspensa.¹⁵ Merlino, recém chegado ao socialismo após décadas de militância anarquista, publica então a *Rivista Critica del Socialismo*.

Diferentemente da *Critica Sociale*, a *Rivista* é muito menos provinciana, trata de temas muito mais ricos do que os habituais nas publicações socialistas. Busca ligar, fundamentalmente, as problemáticas ideológica e política, tentando vencer um problema comum entre os socialistas: a diferença entre formulações ideológicas rígidas e “uma prática confiada à empiria, quase que esperando que o curso dos acontecimentos soldasse os dois momentos.”¹⁶

Labriola ataca Merlino com tudo: usa o *Avanti!*, a *Critica Sociale* (que voltara a ser publicada em 1899), pede a Sorel e Bernstein para não mais

¹⁴ Gaetano ARFÉ, *Storia del Socialismo Italiano (1892-1926)*, pp. 84-85. Sobre as futuras divergências entre Labriola e os revisionistas, ver Badaloni, *op. cit.* e Santarelli, *op. cit.*

¹⁵ Turati, diretor da *Critica Sociale*, tinha sido preso pelos motins de Milão de 1898.

¹⁶ “As teses da revista tiveram, de fato, muitos pontos de contato com as de Bernstein, mas, na realidade, amadurecidas independentemente destas, precedem-nas mesmo, e ainda que bastante menos organicamente construídas e documentadas, são ricas de sugestões e intuições (...). Nas páginas da revista, tanto Bernstein quanto Sorel encontram hospitalidade, e entre os colaboradores figuram Andrea Costa e Maffeo Pantaleoni, Luigi Einaudi e Arturo Labriola.”, Arfé, *op. cit.*, pp. 86-87.

colaborarem com a *Rivista*, fala em infiltrações na redação da revista. Merlino sucumbe: estava isolado no movimento, e, diante das dificuldades financeiras, a revista morre antes do seu primeiro aniversário.

Labriola combate ainda, e eficazmente, a Loria: "Loria é familiar na '*Critica Sociale*' e os jovens lorianos espalham por toda a parte a semente de um revisionismo ao mesmo tempo charlatanesco e perigoso."¹⁷ Labriola "pensa escrever um *Antidühring* italiano: contra a sociologia de Ferri, o cooperacionismo de Merlino e a economia lorianana. Da empresa deveriam ter participado também Croce e Sorel; mas este *Antidühring* Labriola teria que escrevê-lo sozinho".¹⁸ Julgava-se apto para tal tarefa, pois, como escrevera em carta a Turati de 15-6-1897: "Antes de tornar-me socialista eu tinha tido inclinação, ocasião e tempo, oportunidade e obrigação de ajustar (...) minhas contas com o Darwinismo, o Positivismo e o NeoKantismo".¹⁹

O revisionismo no interior do Partido Socialista se acentua. Turati já afirmara na *Critica Sociale*, respondendo a Sorel, que o marxismo tinha "a faculdade de rever-se a si mesmo, aquela potência de autocrítica e de constante aperfeiçoamento, de que se fazem fortes os que lhe anunciam a crise e lhe preconizam dissolução".²⁰ Quando a *Critica* volta a ser publicada, ela não se intitula mais "revista do socialismo científico" e sim simplesmente "revista do socialismo". E o próprio Turati dirá claramente mais tarde:

"Toda a nossa propaganda está penetrada de revisionismo mais ou menos bernsteiniano e se permanecemos de algum modo marxistas, é nas grandes linhas, no espírito geral da doutrina, no conceito e na prática da luta de classes e do materialismo econômico."²¹

¹⁷ Santarelli, *op. cit.*, p. 57.

¹⁸ Santarelli, *idem.*. O 1º grifo é nosso. "Labriola, de resto negar que na Itália se estivesse frente a uma real e verdadeira 'crise do marxismo', pela razão de que nem os 'críticos', nem os 'revisores' de Marx (...) tinham na realidade aderido ao marxismo e, portanto, não tendo experimentado, não o tinham sequer 'superado'", *op. cit.*, pp. 56-57. Sobre a importância de Sorel na Itália, ver Santarelli, *op. cit.*, pp. 80-116.

¹⁹ Antonio LABRIOLA, *Saggi sul materialismo storico*, p. 228.

²⁰ *Critica Sociale*, 1-5-1898, citado por Santarelli, *op. cit.*, p. 64.

²¹ *Critica Sociale*, 1-10-1906, *idem.*, p. 66.

Labriola pensa o marxismo, o “comunismo crítico”²², “no tríplice aspecto de tendência filosófica, quanto à visão geral da vida e do mundo; de crítica da economia que tem modos de procedimento redutíveis a leis porque representa só uma determinada fase histórica; e de interpretação da política sobretudo, de que se necessita e é adequada para dirigir o movimento operário em direção ao socialismo”.²³ A eficácia do marxismo reside em sua análise da história, baseada no “processo de formação e de transformação da sociedade”²⁴, que fundamenta sua intervenção na história.

A história da sociedade classista se baseia no antagonismo das classes, na apropriação do trabalho, na “luta do trabalho vivo contra o trabalho acumulado”.²⁵ A contradição capitalista só pode ser resolvida pela “abolição do salariado”, o que só é possível pela construção de uma sociedade “que não produz(a) mercadorias; e que esta forma de sociedade não (seja) mais o *estado*, mas o seu contrário, isto é, a dominação técnica e pedagógica da convivência humana, o *self government* do trabalho”.²⁶ Até lá, deve-se compreender e atuar sobre as leis do desenvolvimento da sociedade capitalista. E, contrariamente ao que pensam os socialistas, ele afirma a especificidade das leis econômicas. “Acima de tudo, é necessário conhecer (...) a *Economia* relativa de cada época, para explicar especificamente as classes que aí se desenvolvem”.²⁷

O marxismo não é, para Labriola, uma teoria econômica. É “a tentativa de refazer na mente, com método, a gênese e a complicação da vida humana desenvolvida através dos séculos”.²⁸ É um procedimento que determina uma estruturação das informações, pois

“não se trata de traduzir em categorias econômicas todas as manifestações complicadas da história, mas somente de explicar *em última*

²² *In Memoria del Manifesto Comunista* (1895), in *Saggi...*, op. cit., p. 15.

²³ *Discorrendo di socialismo e di Filosofia* (1899), in *Saggi...*, Carta a Sorel, 24-4-1897.

²⁴ *In Memoria...*, op. cit., p. 16.

²⁵ *Idem*, p. 44.

²⁶ *Idem*, p. 45. Em inglês no texto.

²⁷ *Idem*, p. 61. A tal ponto é acentuada essa especificidade que Labriola chega a afirmar: “Marx escreveu em *O Capital* não o primeiro livro do comunismo crítico, mas o último grande livro da economia burguesa.”, *idem*, p. 60.

²⁸ *Del materialismo storico. Delucidazione preliminare* (1896), in *Saggi...*, op. cit., p. 77.

instância (Engels) todos os fatos históricos por meio da estrutura econômica subjacente (Marx).²⁹

Labriola afirma que a história é “fato do homem, enquanto o homem pode criar e aperfeiçoar os seus instrumentos de trabalho, e com tais instrumentos pode criar-se um ambiente artificial, o qual depois reage nos seus complicados efeitos sobre ele, e assim como é, e como pouco a pouco se modifica, é a ocasião e a condição do seu desenvolvimento”³⁰ Guardemos essa caracterização da história como “fato do homem”. Como ciência, a história determina a origem, a composição e as transformações do que Labriola chama de “ambiente artificial”, que nada mais é do que a “soma das relações sociais resultantes das formas e das repartições de trabalho”.³¹ Esse “terreno” possui suas leis que não podem ser colocadas em uma sucessão evolutiva genérica. O evolucionismo é um elemento degenerativo do pensamento e da prática marxista. “O *Darwinismo político e social* invadiu, como uma epidemia, (...) a mente de vários pesquisadores, (...) advogados e declamadores da sociologia”.³²

Não se pode falar em evolução genérica. Os que pretendem combater ou rever o marxismo, acabam por reduzi-lo às teorias evolucionastes:

“procuram nessa doutrina um derivado do Darwinismo (...); ou nos favorecem com a aliança e o patrocínio desta filosofia que vai de Comte (...) a (...) Spencer, quintessência do burguesismo anemicamente anárquico”.³³

E, acima de tudo, essas teorias não servem de parâmetro para o materialismo histórico na medida em que os exemplos e as analogias das ciências naturais nada têm a ver com o chamado “ambiente artificial”.

²⁹ *idem*, p. 84.

³⁰ *idem*, p. 89.

³¹ *idem*.

³² *Idem*, p. 86. No mesmo sentido: essa “enfermidade cerebral que de alguns anos para cá invadiu o cérebro de muitos italianos que falam agora de uma *Nossa Senhora Evolução*, e a adoram”. *Discorrendo...*, *op. cit.*, p. 229. Carta a Turati, 5-6-1897.

³³ *In Memoria...*, *op. cit.*, p. 19. “Comte que proclamava fechado para sempre o ciclo da física e da astronomia, precisamente no momento em que se descobria o equivalente mecânico do calor e poucos anos antes da ruidosa descoberta da análise espectral; (...) que em 1845 declarava *absurda* a investigação sobre a origem das espécies!”, *Discorrendo...*, *op. cit.*, p. 233.

O marxismo não precisa de nenhuma filosofia exterior a ele. Nem o neokantismo nem o positivismo. A filosofia da práxis "é a medula do materialismo histórico".³⁴ O tríplice aspecto do marxismo, a que nos referimos anteriormente, é a comprovação disso.³⁵

As relações com Turati marcam extremamente os limites da ação de Labriola. Ambos trabalharam na redação do programa do PS quando da sua formação. O afastamento de Turati chega mesmo, salienta Santarelli, a produzir uma recusa ou uma substancial limitação da contribuição ideológica de Labriola. Este, no entanto, é vital. O marxismo que Croce e Gentile querem revisar não é o de Marx, mas o de Labriola:

"São estes ensaios (os de Labriola) que introduzem propriamente o marxismo na Itália. A partir daí, o objeto em discussão *por todos*, será Marx; assim como apenas Labriola foi estudado *por todos*."³⁶

Mas a luta real contra o revisionismo teria que ser travada contra Croce que, sem qualquer experiência política anterior, se interessou pelo marxismo assim como o fizera por inúmeras outras teorias e idéias.³⁷ Mas,

³⁴ *Discorrendo...*, op. cit., p. 207. Carta a Sorel, 14-5-1897.

³⁵ Badaloni, op. cit., pp. 103-104. Ele resume a contribuição de Labriola: "visava deslocar o primeiro e o segundo momento para o terceiro, no sentido em que precisamente esses dois momentos eram definidos como uma tomada de consciência que concernia diretamente à classe proletária. Tratava-se da teorização de uma nova *pedagogia social*, cujos pressupostos eram, por um lado, o levar em consideração as condições reais da classe operária ('a direção do possível é dada pela condição do proletariado', isto é, por sua capacidade 'psicológica de receber a teoria científica') como teoria 'verdadeira', apta a interpretar os fatos sociais sem fazê-los por isso entrar em esquemas rígidos, e a manter a orientação geral da vida e do mundo em um diálogo permanente com o desenvolvimento das ciências. (...) Assim o socialismo, de necessidade objetiva, tendia a se transformar em ponto de vista subjetivo da luta operária e, por esta mediação, a soldar as leis objetivas do devir histórico à consciência subjetiva da nova classe progressista."

³⁶ Tronti, op. cit., p. 77.

³⁷ Sobre a gênese do pensamento crociano, ver GARIN, *Intelletuali italiani del XX secolo*, cap. 1º: *Appunti sulla formazione e su alcuni caratteri del pensiero crociano*, pp. 3-31. "Na sua gênese, o pensamento de Croce se mostra ligado ao herbatismo (...) Simmel e à filosofia da vida (...). Neo-kantismo, portanto, bem mais do que hegelianismo (...), dialética vida-forma, discussão da relação entre ciências da natureza e

após o seu rápido interesse pelo marxismo, ele acaba por tornar-se o grande líder revisionista italiano. Irá mesmo influenciar Sorel e Bernstein.

Primeiro, Croce se choca contra o que chama de falsos marxistas: Paul Lafargue e Achille Loria³⁸ são suas grandes vítimas. Mas, limpo o terreno, o ataque de Croce se dirige ao próprio Marx. Em um artigo, de novembro de 1897³⁹, ele inicia sua revisão do marxismo. Croce vê em *O Capital* um estudo “abstrato” sobre uma “sociedade ideal e esquemática, deduzida de algumas hipóteses que (falemos assim) poderiam não ter se apresentado jamais como fatos reais no curso da história.”⁴⁰ Partindo de tal premissa, Croce pode chegar a afirmar com facilidade que “Marx postulou (...) *uma proposição, que é a famigerada igualdade de valor e trabalho* (...). Só em virtude dessa afirmação *teve início sua própria investigação*”.⁴¹ Ora, se considerarmos que Marx, como quer Croce, fala de uma sociedade puramente conceitual e “postulando” a teoria do valor, teremos forçosamente de admitir que tudo isso tem pouco a ver com a economia. Croce vai mais além e afirma que a teoria

ciências do espírito, investigação sobre a história, polêmica anti-positivista em uníssono com boa parte do debate contemporâneo do mundo”, *idem*, pp. XI-XII.

³⁸ Sobre a crítica a Loria ver *As teorias históricas do Prof. Loria*, publicado originalmente em *Devenir Social*, a. II, novembro de 1896, republicado em *Materialismo Storico ed Economia Marxista*, pp. 21-51. Croce comenta o fato de que Loria ao mesmo tempo gozava das boas graças do pensamento anti-marxista e também as recebia dos círculos socialistas, e se pergunta como isso é possível. Sua explicação – e isso é importante para a compreensão do movimento socialista italiano – prende-se ao desconhecimento do marxismo na Itália. Muitas das “investigações” de Loria não passavam de plágio. “Plagiando e censurando Marx, era fácil passar por pensador de grande envergadura e mais ou menos socialista”, diz Croce, *op. cit.*, p. 38. O plágio foi denunciado pelo próprio Engels no prefácio do 3º volume de *O Capital*.

³⁹ *Para a interpretação e a crítica de alguns conceitos do marxismo*, *op. cit.*, pp. 67-116.

⁴⁰ *Idem*, p. 54.

⁴¹ *Idem*, p. 56. O último grifo é nosso. O nosso grifo decorre da frase “a proposição da igualdade de valor e trabalho” como ponto de partida da investigação se deve ao fato de que Croce conhece, e até cita, a *Crítica da Economia Política* onde estava claramente encaminhada a constituição da teoria do valor. O primeiro volume de *O Capital*, como o próprio Marx ressalta, só é possível após o término da investigação. Trata-se da famosa diferença entre a ordem de investigação e a de exposição.

do valor não tem nenhum significado moral e nada diz sobre as necessidades concretas das sociedades. E mais:

“O valor trabalho apareceria, (...) como (...) determinação do valor, própria da sociedade econômica em si mesma, considerada apenas enquanto produtora de bens aumentáveis pelo trabalho. Desta definição pode-se extrair o corolário seguinte: a determinação do valor trabalho terá certa correspondência com os fatos, sempre que existir uma sociedade que produza bens por meio do trabalho”.⁴²

E a partir disso Croce afirma que se trata de um fato, “mas um fato que vive entre outros fatos, ou seja, um fato que aparece-nos empiricamente contrastado, diminuído, alterado por outros fatos, como uma força entre outras forças, que dessem uma resultante distinta da que daria se as outras forças deixassem de atuar. Não é um fato dominante absoluto”⁴³, e por aí vai. Sucedem-se vários outros pseudo-problemas como o da relação entre Marx e a economia pura, o da neo-dialética de Marx, a aceitação da tese labrioliana segundo a qual os homens são “como que vividos pela história”, etc., etc.

Eis aqui, resumindo, a sua revisão:

1. Com relação à ciência econômica, a *justificação* da economia marxista, entendida não enquanto ciência econômica geral, mas enquanto economia sociológica comparada, que trata das condições do trabalho na sociedade;
2. Com relação à teoria da história, a *libertação* do materialismo histórico de todo conceito apriorístico (seja herança hegeliana, seja contágio de evolucionismo vulgar) e o entendimento da doutrina como *cânone* de investigação histórica, fecunda sim, mas simples;
3. Com relação à praticidade, a *impossibilidade* de deduzir o programa social marxista (como qualquer outro programa social) de proposições de ciência pura, devendo conduzir o juízo sobre os programas sociais ao campo da observação empírica e das persuasões práticas;
4. Quanto à ética, a negação da intrínseca *amoralidade* ou da intrínseca *anti-eticidade* do marxismo.”⁴⁴

⁴² *Idem*, p. 63.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Idem*, p. 102-103. Santarelli, *op. cit.*, salienta que esse artigo foi decisivo para a passagem de Sorel ao revisionismo. Já, em 1896, no artigo *Sobre a concepção mate-*

A ação revisionista de Croce continua: a mais-valia é considerada como uma categoria que pode ter valor prático mas não científico⁴⁵; refuta a lei tendencial da queda da taxa de lucro⁴⁶; a filosofia de Marx é considerada inexistente. No entanto Croce afirma que é grande o mérito de Marx por ter revalorizado, contra os socialistas utópicos, o momento da força. Pode mesmo ser considerado o “Maquiavel do proletariado”. Grande agitador e polemista, mas como cientista – que pena! – Marx é demasiadamente fraco.

Diante desse ataque, Labriola não consegue uma refutação de peso. Ingenuamente, ele pede a Croce que se declare um diletante, dado que nunca tivera atuação política.

“Labriola lhe reprova as ‘sutis distinções metafísicas’ usadas ‘para fabricar um Marx diferente do verdadeiro’ e discerne no seu método (que era o de distinguir no marxismo a parte aceitável da não aceitável) uma consequência direta do ‘maléfico bacilo metafísico’ de que Croce não tinha ainda se libertado completamente.”⁴⁷

rialista da história, onde comenta Labriola, Croce afirmara: “O materialismo histórico não é, e não pode ser uma nova filosofia da história, nem um novo método: é, porém, e deve ser precisamente isto: *uma soma de novos dados, de novas experiências, que penetram na consciência do historiador*” (p. 9); “que no materialismo histórico não devemos procurar uma teoria que deva ser tomada em sentido rigoroso; que, aliás, nele não existe o que se chama, propriamente, uma teoria”, *idem*, p. 12. No já citado artigo contra Loria, Croce é mais enfático: Marx e Engels não produziram essa teoria pois “faltavam (...) os elementos constitutivos de uma teoria. Tanto um como o outro não nos deixaram sobre esse tema senão *aforismos* gerais e *aplicações* particulares”, (p. 26); e em carta a Gentile (1899), embora matize suas considerações, permanece firme no essencial: “eu não quero negar que para Marx o materialismo histórico fosse *em um certo período* uma filosofia. Mas digo que na forma em que é anunciado no Capital, e no pref. a *Zur Kritik*, nas aplicações históricas, etc., ele é exposto de tal modo – com tais limitações – que logicamente não se pode interpretá-lo senão como um cânone empírico.”, citado por Garin, *op. cit.*, pp. 11-12.

⁴⁵ Cf. *Recentes interpretações da teoria marxista do valor e polémicas sobre ela*, pp. 121-137. Para um maior detalhamento da crítica crociana e para uma crítica a ela ver: Nicola BADALONI e Carlos MUSCETTA, *Labriola, Croce, Gentile*, pp. 63-65 e Gustafson, *op. cit.*, pp. 262-273.

⁴⁶ Cf. *Uma objeção à lei marxista da taxa de lucro*, pp. 139-150.

⁴⁷ Santarelli, *op. cit.*, pp. 58-59. Croce tem sobre Labriola a seguinte visão: “Começa a parecer-me que ele leu Marx *demasiado tarde*: permaneceu preso como um *incubo*;

A ação de Croce é violentíssima: declara Marx morto teoricamente. Além do apoio de Sorel e de Bernstein, ele conta com o provincianismo e a generalizada falta de cultura marxista dos socialistas. Ganha assim para a sua posição os jovens socialistas.⁴⁸ Sobre isso Gramsci meditará profundamente nos seus *Quaderni del Carcere*.

O marxismo, com a exceção de Labriola, é, pois, praticamente desconhecido na Itália. Na *Critica Sociale* os temas teóricos do marxismo são praticamente inexistentes, predominam os temas de circunstância. Na verdade

“no partido ainda se está longe de definir uma ortodoxia clara e comumente aceita nas suas grandes linhas (...) O nome de Marx entre os grupos de inscitos mais conscientes e mais preparados que constituem a opinião média do partido é universalmente conhecido e exerce um indiscutível fascínio, mas Marx ainda não é considerado muito mais do que um *primus inter pares* no grande acervo dos pensadores socialistas. (...) Turati, em parte deliberadamente, peca de condescendência e de transigência nos confrontos com homens como Loria, em vista das vantagens que pode derivar para o partido uma tal presença ilustre em muitos ambientes acadêmicos italianos.”⁴⁹

Após o ataque de Croce, o positivismo dos líderes, etc. e o corporativismo que pouco a pouco vai se tornando a tônica do partido e dos sindicatos, etc., se dá a progressiva perda do poder expansivo que os socialistas tinham tido no último decênio do século XIX. Essa foi a

não soube conectar a sua nova cultura filosófica, fatigantemente adquirida, com a antiga, ainda que em forma de negação e crítica, e na sua vida intelectual existe um *hiato*, não uma *transição* ou o significado de uma luta. Admira pois demasiadamente a Engels que, no meu parecer, contribuiu para desviar e fazer degenerar o pensamento de Marx”, citado por Garin, *op. cit.*, p. 13.

⁴⁸ Garin exemplifica a ação de Croce através da intervenção de Mario Montagnana no congresso dos jovens socialistas de 1919: “*L’Ordine Nuovo* deve ser, para os socialistas, o que foi, poucos anos atrás, para a parte mais inteligente da burguesia a revista *La Voce*, que se publicava em Florença. Isto é, deve ser o fulcro em torno ao qual todas as inteligências e as vontades de saber se realizam e se desenvolvem”, citado por Garin, *op. cit.*, p. XIII.

⁴⁹ Arfé, *op. cit.*, pp. 94-95.

“forma tipicamente italiana do revisionismo, (...) dada pela revisão na prática, do possibilismo tático que determina o fácil manejo dos princípios, aconselha a superação dos contrastes e dos debates ideológicos, e empurra para os compromissos entre correntes. Onde, enfim, a capacidade, apesar de tudo, de evitar as posições extremas da social-democracia.”⁵⁰

Foi por essa “revisão na prática” que “a prática da revisão” bernsteiniana não venceu na Itália. Manteve-se em grande parte a fraseologia socialista, mas praticou-se abertamente a colaboração.

4.2. Os reformistas dominam o PS

O VI Congresso do PSI, primeiro após a dura repressão do general Pelloux, defronta-se com questões espinhosas: a questão da autonomia das seções, a questão eleitoral, o programa mínimo. A questão eleitoral é resolvida pela moção Treves-Modigliani-Prampolini.⁵¹ Moção contraditória: por um lado afirma que a propaganda do partido deveria reduzir-se à “luta de classes e a socialização dos meios de produção e de troca”, por outro declara a “plena autonomia das organizações colegiadas para contrair alianças com os partidos de Estrema Esquerda.”⁵² Entenda-se, por extrema esquerda está se falando dos republicanos, dos radicais, etc. Questão importante porque cria as condições para impedir o funcionamento disciplinado do partido. Quanto à questão do programa mínimo, após ter-se afirmado o dever de “preparar o proletariado para assumir a gestão da sociedade coletivizada” coloca no elenco de medidas o “estado democrático onde o proletariado se sinta realmente igual, política e juridicamente, ao capitalista”⁵³ Outros elementos do programa mínimo: garantias para a existência dos sindicatos; efetiva liberdade de associação, de reunião, de imprensa, de greve; instituição de um salário parlamentar; voto universal; neutralidade do governo nos

⁵⁰ Santarelli, *op. cit.*, p. 62.

⁵¹ A moção Treves-Modigliani-Prampolini obteve 109 votos (60,55%) contra 69 votos contrários (38,33%) e 2 abstenções (1,12%).

⁵² in Partito Comunista Internazionale (PCIn), *Storia della Sinistra Comunista*, vol. 1, p. 29.

⁵³ *idem*, pp. 30-31.

conflitos entre trabalho e capital; igualdade de cultos; autonomia comunal e descentralização administrativa, etc. A definição da questão eleitoral permitiu aos socialistas fazerem alianças com os chamados partidos populares conseguindo eleger 33 deputados com uma votação de 965 mil votos (13% do total).⁵⁴

Os reformistas são comandados por Filippo Turati (revista *Critica Sociale*) e Cláudio Treves (jornal *Il Tempo*). Os revolucionários estão sob o comando de Arturo Labriola (jornal *Avanguardia Socialista*).

O VII Congresso (Imola-setembro de 1902)⁵⁵, examina novamente a questão da autonomia para as alianças eleitorais e as questões do *ministerialismo*⁵⁶ e da autonomia do grupo parlamentar. Apesar disso não houve maiores críticas à direção do partido e do grupo parlamentar. A luta se dá entre aqueles que defendem que a meta do partido seja a transformação da sociedade atual e para tal atribuem essa tarefa ao proletariado organizado em um partido classista (os revolucionários) e os que afirmam a propriedade coletiva e a luta de classes como princípios absolutos, concluem pela autonomia do grupo parlamentar, aprovam o *ministerialismo* (quando gabinetes de esquerda burguesa) e aceitam as coalizões como transitórias (os reformistas). Nova vitória dos reformistas: 456 votos (62%) contra 279 (38%).

A vitória reformista leva-os a uma euforia que termina pela reação dos revolucionários obrigando a demissão de Bissolati da direção do *Avanti!*.⁵⁷ Enri-

⁵⁴ A composição da bancada nos revela pela primeira vez a presença de dois operários, um dos quais é Rinaldo Rigola que chegará a ser secretário da CGL. Leonetti, *op. cit.*, p. 86 comenta: "Até então, dada a pobreza pecuniária do Partido Socialista e dado que os deputados ainda não recebiam salários, todos os socialistas eleitos tinham sido de origem 'burguesa' (professores, advogados, etc.)."

⁵⁵ Sobre o Congresso de Imola, ver Procacci, *op. cit.*, cap. III, pp. 161-254 e em especial as pp. 238-254.

⁵⁶ Na linguagem socialista da época existem duas palavras para as formas de colaboracionismo no parlamento: *ministerialismo* (participação em uma maioria ministerial, ou seja, bloco de apoio ao gabinete) e *ministeriabilismo* (participação em um gabinete burguês).

⁵⁷ O *Avanti!* era o jornal oficial do PSI. Exemplo do abuso dos reformistas: o apoio prestado por Bissolati e pelo *Avanti!* ao radical Sachi contra Romeo Soldi, indicado pela seção socialista de Cremona. CF. Leonetti, *op. cit.*, p. 93.

co Ferri, então revolucionário, o substituirá. Funda-se nesse ano a *Federazione Giovanili Socialista Italiana* que se expressa pelo *La Gioventù Socialista*. Os socialistas conseguem a direção de várias comunas e surge o movimento pelas “municipalizações”, principalmente do pão.

4.3. Contra-ataque dos revolucionários

O VIII Congresso (Bolonha-abril de 1904)⁵⁸, é realizado em um momento em que o partido é um dos PS mais poderosos (numericamente) da Europa⁵⁹ e além disso tem uma base razoavelmente vinculada às massas trabalhadoras.⁶⁰ Acentua-se o choque das tendências. Os revolucionários dividem-se em dois grupos: Enrico Ferri (centro-esquerda) e Arturo Labriola (extrema esquerda). Apesar disso são majoritários: obtém para a sua moção antimonárquica e pelo uso da violência 16304 votos (52,34%), contra os 14844 (47,66%) dados à ala reformista que propõe abertamente o colaboracionismo.⁶¹ A situação do PSI muda. Os revolucionários tem agora o governo do partido. “A via do *ministerialismo* está barrada. Um *novo curso* começa para o socialismo italiano.”⁶²

O bloco parlamentar de “esquerda” se desagrega. Giolitti procura então o apoio da direita e dos católicos. A greve geral deste ano, tendo assustado terrivelmente à burguesia irá permitir a Giolitti a dissolução da Câmara e o abrandamento do *non expedit* de Pio IX.⁶³ Os resultados dessa eleição não são

⁵⁸ sobre o Congresso de Bolonha, ver Procacci, *op. cit.*, cap. IV, pp. 255-374 e em especial as pp. 332-374.

⁵⁹ O PSI tem na ocasião 32.225 inscritos. O PS Francês terá no ano seguinte, 34.688 inscritos.

⁶⁰ Sua composição social era: 42% de operários, 15% de artesãos, 15% de trabalhadores agrícolas, 6% de camponeses, 5% de proprietários, 3% de funcionários, 3% de profissionais liberais, 1% de estudantes e 10% de profissão ignorada.

⁶¹ Cf. Leonetti, *op.cit.*, p. 97. Secchia, *op.cit.*, p. 230, fala em 31.348 votos para os revolucionários.

⁶² Leonetti, *op. cit.*, p. 97. Grifo nosso.

⁶³ O papa deixa aos bispos a possibilidade de conceder permissão aos fiéis para participar das eleições, principalmente nos colégios eleitorais onde os “subversivos” são fortes. Passa-se da palavra de ordem “*nem eleitos, nem eleitores*” à de “*católicos deputados sim, deputados católicos, não*”.

todavia desalentadores para o PSI, pois, se é verdade que eles perdem 4 cadeiras, também é verdade que o seu eleitorado aumenta. Em 1901 ele tivera 13% da votação. Agora, e após o terror que os burgueses tinham sentido com a greve geral, o eleitorado socialista alcançava 20%. Importante ressaltar que todos, absolutamente todos, os socialistas revolucionários que se candidataram foram derrotados.

O debate travado por Turati e Giolitti na abertura dos trabalhos da nova legislatura é importante documento das posições reformistas no período. Provocadoramente Giolitti diz: "os socialistas não querem mais massas?, pois bem, ensinem aos operários a não receberem os soldados com pedradas." Turati aparteia vivamente: "Vós o sabeis, sempre pregamos contra a violência. Isso é má-fé. Não sois vós que deveríeis dizer essas mentiras. *Sabeis que temos mantido a ordem pública. Por quatro anos, gratuitamente, fizemos o papel de policiais.*"⁶⁴ Del Carria agudamente comenta: "onde o reconhecimento político do socialismo como aliado necessário da burguesia se une, com a palavra 'gratuitamente', à impotência reconhecida sobre a ausência de resultado da política reformista."⁶⁵

Em 1905 transcorre o II Congresso da *Federazione Giovanili*. Nesse mesmo ano (e final do anterior) uma agitação, ainda que não orgânica, é desenvolvida no Exército, contra o militarismo, principalmente pela organização juvenil. Cria-se a *Lega nazionale per i futuri coscriti*. Manifestações por todo o território italiano.⁶⁶

4.4. Os reformistas retomam o comando

Em 1906 Enrico Leone e Paolo Mantica fundam *Il Devenire Sociale*, "revista do socialismo científico". Em outubro realiza-se o IX Congresso do PSI. O enfrentamento entre revolucionários e reformistas favorece aos últimos. Surge uma tendência intransigente. A proposição integrista obtém 26.492 votos (80,45%), contra 5.278 dados aos sindicalistas (16,02%) e 1.161

⁶⁴ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 391.

⁶⁵ Del Carria, *idem*.

⁶⁶ principalmente em Turim, Milão, Como, Florença, Imola, Bolonha, Piacenza, La Spezia, Modena, Reggio Emilia, Caserta e Roma.

aos recém criados intransigentes (3,53%). A proposição sindicalista claramente afasta-se do universo ideológico socialista dominante.⁶⁷ Os reformistas reassumem o comando partidário.

Em 1907, março, Bolonha, a luta entre sindicalistas e reformistas se repete no III Congresso da Juventude. Os jovens repetem a luta do “partido dos adultos” e ocorre a cisão. Os não sindicalistas fundam o *L'Avanguardia*. Em julho, Ferrara, os sindicalistas decidem abandonar o PS. No Congresso de Stuttgart da II Internacional, em agosto, Enrico Ferri e Filippo Turati passam a fazer parte do *Bureau Socialiste International*. Nesse congresso, fixada a tática de aliança entre os PSs e os sindicatos.

O X Congresso do PSI, Florença, setembro de 1908, acentua o choque das tendências. Ronaldo Rigola, da CGL, deputado reformista, propõe abertamente a submissão do PS à CGL, sendo combatido pelos intransigentes Ratti e Lazzari. Este último combate os reformistas ao mesmo tempo que aos sindicalistas revolucionários.⁶⁸ O combate às pretensões de Rigola é também travado por Longobardi que denuncia as usurpações da CGL.⁶⁹ A moção

⁶⁷ A proposição de Labriola (sindicalista) afirmava que a revolução deveria ser realizada pela greve geral que tinha como meta “tolher às classes capitalistas a defesa material do Estado, transferindo-lhe as funções *aos organismos sindicais ou ao indivíduo*”. Reduzia também o partido à função de “educar e promover a constituição sindical, isto é, *em classe*, do proletariado.” Cf. *Il Partito Socialista nei suoi congressi*, ed. *Avanti!*, Milão, 1959, vol. 2, p. 75, in PCIn, *op. cit.*, p. 37. Spriano, *op. cit.*, declara que a moção integrista teve 26.947 votos, contra 5.278 dados aos sindicalistas e 1.001 aos intransigentes. “O integrismo é a síntese da alma possibilista e da alma *avveniristica* do socialismo, do idealismo e da praticidade, da ação direta e da ação representativa, do anti-estatismo e da legislação social, da revolução e da legalidade, do sindicalismo e do anti-sindicalismo, da intransigência e do *affinismo*.” Oddino Morgari, artigo publicado no *Avanti!*, 24-9-1906, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 150. Grifos nossos.

⁶⁸ Lazzari exigia para o partido “um programa único, um princípio único, um método único, uma disciplina única”. Ratti denunciava que “o sindicalismo reformista (...) é pior que o sindicalismo revolucionário”. Citado em PCIn, *op. cit.*, p. 39.

⁶⁹ Longobardi afirma que “a *Confederazione del Lavoro* se apresenta como representante de todo o proletariado italiano, e só o é de uma parte exígua; apenas 7% da totalidade dos operários estão organizados, e apenas 4% o estão na *Confederazione del Lavoro*.”, citado por Secchia, *op. cit.*, p. 261.

reformista – “concentração dos organizadores” – de Turati-Ferri ganha com 18.251 votos (61,68%) contra 5.957 (20,13%) da moção integrista de Oddino Morgari e 5.384 (18,19%) dos intransigentes.⁷⁰ O congresso conduz à ruptura com os sindicalistas revolucionários “cuja presença no Partido é declarada incompatível com os princípios socialistas”.⁷¹ O congresso se fixa como programa para as próximas eleições legislativas: sufrágio universal, representação proporcional, redução dos gastos militares, abolição dos direitos de importação sobre o trigo e as farinhas, etc.

As eleições de 1909 conferem ao PSI 42 cadeiras contra as 26 da legislatura anterior.

⁷⁰ Leonetti, *op. cit.*, p. 108. Secchia, *op. cit.*, p. 262, atribui 9.957 votos para a moção integrista.

⁷¹ Leonetti, *op. cit.*, p. 108. A moção majoritária era clara: “Considerando oportuno e necessário que a linha do Partido socialista, que é um partido de classe, coincida com a dos sindicatos operários, *recorda* que os sindicatos operários repudiaram claramente, (...) a doutrina e a prática pelas quais tende a reduzir a ação do proletariado a contínuos e estereis esforços de greve geral internacional. Aquela ação (a dos sindicatos) deve realizar-se normalmente (isto é, fora dos períodos verdadeiramente revolucionários por que pode atravessar a história de um povo) na contínua elevação dos organismos operários, paralelamente à gradual conquista do poder político; *recorda*, por outro lado, que os princípios e os métodos do sindicalismo revolucionário – pela desconfiança lançada sobre a ação parlamentar e em geral sobre a conquista dos poderes públicos, *pela teoria do anti-militarismo e a conseqüente aversão à toda intervenção estatal*, etc. – estão em aberta oposição aos princípios e aos métodos fixados pelo Congresso de Genova de 1892 e sucessivamente desenvolvidos e integrados de acordo com o alcance da experiência histórica até aqui realizada pelo proletariado; (...) *afirma* que o Partido socialista italiano deve manter as mais íntimas relações com a *Confederazione del Lavoro*, a quem cabe regular a disciplina do movimento operário e os apelos à solidariedade proletária, e faz votos de que se estabeleçam órgãos de consulta permanente entre os representantes do partido e das organizações econômicas confederadas”. E mais: “*Considera a greve geral* como uma arma perigosa no atual período histórico pelos danosos efeitos imediatos e porque distraí o proletariado da ação paciente de organização, de conquista gradual; *afirma* que a greve geral pode ser eficaz, como *extrema ratio* do proletariado, se se combina à ação socialista nos poderes públicos, quando a ascensão proletária esteja gravemente ameaçada pelas resistências ou pelos assaltos da reação”. Citado por Secchia, *op. cit.*, pp. 279-280.

Durante o período novembro de 1909-fevereiro de 1910 o jornal *Il Viandante*, de Tommaso Monicelli, publica um debate sobre a participação dos socialistas no governo e isto permite clarificar as posições em luta.⁷² O debate fora suscitado por Graziadei e Bonomi. Este último afirmara sua total adesão ao revisionismo, e que a luta entre os reformistas e os revolucionários já tinha sido vencida pelos primeiros e que era chegada a ocasião de passar de “partido de negação e de oposição” à “partido de ação realística, efetiva e concreta.”⁷³ Mas os resultados do debate não foram favoráveis aos reformistas: embora a participação no governo não escandalizasse ninguém no interior do partido, encontrando mesmo certo consenso, tinha porém um obstáculo... o momento não era propício.⁷⁴

⁷² Principais participantes: Gaetano Salvemini, Podreca, Achile Loria, Constantino Lazzari, Claudio Treves, Ronaldo Rigola, Francesco Ciccotti, Cabrini, Giacinto Menotti Serrati, Bacci, Angiolo Oliviero Olivetti, E. C. Longobardi, Loncao, Muratti, Zerbogli, Cipriani, Schiavi, Graziadei, Zibordi, e Cammareri-Scuratti.

⁷³ Ivanoe Bonomi, “*La crisi dei Partiti: Il Partito socialista*”, *Il Viandante*, 17-10-1909. E ia além: “O socialismo italiano realizou, nessa fase, inteiramente, aquela obra de revisão crítica da teoria marxista, que na Alemanha dura até agora por meio de fatigantes discussões teóricas. *A mentalidade latina, que foge da teoria e prefere a experiência dos fatos, se adaptou (...) à lei das coisas*”, *idem*, citado por Santarelli, *op. cit.* p. 126. Grifos nossos.

⁷⁴ Entre outros Ferri declara explicitamente a legitimidade da participação. O jornal, a 6-2-1910, constata em seu editorial “*Crisi morali*”, a extensão do grupo reformista e advertia que a concepção que estes tinham do estado era absolutamente distinta da do marxismo; criticava a saída dos sindicalistas do partido – convida-os a voltar – pois via neles um elemento de equilíbrio interno. Apenas Lazzari e Serrati responderam em uma linha de intransigência. Treves negava a atualidade do debate embora afirmasse que todos os meios, em tese, eram válidos ao partido. Salvemini excluía a colaboração dado o caráter antidemocrático das eleições e só aceitaria a participação se fosse possível garantir eleições livres. Rigola joga na ambigüidade, embora afirme que todo partido “são e vital” deve tender a assumir o governo. Graziadei afirma que “a luta de classes e a cooperação de classes não são termos incompatíveis entre si; (...) Existem questões (*as da defesa nacional, do aumento da riqueza social, etc.*) para as quais só se pode conceber a cooperação de classes.”, *Il Viandante*, 12-12-1909, citado por Santarelli, *op. cit.*, p. 129. Grifos nossos. E Cabrini chega mesmo a afirmar que: “Quanto mais eu vivo no coração das nossas instituições estatais mais a

No plano da política nacional a queda do gabinete Sonino, em 1910, e sua substituição por Luzzati, partidário de uma legislação social, coloca de novo a questão do ministerialismo abandonada desde o VIII Congresso (1904). O grupo parlamentar sustenta o novo governo. A seção romana protesta e o debate se amplia no interior do partido. Os reformistas da extrema direita socialista ultrapassavam os limites do possível.⁷⁵ Na metade desse ano Rigola lança a idéia de constituir-se na Itália um partido do tipo *Labour Party* ⁷⁶ censurando assim o PSI.

No XI Congresso do PSI, outubro, as críticas à Rigola são duríssimas. Ele concilia dizendo ser um defensor do PS. Não se tratava, dizia ele, de criar um novo partido mas apenas de dar representação direta no parlamento à CGL. Nesse mesmo congresso Turati ataca os revolucionários e os reformistas de direita e de esquerda. Pronuncia-se contra o *bloccardismo*.⁷⁷ Sal-

conquista do poder executivo central aparece como coroamento lógico e natural da conquista gradual do poder legislativo. (...) Certo. Essa conquista não é o ato decisivo, revolucionário, ditatorial, que em outros tempos foi profetizado à marcha do proletariado: ele é, pelo contrário, a sua negação, dado que constitui um dos atos do processo democrático." *Il Viandante*, 28-12-1909, *idem*, p. 131. Grifos nossos.

⁷⁵ Leonida Bissolati, chefe da extrema direita socialista, advogara a tese da necessidade da pátria em caso de agressão estrangeira e preconizara o abandono do tradicional voto dos socialistas contra os orçamentos de guerra.

⁷⁶ Afirmava Rinaldo Rigola: "Queira-o ou não, hoje, o proletariado continua a estar sob a tutela de uma classe que não é a sua. Ora, se o socialismo é um movimento revolucionário, e não um sistema social pré-fixado, é necessário admitir que este movimento deve ser sempre feito mais diretamente pela classe operária. (...) Quando se diz que o partido, isto é, aquele aglomerado de rábulas, botequineiros, açougueiros, meio-patrões, ex-operários, etc., etc., (...) é o depositário da fé e dos sagrados princípios socialistas, enquanto a organização econômica é somente aquela que se preocupa unicamente com as questões imediatas, materiais, sem qualquer *avvenimento* idealista, se diz apenas algo relativamente próximo da verdade. (...) Não é concebível que deva ser esta oligarquia que decida a tática política a seguir-se para realizar os interesses do proletariado. Dado que são dois movimentos – o específico da classe: sindicatos, e o político: partido – mesmo que o programa seja único, dado que os movimentos são dois é necessário que cada um tenha seus representantes no Parlamento.", citado por Secchia, *op. cit.*, pp. 263-264 e Pepe, *op. cit.*, p. 165.

⁷⁷ *blocco*: alianças eleitorais locais, vinculadas à idéia de autonomia das seções.

vemini pronuncia-se contra o reformismo oficial denunciando os perigos do corporativismo e da proteção aos grupos privilegiados e também ataca aos revolucionários. Lazzari, intransigente, pronuncia-se contra as tentativas de submeter o partido às contingências favoráveis de obtenção de uma legislação social, contra todo e qualquer ministerialismo bem como contra a tese turatiana de participação crescente do proletariado nos benefícios do capitalismo. Cabrini defende fortemente a política dos organismos sindicais e Bissolati vai mais longe: autonomia local, autonomia do grupo parlamentar, ministerialismo total, submissão do PSI à CGL. Os reformistas de Turati vencem por 12.094 votos (52,36%) contra os 6.358 (27,53%) dados a Lazzari e os 4.644 (20,11%) dados a Morgari. Desaconselha-se a participação de maçons. Treves passa a dirigir o *Avanti!*

Diante da questão de Tripoli e da guerra contra a Turquia é convocado um congresso extraordinário – o XII, Modena, outubro de 1911 – para examinar a situação. A extrema direita socialista – Bonomi, Bissolati, Cabrini, Berenini, Graziadei, Podreca e outros – manifestam-se por uma política colonialista, pelo apoio à guerra. São os *libici* do PS. Os reformistas de esquerda, através de Busi, denunciam a guerra e propõem a passagem do partido à oposição sem negar o possibilismo. Lerda (intransigente) diz que a guerra não era conjuntural mas correspondia à essência do capitalismo e denuncia a submissão do partido aos interesses imediatos da classe tal como eram expressos pelas suas organizações econômicas. Francesco Ciccoti (revolucionário) sustenta a oposição à guerra. Turati também se opõe. Votadas as diversas moções, os revolucionários vencem com 8.646 votos (40,73%) contra os 7.818 (36,83%) de Turati e Treves (reformistas de esquerda), 1.954 (9,20%) dos reformistas de direita, 1.736 (8,18%) de Modigliani (reformista de esquerda) e 1.073 (5,05%) de Pescettio (integrista). Os revolucionários passam a ser maioria relativa no partido.

A 23 de fevereiro de 1912 a totalidade do grupo parlamentar do PSI, exceto Enrico Ferri, vota contra a anexação da Líbia ao reino da Itália. No dia 14 de maio o rei sofre um atentado anarquista e quebrando a disciplina os *libici* Bonomi, Cabrini e Bissolati dirigem-se ao *Quirinale* para cumprimentar o monarca. Benito Mussolini reage escrevendo um violento editorial – Expulsão!

– no *La Lotta di Classe*, de Forlì. O Congresso da Federação Socialista da Romagna apoia a sugestão. Del Carria destaca a importância do editorial: “Pela primeira vez no grande partido eleitoralístico onde todo dissídio era mediado, se coloca o problema organizacional da eliminação dos ramos secos da burguesia que minam a unidade ideológica da vanguarda do proletariado.”⁷⁸

4.5. A sinistra comanda o PSI

O XIII Congresso reúne em julho, em Reggio Emilia. Lazarri inicia o violento ataque à direção do Partido debilmente defendida por Modigliano. Serrati também ataca a direção. Mas o grande personagem é Benito Mussolini. O ataque ao grupo parlamentar é fortíssimo: “O grupo não deve ter senão uma autonomia: a autonomia tática. Mas não deve ter autonomia política, não é necessário concedê-la. É necessário que os deputados saiam do equívoco. Representam o partido ou a massa eleitoral? (...) Pois bem, devem ser submetidos ao controle do partido (...). Os Deputados devem obedecer à Direção.”⁷⁹ Após elencar as ações dos reformistas, Mussolini pede a expulsão de Bonomi, Cabrini e Bissolati. A fração de esquerda lembra-lhe aos berros “e Podreca?”. Que é imediatamente agregado sob a explícita acusação de nacionalista e partidário da guerra. Cabrini tenta inutilmente defender-se. Bonomi sustenta abertamente suas posições. Berenini pela direita, declara que acompanhará os expulsos. Feita a votação a moção de expulsão, proposta por Mussolini, obtem 12.556 votos (53,51%), a moção de censura (Reina), obtem 5.633 votos (24%), uma outra moção de censura (Modigliani-Turatti) recolhe 3.250 votos (13,85%) e 2.027 (8,64%) se abstêm. O Congresso aprova ainda uma moção de Lerda (intransigente) sobre a questão eleitoral: “O partido socialista não pode ser, pela sua essência revolucionária, senão um partido de agitação e de educação, nunca um partido de governo.”⁸⁰ Aprova ainda uma moção antimaçônica (Zibordi), afasta-se o sistema de autonomia parlamentar, impede-se o fechamento, pedido pelos reformistas, da *Federazione Giovanile Socialista Italiana*. Lazzari passa a

⁷⁸ Del Carria, *op. cit.*, p. 433.

⁷⁹ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 433.

⁸⁰ citado por PCIn, *op. cit.*, p. 56.

ser o novo secretário do PSI. E após um pequeno interregno, com Bacci, o *Avanti!* passa ao comando de Mussolini.

Os deputados expulsos do PS fundam o Partido Social-Reformista sem maior expressão política.

O ano de 1913 vê o PS crescer eleitoralmente. Elegerá 52 deputados enquanto os sociais-reformistas elegem apenas 19 e os socialistas independentes elegem 8. Registre-se o progresso constante do PSI no campo eleitoral.⁸¹

Ano	Votos	Deputados
1892	27 000	7
1895	76 359	15
1897	108 086	16
1900	164 946	33
1904	326 016	29
1909	347 615	41
1913	883 409	52

O XIV Congresso – Ancona, abril de 1914 – se defronta com a questão dos maçons⁸² e das eleições locais.⁸³ A primeira quando posta em votação termina pela determinação da expulsão dos socialistas que sendo maçons se recusassem a abandonar a maçonaria. A moção de expulsão (Mussolini-Zibordi) obtém 27.378 votos (81,29%) contra os 2.296 (6,82%) dados a moção

⁸¹ Leonetti, *op. cit.*, p. 118.

⁸² Sobre a questão da maçonaria ver na revista *Utopia* os artigos de Giulio Berni, “Una campagna contro la masoneria”, a. I, nº 2, de Giuseppe De Falco, “Il congresso di Ancona”, a. II, nº 7-8 e o famoso discurso de Mussolini no Congresso de Ancona: “Contro la masoneria”, a. II, nº 7-8.

⁸³ Sobre a questão dos blocos eleitorais e do eleitoralismo ver na revista *Utopia* os artigos de Giuseppe di Falco, “Il trionfo di un metodo”, a. I, nº 1; de Tommaso Sorricchio, “Il valore dell’azione socialista parlamentare”, a. II, nº 1; de Giuseppe di Falco, “Devono i socialisti ‘conquistare’ i comuni?”, a. II, nº 2; de Benito Mussolini, “Un ‘blocco rosso’”, a. II, nº 3-4; de Amadeo Bordiga, “Il socialismo a Napoli”, a. II, nº 3-4 e de Giuseppe di Falco, “Il Congresso di Ancona”, a. II, nº 5-6.

de incompatibilidade doutrinal, 2.185 (6,49%) dado à moção de desinteresse e 1.819 (5,40%) da moção de compatibilidade doutrinal. No que se refere às eleições locais o debate é travado entre Modigliani que quer acordos entre partidos e sindicatos vinculados à CGL e Serrati que denuncia o espectro da colaboração de classe, do partido trabalhista e do obreirismo. Votadas as moções, Ratti (intransigência absoluta) obtem 22.591 votos (65,7%), Mazzoni (substitutiva da moção Ratti) obtem 8.584 votos (24,96%) e a moção Modigliani só obtem 3.214 votos (9,34%).

4.6. A questão cultural no Congresso da Juventude

Capítulo a parte foi o Congresso da *Federazione Giovanile Socialista Italiana*, realizado em Bolonha, setembro de 1912. Particularmente importante pelo debate que se trava entre Tasca e Bordiga sobre os problemas da cultura.

Bordiga sustenta que, no regime capitalista, “a educação dos jovens se faz mais na ação do que no estudo regulado por sistemas e normas quase burocráticas”. Contra tal tendência, conclama os jovens a

“tomar parte ativa na vida das organizações de ofício, fazendo a mais intensa propaganda socialista entre os companheiros organizados; especialmente difundindo a consciência de que o Sindicato não tem por fim único as melhorias econômicas imediatas, mas, pelo contrário, é um dos meios para a emancipação completa do proletariado, ao lado das outras organizações revolucionárias.”⁸⁴

Afirma que a escola, no capitalismo, nada mais é do que “uma potente arma de conservação mas mãos da classe dominante”⁸⁵ Mais:

“a finalidade do nosso movimento é contrapor-se aos sistemas de educação da burguesia, criando jovens intelectualmente livres de toda a forma de preconceito, dedicados a trabalhar pela transformação revolucionária das bases econômicas da sociedade, prontos a sacrificar na ação revolucionária todo interesse individual”.⁸⁶

⁸⁴ *L'Avanguardia* (L'A), 15-9-1912, citado, in PCIn, *op. cit.*, pp. 185-186.

⁸⁵ *idem*, p. 185.

⁸⁶ *idem*.

Esse tipo novo de educação “só pode ser dado pelo ambiente proletário quando este viva da luta de classe entendida como preparação às conquistas máximas do proletariado”.⁸⁷ Acredita que, “os jovens encontrarão em todas as agitações de classe do proletariado o melhor terreno para o desenvolvimento da sua consciência revolucionária”.⁸⁸

Em contrapartida, Tasca sustenta que a educação socialista deve “elevar a alma e a mente da juventude proletária, com uma instrução genérica, literária e científica”, capaz de “dar ao Partido militantes conscientes e seguros; (...) criar organizadores competentes e bons produtores, mediante uma ação de elevação e de aperfeiçoamento técnico-profissional, sem a qual não será realizável a revolução socialista.”⁸⁹ A posição de Tasca é melhor esclarecida pela sua moção que, segundo Spriano, não foi publicada pelo *L'Avanguardia*, mas foi transcrita no *L'Unità* de 12 de outubro:

“As teorias progrediram, mas a cultura, isto é, os homens, permaneceram no mesmo ponto. O nosso partido foi formado na maioria por pessoas que julgam com critérios de mais de dez ou vinte anos. Não podemos mais proclamar a verdade do socialismo em nome da ciência: não que entre um e outra existam contradições, mas porque os socialistas não sabem mais onde se encontra a ciência.”⁹⁰

Votadas as duas posições, Bordiga recolhe 2730 votos e Tasca obtém 2465. A polémica aberta pelo Congresso dos jovens vai dar margem a uma intervenção do salveminiano *L'Unità*. O comentário de Pietro Silva sobre o debate suscita retificações de ambas as partes.

Bordiga faz a sua retificação: concorda com Silva que a crise do socialismo está no corporativismo, no culto do parlamento, no localismo e na falta de unidade do partido, mas recusa a idéia de crise da cultura. À crise do socialismo ele propõe um forte movimento anti-burguês, onde o entusiasmo e a fé socialistas prevaleçam sobre a cultura escolar. Afirmar não renegar a cultura

⁸⁷ *idem.*

⁸⁸ *idem.*

⁸⁹ *idem*, p. 184.

⁹⁰ citado por Spriano, *Op. cit.*, p. 253.

socialista, mas esta nada a tem a ver com o “odioso campo do regime escolar”; que a cultura socialista só pode ser realizada pelos jovens socialistas

“no vivo da luta e do confronto social, que desenvolve neles o desejo de tornar-se mais aptos para a batalha. (...) Se a nossa *Avanguardia* assumir uma orientação cultural, depois de quatro números os operários não a lerão mais. Mas nossos jovens companheiros que hoje a procuram e a amam, vêm nela um cenáculo de luta, encontram nas nossas campanhas toda a alma proletária (...). No operário socialista, a convicção é filha do entusiasmo, e há algo que não deixa gastar esse sentimento: a solidariedade instintiva dos explorados.”⁹¹

Tasca fala apenas do sectarismo dos bordiguistas, “expressão pessoal de uns poucos, estragados pelo ambiente romano” que ameaçava vaiar a posição contrária enquanto a posição vencida tinha tido a votação “compacta das regiões onde o movimento juvenil é mais forte e mais maduro: Piemonte, Regiano e Parmense”.⁹²

Salvemini intervém no debate a 26 de outubro, para retomar uma batalha que travara desde quando era do PSI: a da incultura da massa do partido. Comentando as posições de Bordiga sobre a crise da fé socialista, ele pergunta:

“Mas porque chegamos a isto? Para tal pergunta Bordiga não encontrará resposta na sua teoria segundo a qual o entusiasmo e a fé bastam para tudo, e que basta a solidariedade instintiva dos explorados para renovar o mundo. Não basta *querer*, isto é, ter fé e desejar o bem, para *poder*, é necessário também *saber*. A fé e o entusiasmo que pretendem traduzir-se na realidade, saltando a fase do saber, não conduzem senão aos despropósitos mais grosseiros e, portanto, à aridez de todo o entusiasmo e ao fim de qualquer fé. Bastaram dez anos de *querer* sem *saber* para reduzir o Partido ao *não poder* e ao *não querer*.”⁹³

⁹¹ *L'Unità*, 14-10-1912, in *idem*, p. 188.

⁹² *L'Unità*, 16-10-1912, citado in PCIn, *op. cit.*, pp. 186-187. Ainda sobre a posição de Tasca no debate sobre a escola e a cultura ver o seu artigo: *I socialisti e la scuola, Utopia*, a. II, nº 3-4.

⁹³ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 254.

Capítulo 5

A nova ideologia da direita: o nacionalismo

O processo da industrialização italiana desde o começo fora monopolista e sua realização reafirma, pouco a pouco essa tendência. A pequena burguesia e a chamada classe média vêm-se desde logo afastadas tanto do poder econômico quanto do poder político. Essa liminaridade se acentua com o setor intelectual desses grupos.

“Daí surge o nacionalismo em polêmica com a política (...) da velha classe dirigente, o antiparlamentarismo que vê o parlamento como fetiche a abater para renovar a classe política, o irracionalismo contra o positivismo até então imperante na cultura governamental, e na socialista, o futurismo contra a literatura e a arte oficiais, o super-homem contra a vida cinzenta do dia a dia da pequena burguesia.”¹

Luta contra o positivismo. Os futuros nacionalistas terão grandes aliados: Antonio Labriola e Benedetto Croce. Estes combateram as deformações que o positivismo tinha introduzido seja no marxismo, seja na cultura italiana em geral. A luta contra os positivistas realizada pelos nacionalistas é, pelo contrário, travada no quadro de uma luta contra a democracia, na medida mesmo em que o positivismo fora a base ideológica dos partidos democrático radicais, e mesmo do PSI.

Luta que assume tanto o evolucionismo bergsoniano e suas implicações sorelianas quanto o pragmatismo de William James – que será lido na Itália, inicialmente, em uma vertente mística. Aí estão presentes tanto o historicismo idealista de Croce quanto o atualismo de Gentile. Todas essas correntes intelectuais acabarão por permitir a formação de um amálgama, de uma visão intelectual cujo ponto nodal é a já citada luta contra o positivismo.

¹ Del Carria, *op. cit.*, vol. 1, p. 349.

Nunca será demasiado ressaltar que na Itália as editoras e as revistas fizeram as vezes de verdadeiros partidos políticos. E, como os demais, os nacionalistas também se servirão delas.

A primeira revista da nova corrente é *IL Leonardo*, fundada em Florença por Giovanni Papini e Giuseppe Prezzolini. *IL Leonardo*, contrariamente à idéia crociana de codificação de uma nova cultura idealista, irá desempenhar um papel abertamente contestador. Fortemente irracionalista, suas posições passavam por Kierkegaard, Nietzsche, Dostoiévski, Pascal, Bergson, Blondel, William James, Pierce, Dewey, sindicalismo revolucionário, nacionalismo, budismo, modernismo, magia e teosofia. *IL Leonardo* "quer ser uma revista de contestação dos ideais, da mentalidade, dos costumes típicos da burguesia italiana e conduz (...) uma polêmica vivíssima contra o positivismo, a democracia, o socialismo, o giolittismo e a organização estatal existente na Itália."² É uma tendência claramente direitista, mas de uma direita nova, com pretensões imperialistas. A ação de Giolitti após a greve de 1904 faz com que as críticas dirigidas a ele por parte da revista percam intensidade.

Croce tem, no início, uma posição simpática. Fala de Papini e de Prezzolini como sendo portadores "de almas agitadas e inebriadas pela virtude das idéias, e escritores vivazes e mordazes", defensores do idealismo "na forma dada por Bergson como filosofia da contingência, da liberdade, da ação."³ Não é apenas Croce que, no início, apoia a revista: William James e Pierce, Sorel e Bergson, Salvemini, Amendola, Piero Gobetti, Renato Serra e mesmo Vaillati e Calderoni.

Um processo de diferenciação vai se processar no interior da revista nos anos de 1905-1906. Por um lado, um pragmatismo próximo ao empirocriticismo (Vaillati e Calderoni) e, por outro, um pragmatismo de tipo místico (Papini). Papini concede o primado à vontade. Tratava-se de "descobrir *a priori* o mundo (...) modificá-lo (...) modificar o nosso organismo (...) curar o nosso corpo (...) construir nossas sensações (...) criar Deus com nossa prédica

² Giorgio CANDELORO, *op. cit.*, vol. VII, p. 271.

³ citado por Garin, *Storia della filosofia italiana*, vol. 3, p. 1301.

e nossa fé.”⁴ Vailati e Calderoni seguem as trilhas de Pierce conseguindo mesmo uma renovação da problemática do positivismo: “um aprofundamento 'positivo' do significado do saber científico, um esforço por uma análise aprofundada dos vários campos da experiência e dos vários tipos de linguagem.”⁵ Além disso, a aproximação cada vez maior de Prezzolini em relação à Croce. Em 1907 a revista cessa sua publicação.

Obviamente, o nacionalismo não tinha pretensões revolucionárias, ainda que, uma ou outra vez, tivesse que assumir essa fachada. Tratava-se muito mais de ganhar espaço para forçar uma melhor inserção no aparelho estatal. Suas propostas “imperialistas” e colonialistas pouco tinham a ver com a fase imperialista vivida pelo capitalismo. Os nacionalistas – Corridoni, Papini⁶, Prezzolini⁷ estão, é importante ressaltar, profunda e basicamente fundamentados nas teorias de Mosca e de Pareto, em especial na tese da circulação das elites. Renovar-se ou perecer, eis o desafio que eles colocam à burguesia. Na realidade renovar significa conceder participação no poder aos nacionalistas, para deste modo evitar que outras classes tomem o poder. *Il Regno*, outra revista nacionalista, fundada em setembro de 1903,⁸ tem precisamente a função de lutar contra os socialistas, ainda que combata também, de forma diferente, a velha classe dominante. Corradini defende a tese de que o socialismo, inicialmente a única força viva da Itália, pouco a pouco se tornara reformista, pacifista, parlamentar, oportunista, e maçônica. Também devia ser combatida a “monarquia socialista”.⁹ Era preciso que a melhor parte da burguesia despertasse e lutasse contra a politicalha. Os nacionalistas opunham, à Itália de então, o modelo da velha Roma, dos *condottieri*, da Itália renascentista. *Il Regno* irá desaparecer em 1905.

⁴ citado por Garin, *op. cit.*, vol. 3, p. 1304.

⁵ Garin, *op. cit.*, vol. 3, p. 1306.

⁶ Cf. *A nationaliste programme*, conferência feita em fevereiro de 1904, in *Italian Fascism*, pp. 99-119.

⁷ Cf. *An aristocracy of brigands* e *Can the bourgeoisie revive?*, *idem*, pp. 120-127 e 128-133.

⁸ Cf. o editorial de fundação em *idem*, pp. 137-140.

⁹ nome dado à democracia parlamentar giolittiana.

A herança do nacionalismo será recolhida por Prezzolini e Papini, que em 1908, fundam a revista *La Voce* cujo propósito era a criação de um órgão fora dos partidos “que defenda princípios acima das lutas políticas”.¹⁰ Essa colocação do ideal nacionalista como superior às lutas políticas se, por um lado pretende expressar uma identidade política, por outro é a confissão da própria inexistência dessa identidade: “Estamos acomodados mais pelos ódios do que por fins comuns: na verdade o melhor cimento; e nos reúnem mais as forças do inimigo do que as nossas.”¹¹

Pelas folhas da revista desfilam: liberais (Amendola); neoliberais (Croce e Gentile); ex-socialistas (Salvemini); gentillianos (Guido de Ruggiero, Vito Fazzio Allmayer, Adolfo Omodeo, Armando Carlini) e nacionalistas (Federzoni, Davanzati e Papini). A revista tende a desenvolver uma problemática cultural de tipo crociano. Oposicionista em relação a Giolitti, a revista discute os grandes temas nacionais: o sul, a escola, a universidade, a cultura popular, o voto universal, etc. Por volta de 1911 os contrastes se acentuam: Salvemini quer dar-lhe um caráter claramente político contra a tendência culturalista. Também a questão da Líbia separa seus redatores e Salvemini acaba por retirar-se. Sai e funda a revista *L'Unità*. Outro elemento de discórdia é o futurismo que provoca, em 1913, uma nova cisão: Papini e Soffici saem e fundam a revista *Lacerba*.

O nacionalismo sofre então as mais diversas influências: a republicação das obras de Oriani, crítico da formação do estado unitário e revalorizador da política colonial de Crispi; a presença de D'Annunzio com o seu individualismo exasperado, seu apelo à violência; a influência de Sorel a partir da sua “concepção espontaneísta e voluntarista da revolução proletária contida no livro *Réflexions sur la violence* (...) da polêmica anti-iluminista e antidemocrática contida no livro *Les illusions du progrès* (...)”¹² da sua desvalorização das ideologias reduzidas a mitos; o futurismo, cujo manifesto lançado pelo *Le Figaro*, de Paris, em 20 de fevereiro de 1909, que pretende romper com todo o passado, principalmente nas artes, exaltador da violência, da

¹⁰ citado por Robert PARIS, *As origens do Fascismo*, p. 36.

¹¹ citado por Del Carria, *op. cit.*, vol. I, p. 350.

¹² Candeloro, *op. cit.*, p. 277.

agressividade, da "guerra, higiene única do mundo"¹³, do militarismo, da virilidade e da vitalidade; e por fim, mesmo o *irridentismo*, inicialmente patrimônio dos partidos democrático-burgueses, dos radicais, da maçonaria, etc., serve como estímulo: os conflitos entre eslavos e italianos na Ístria e na Dalmácia contribuem para dar caráter nacionalista ao *irridentismo*.¹⁴

O que era o nacionalismo:

"Era um pouco de positivismo anti-spenceriano; luta pela vida, seleção do mais forte (...). Era um pouco de sindicalismo: exaltação do fato econômico e das organizações das forças produtivas como elementos que deveriam dirigir, no lugar das velhas formações políticas, a vida social. Mas era também a divinização alemã do Estado, na qual e pela qual somente vivem os indivíduos e tomam finalidade e sentido os fatos econômicos, sociais, religiosos. Enfim e sobretudo era muito, muitíssimo nacionalismo francês (...). Depois do que, nada mais natural que os nacionalistas se apresentassem como aqueles que abriram o caminho 'a uma formação italiana, política, moral e espiritual', expulsando toda infiltração de pensamento estrangeiro, e particularmente as sobrevivências da revolução burguesa gálica e da revolução socialista alemã; programa este, de expulsão das idéias estrangeiras e de escrupulosa nacionalização do pensamento, que, naturalmente tinha se baseado fortemente no habitual evangelho francês maurrasiano."¹⁵

Em 1910 se funda a *Associazione Nazionalista Italiana* (ANI) que se propõe a suscitar um despertar nacional.¹⁶ "Tal como o socialismo tinha acordado o proletariado e o tinha colocado em posição de 'ditar a sua lei de classe às outras classes', o nacionalismo, substituindo a luta de classes pela luta 'das nações', devia segundo Corridoni, suscitar na Itália 'a vontade da guerra vitoriosa'."¹⁷ Os conflitos que se vinham produzindo no mundo mos-

¹³ Título da obra de Tommaso Marinetti, *Guerra Sola Igiene del Mondo*, Milão, 1915.

¹⁴ *Irridentismo*: movimento de libertação dos territórios italianos ainda sob o domínio austro-húngaro. Libertação das terras ainda não redimidas, *irridenti*.

¹⁵ "Premesse nazionalistiche", *Il Tempo*, 9-11-1919, de Luigi Salvatorelli, in *Nazionalfascismo*, pp. 41-42.

¹⁶ Extratos do relatório de Corradini para o 1º Congresso da ANI encontram-se parcialmente transcritos em *Italian Fascism*, pp. 146-148.

¹⁷ Paris, *op. cit.*, pp. 36-37.

travam, segundo os nacionalistas, o despertar dos povos outrora dominados como, p. ex., o Japão. Tratava-se de modificar toda a política interna, de mudar todas as estruturas, de varrer toda a “politicalha”. E no Congresso de fundação da ANI, em Florença, Corridoni lança o socialismo nacional. A idéia da nação proletária era o elemento decisivo: “Da mesma maneira que, dentro dos limites de cada Estado, se formou um conjunto de classes dominadas, assim também, nas relações internacionais, existem Estados mais fortes e Estados mais fracos: os Estados burgueses e os Estados proletários.”¹⁸ Esta idéia será extremamente importante para o desenvolvimento da ideologia nacionalista. A Itália é a “grande proletária”. E este aparente radicalismo será importante na futura mutação dos nacionalistas ex-socialistas como Benito Mussolini e Arturo Labriola, entre outros.

A partir desse Congresso surge, em 1911, o semanário *L'Idea Nazionale*. Corridoni, Federzoni, Coppola, Maraviglia e Davanzati pretendem expressar e representar os interesses dos “produtores de riquezas” – retomando assim um tema soreliano. O jornal “confusamente defendia um Estado forte, exaltava as forças armadas, apregoava o nacionalismo econômico e a expansão colonial, (...) e apelava, regularmente, a uma política de prestígio”.¹⁹

Se o Congresso de Florença recebera nacionalistas, liberais, republicanos e mazzinianos isso não se repetirá. No II Congresso, em Roma, dezembro de 1912, a ANI depura os maçons. E, em Milão, maio de 1914, os liberais, vinculados à indústria leve, são expurgados. Permanecem apenas os representantes nacionalistas vinculados à indústria pesada e ao grande capital. Estas frações da burguesia tinham encontrado – afinal! – seus ideólogos.

¹⁸ citado por Paris, *op. cit.*, p. 38. Para maiores detalhes da posição de Corridoni ver: “*The proletarian nations and nationalism*” (1911); “*Nationalism and Democracy*” e “*The Cult of the Warrior Morality*” (ambos de 1913), agora em *Italian Fascism*, pp. 149-151, 152-154 e 155-158.

¹⁹ Paris, *op. cit.*, p. 39.

Capítulo 6

Os católicos e sua intervenção na política italiana

No campo ideológico italiano, a presença dos católicos é vital. O controle exercido sobre as massas subalternas pela Igreja foi sempre decisivo. O processo de unidade italiana foi longamente retardado pelo poder temporal do Papado. A unidade italiana foi feita contra ele e, por isso, a inserção dos católicos na política nacional foi lentíssima.

Mesmo antes da unidade a luta entre o reino do Piemonte e o Vaticano foi duríssima. Pelas leis Sicardi (1850) era abolido o foro especial para os eclesiásticos e as sociedades eclesiásticas colocadas fortemente sobre controle. Aboliam-se as penalidades contra o trabalho nos dias santificados – o que além de golpear a Igreja, beneficiava o patronato. Em 1855 toda e qualquer congregação que não se dedicasse à pregação, à assistência aos enfermos e à instrução foi abolida e teve seus bens confiscados. Em 1865 pelo novo Código Civil se aboliram as congregações religiosas e os capelães militares. E os padres foram obrigados ao serviço militar.

A reação vaticana não demora. Pela alocução *Maxima quidem lætitia* (1862) o Papa declara não poder ser livre sem o poder temporal. Dois anos após, pela encíclica *Quanta Cura*, o Papa condena os “erros” do liberalismo, exige o poder temporal, o privilégio de foro, o direito de vigiar as escolas estatais, de regulamentar o casamento. O máximo da tensão se dá no Concílio Vaticano (1869-1870) onde se proclama a infalibilidade papal e quando da conquista de Roma o papa declara seu auto-cativeiro.

A chamada Questão Vaticana tem sua data de surgimento coincidente com a unificação de Roma ao Estado italiano. Estado do qual o Papa se declara prisioneiro.

Após a unificação começa um gradual processo de normalização das relações. Pela Lei das Garantias (31-1-1871), embora o Estado italiano não reconheça qualquer soberania territorial do papa concede a este uma série

de privilégios: concede-lhe honras de soberano e o declara isento da jurisdição penal italiana; reconhece e garante o corpo diplomático credenciado junto ao papa com os mesmos direitos dos diplomatas credenciados junto ao rei; concede o direito do papa de ter seus corpos armados, seus próprios telégrafo e mala diplomática, etc. Além da vila de Castel Gandolfo, dos Palácios Vaticano e Lateranense e dotação anual de L. 3.225.000.

Concede mais: a cessão de seus direitos de controlar a publicação das novas leis eclesiásticas e, em geral, sobre os atos das autoridades eclesiásticas; abre mão do seu direito quanto ao juramento de fidelidade dos bispos e do seu direito de nomeação dos bispos nas regiões onde o rei reivindicava tal direito. Chega mesmo a declarar os cardeais não passíveis de punição penal em época de concílio. Não abre mão, contudo, neste momento, de controlar os atos referentes à concessão de rendas e aos bens das instituições eclesiásticas. Apesar dessas concessões o papa considera inaceitável a lei.

A partir de 1874 os católicos são formalmente proibidos, pela Bula *Non Expedit*, de participar da vida política nacional. A palavra de ordem é “*nem electores, nem electos*”. A luta será longa.¹ Trata-se da luta de dois poderes que buscam o domínio dos corpos e das almas. Em 1875 o Estado declara que mesmo o clero está obrigado ao serviço militar. Segue-se a rebelião dos bispos que se recusam a solicitar o *exequatur* real para tomar posse de suas dioceses. O estado pune essa rebelião. Reforça-se a organização católica: são criadas a *Opera dei congressi e dei comittati cattolici in Italia* (*Opera*) e a *Giuventù Cattolica Italiana*. Os católicos passam a luta em defesa da escola “livre”² e contra o divórcio. Em 1877 a luta é contra a lei de educação primária que tornava o ensino religioso facultativo e se requeria o pedido dos pais.

O reforço da centralização da disciplina eclesiástica é promovido pelo papa Leão XIII que para tal objetivo fortalece a cultura tomista como base da teologia e em 1890, convoca os católicos a desobedecer ao Estado italiano. No ano seguinte, ele publica a *Encíclica Rerum Novarum* para fazer frente

¹ E só terminar com os *Acordi del Laterano*, feitos já sob o domínio do fascismo (1929). Cf. Arturo Claro JEMOLO, *Chiesa e Stato in Italia. Dalla unificazione ai giorni nostri*. Em especial as páginas 220-258.

² Ou seja: o direito da Igreja possuir suas próprias escolas.

ao avanço do movimento socialista e proletário. A *Rerun Novarum* reconhece que o trabalho não é uma mercadoria como outra qualquer e, portanto, não pode estar submetido apenas a oferta e a procura. Cria-se assim as condições para a formação e desenvolvimento do sindicalismo *bianco*, católico.

Nesse mesmo ano o IX Congresso católico tem a presença de 284 sociedades operárias com 73 mil aderentes. Além de representações de tipo sindical aí encontravam-se cooperativas e *mutuas*. O Congresso de 1892³ convidava as associações rurais, de proprietários e camponeses, a se agruparem territorialmente, surgindo assim a primeira união agrária católica. Em 1894, a *Unione Cattolica* propõe o programa do *azionariato operaio*⁴, propõe também as uniões profissionais mistas – de patrões e trabalhadores. Estas duas teses serão consagradas pelo XI Congresso Católico.

A luta pela renovação católica⁵ se trava nos Congressos, mas diante da intransigência conservadora (dos “velhos”), os democratas cristãos (os “jovens”) se rebelam e juntamente com os moderados se articulam nos *Fasci democratici cristiani*.⁶ Mesmo entre os militantes desses *fasci* haviam contradições. Murri (democrata cristão) tinha uma visão anti-estatal e Meda (moderado) não via antagonismo entre o Estado e a Igreja.⁷

Já no XVII Congresso (Roma, 1900) os “velhos” evitam o confronto. A questão *Opera X Fasci* deveria ser regulamentada proximamente pelo Vaticano. Esse Congresso favorece a formação de uniões profissionais compostas unicamente por trabalhadores. A 1º de novembro, Murri – da revista *Cultu-*

³ ano de fundação do Partido Socialista.

⁴ Ações das empresas deveriam ser distribuídas aos operários e junto a isso a participação nos lucros das empresas.

⁵ sobre o modernismo ver Jemolo, *op. cit.*, pp. 111-116.

⁶ Não sem um certo escândalo visto que a palavra *fasci* àquela época designava as organizações socialistas e/ou sindicais.

⁷ Murri insiste na “necessidade de uma reorganização começada de baixo e, portanto, no sentido oposto à ação do Estado moderno”, Carta a Meda (setembro de 1899). Meda responde: “Penso que nos propormos a combater o Estado é afirmar que em si mesmo o Estado está contra nós: pelo contrário, o Estado, mesmo nas suas atuais formas italianas, poderia muito bem subsistir em harmonia com a Igreja.” citado por Candeloro, *op. cit.*, p. 188.

ra Sociale –, Valente – do *Popolo Italiano* – e Mattei Gentile fundam o *Domani d'Italia* que ser o órgão dos democratas-cristãos. Logo após o Vaticano deixa claro que a ele, e só a ele, competia a formação de um partido católico.

O ano de 1901 começa com a encíclica *Graves de communi* que recusa as interpretações de Murri: não é lícito “dar um sentido político à democracia cristã”. Mais ainda: reforça que o “entendimento e a ação dos católicos que visam promover a ação dos católicos que visam promover o bem dos proletários, não deve (...) propor-se a preferir e preparar com isto uma forma de governo ao invés de outra”.⁸ E reafirma que a *Opera* era a única organização geral dos católicos. Aproveitando-se das ambigüidades do texto, os democratas-cristãos intensificam a organização e a propaganda. Com isso o movimento sindical católico cresce e o *Domani d'Italia* se expande. Os democratas-cristãos chegam mesmo, no Congresso regional de Milão a reconhecer o “confronto e a luta de interesses e das classes na produção e na vida pública (...) a resistência legal e a greve como meios de defesa dos interesses dos humildes”.⁹ Na realidade, a ambição do grupo era travar a luta contra os socialistas no próprio terreno daqueles, e tentar obter o comando do movimento dos trabalhadores.

Leão XIII diante do avanço democrata cristão se vê diante do dilema de submetê-los ou não à *Opera*. O risco era o do surgimento de um partido católico. O papa sugere aos jovens a integração no 2º grupo da *Opera* (o econômico-social); e reforma a *Opera*, subordinando-a ainda mais à autoridade eclesiástica. Dissolve por fim, em fevereiro de 1902, a organização dos democratas-cristãos, os quais são obrigados a entrar na *Opera* e aí fundarem uma fração. A luta se torna interna à *Opera*.

Em 1903, punido pelo Cardeal Respighi por um discurso sobre liberdade e cristianismo, Murri declara que dedicar-se-ia então apenas a uma sociedade cultural. Passa o controle do *Domani d'Italia* ao 2º grupo da *Opera*, conservando a *Cultura Sociale*. Retoma as suas atividades políticas, re-interpretando posições papais: sua situação se torna mais e mais insustentável.

⁸ *idem*.

⁹ *idem*, p. 189.

O novo papa, Pio X, inicia a normalização das relações com o estado italiano. Pela encíclica *E supremi apostolatus cathedra*, defende a necessidade da criação da ação católica: “instrumento insubstituível para a defesa, a restauração e a difusão dos princípios cristãos na sociedade moderna, nascida da revolução francesa e atingida pelo paganismo”.¹⁰ No referente à questão da *Opera*, Pio X não altera nada. O combate entre conservadores e democratas cristãos se acirra mais no XIX Congresso Católico.

O grupo conservador apresenta, a 2 de setembro de 1904, na reunião do Comitê Permanente da *Opera*, moção condenando a democracia cristã, o predomínio dos temas econômicos na ação social da Igreja em detrimento dos temas religiosos, o fortalecimento das autoridades eclesiásticas e põe na mão do papa o destino da *Opera*. Esta acaba sendo extinta, permanecendo apenas o 2º grupo.

A greve geral de 1904 possibilita a ação giolittiana no sentido de relaxar a aplicação do *Non Expedit*. Da palavra de ordem “nem eleitores, nem eleitos” se passa a “católicos deputados sim, deputados católicos não”. Del Carria salienta que “cada novo passo da inserção dos católicos na classe liberal-burguesa ocorre em conseqüência, e após, uma nova luta popular que ameaça a ditadura de classe” da burguesia.¹¹

Suprimida a *Opera* e suspenso temporariamente o *Non Expedit*, Pio X publica (11 de junho de 1905) a encíclica *Il Fermo Proposito* dando aos bispos italianos diretrizes para a organização e ação dos católicos, o direito de suspender o *Non Expedit*, proibindo no entanto, os católicos de se organizarem em partido político. Em novembro, muitos democratas cristãos se reúnem

¹⁰ Alfonso LEONETTI, *Mouvements Ouvriers et Socialistes (chronologie et bibliographie): L'Italie (Des origines à 1922)*, p. 96.

¹¹ Del Carria, *op. cit.*, vol. 1, p. 390. Dois outros momentos de recuo tinham ocorrido em 1895 e 1900. O *Non Expedit* “que implicou por quinze anos o abandono da esperança dos católicos mais ativos da formação de um partido e implicou por outro lado a marginalização da democracia cristã, deveu-se essencialmente à coincidência de duas ordens de interesses: os dos pequenos empresários empresariais, bancários e agrários, que controlavam amplos setores do movimento católico e que impulsionavam para uma inserção deste na luta com função moderada, senão conservadora, e os do Vaticano, às voltas com a política anticlerical predominante na França, e temeroso do desenvolvimento do socialismo e de uma retomada do anticlericalismo na Itália.”, Candeloro, *op. cit.* p. 196.

nem em Bolonha e fundam a *Lega Democratica Nazionale* (LDN) inspirada por Murri, e passam a publicar o jornal *Azione democratica*.

Em 1906, após aprovação vaticana, a organização nacional dos católicos passa a ser feita por três associações: a *Unione popolare tra i cattolici d'Italia*, a *Unione economico-sociale dei cattolici italiani* e a *Unione elettorale cattolici italiani*. À primeira competia liderar ideológica e politicamente as outras.

No entanto, a repressão que o papado exercia a cada dia sobre o modernismo e a democracia cristã tornava o debate teórico e as iniciativas culturais católicas cada vez mais áridas. A própria *Unione elettorale* define a sua ação como sendo a “intervenção direta nos colégios onde existem sérias possibilidades de se elegerem seus candidatos; intervenção em apoio a conservadores ou moderados (que dessem garantias particulares) nos colégios onde os a extrema esquerda seja forte; abstenção, nos colégios onde estas possibilidades não existam e onde as forças de esquerda sejam débeis”.¹²

Pio X volta à carga contra os adeptos de Murri e, pela encíclica *Pieni d'animo*, de 28 de julho, condena a ação da LDN, proibindo aos sacerdotes pertencerem a ela. Torna a punir Murri, que desde maio tivera suspensa a publicação da sua *Cultura Sociale*, este não desiste e funda a *Rivista di Cultura*, participa de outros jornais e periódicos. A LDN passa a ter uma posição laica e pró-separação da Igreja em relação ao estado.

Em 1907, Murri é suspenso *a divinis* por ter defendido a tese de que se poderia, ao mesmo tempo, ser católico e anti-clerical. A revista *Rinnovamento* que publicara a tese é suprimida. É substituída por outra ainda mais radical: *Nova e Vetera*. Em setembro, em plena campanha anti-clerical dos socialistas, a LDN publica um programa de política eclesiástica onde se propõe: liberdade de ensino em todos os graus, controle estatal sobre todas as instituições educacionais, a abolição do ensino religioso nas escolas primárias, separação total econômica e financeira em relação ao estado, a entrega dos bens da Igreja às associações católicas de culto, etc. A reação conservadora veio a 3 de julho: proíbe-se pelo decreto *Lamentabile sane exitu*, do Santo Ofício, o romance modernista *Santo* de Fogazzaro. E a 8 de setembro Pio X torna a condenar o modernismo pela encíclica *Pascendi dominici gregis*.

¹² Candeloro, *op. cit.*, p. 257.

Em 1908, dá-se a criação da *Direzione generale dell'Azione cattolica italiana* e de uma organização feminina, a *Unione fra le donne cattoliche d'Italia*. Entre 1907 e 1909 se intensificam as ações católicas nos campos mutualístico, cooperativístico e de caixas rurais, com a criação das respectivas federações.

Em 1909, ano eleitoral, o *Non Expedit* é suspenso em 72 colégios e aparecem 52 candidatos católicos. Murri é eleito deputado com votos socialistas e é excomungado pelo papa. A ala clerical moderada, vencedora nas eleições, dirige a rede bancária, assume a maior parte dos jornais católicos e funda outros: *Il momento* (Turim – 1912), o *Corrieri d'Italia* (Roma – 1900), o *L'Avvenire d'Italia* (1910), *L'Italia* (1912) e o *Unione* (Milão). Esta nova imprensa é menos sectária e pretende elevar o nível de informação dos jornais católicos para que eles possam concorrer com os jornais laicos.

Em 1910, o sindicalismo católico, *bianco*, atinge o número de 374 ligas, constituindo, em julho, o *Segretariato Generale delle Unione Professionale*, vinculado à *Unione economico-sociale*. Nesse mesmo ano os democratas cristãos se reúnem e afirmam que “a meta de todo o progresso social no terreno econômico é a abolição do salariato e de toda forma de exploração onde os meios de produção não são de propriedade de quem os emprega”¹³ Mais do que católicos proclamam-se democráticos. A essa altura o sindicalismo *bianco* já dividia com os socialistas e os anarquistas o comando do movimento sindical.

Ainda em 1910 o papa, pelo *moto propriu Sacrorum antistitutum* proíbe aos sacerdotes o juramento modernista. A maioria se submete mas muitos modernistas continuam anonimamente ou sob pseudônimo a travar a luta contra os integristas. Estes organizam o *Sodalitium Pianum* pelo qual se passa abertamente à espionagem, às delações, às calúnias que sequer poupam bispos progressistas mais moderados que os modernistas.¹⁴

¹³ citado por Leonetti, *op. cit.*, p. 110.

¹⁴ Gramsci nos *Quaderni del Carcere* dá duas demonstrações disso: “Na Bélgica, durante a guerra, os alemães seqüestraram uma grande quantidade de documentos reservados e secretos dos integristas, publicando-os em seguida, e assim se teve a prova abundante de que os integristas tinham construído uma verdadeira associação secreta para controlar, 'purgar', o movimento católico em todos os seus graus hierárquicos”, p. 2088 e “Em 1909 o modernista professor Antonio De Stefano (...) devia

Croce e Gentile acusam os modernistas de quererem conciliar o inconciliável: fé e ciência, dogma e crítica histórica. Os socialistas vêm no episódio mais uma prova de obscurantismo clerical. Mesmo no plano da cultura laica e da política nacional ninguém percebe as consequências dessa representação: formação moral e cultural do clero cada vez mais tradicional e autoritária, censura a todo o pensamento moderno. Jemolo chega mesmo a comentar que “a condenação ao modernismo encontra a Itália laica totalmente indifferente”.¹⁵ Justo no momento em que os católicos passavam a inserir-se na vida nacional, o que leva a que o processo de democratização das bases católicas seja mais e mais reprimido por uma cúpula mais e mais conservadora.

É novamente com o aumento da força socialista que os católicos a aliam-se a Giolitti. Em 1913 os católicos estarão praticamente integrados à política nacional. Em aliança com Giolitti o Conde Vincenzo Ottovino Gentiloni, presidente da *Unione elettorale*, elabora um plano segundo o qual os católicos poderiam votar nos candidatos que pública ou privadamente se comprometessem com: defesa das instituições, garantia à escola privada, defesa da instrução religiosa nas escolas comunais, oposição ao divórcio, defesa da investidura dos católicos em todas as instâncias estatais, etc. Trata-se do famoso *Pacto Gentiloni*:

“Isto é, o eleitorado católico, pondo de lado o *Non expedit* depois de cinquenta anos de luta, confiava nos candidatos giolittianos e se inseria no Estado liberal, recebendo em troca a abolição de todos os postulados anti-clericais que tinham constituído para muitas gerações a essência da política liberal. Esta aliança, ainda uma vez, era feita sobre uma plataforma de rígida defesa de classe que impedia que o sufrágio ampliado pudesse assinalar uma ameaça de deslocamento para posições de extrema esquerda”.¹⁶

publicar em Genebra uma '*Revue moderniste internationale*': Buonaiuti lhe escreve uma carta. Poucas semanas depois é chamado ao Santo Ofício. O assessor da época, o dominicano Pasquaglio, contestou-lhe palavra por palavra da carta a De Stefano. A carta tinha sido surripiada em Genebra.”, p. 2091. Em francês no texto. Grifo nosso.

¹⁵ Jemolo, *op. cit.*, p. 113.

¹⁶ Del Carria, *op. cit.*, vol. 2, p. 141

Capítulo 7

A política nacional

7.1. De Pelloux à Zanardelli

O governo do general Pelloux no esforço de barrar o avanço socialista apresenta à Câmara, a 4 de fevereiro de 1899, um projeto de lei permitindo ao governo dissolver as associações operárias “subversivas”, isto é, socialistas, bem como proibir os jornais “subversivos”. Choca-se, no entanto, com a oposição parlamentar dos socialistas, dos radicais, dos republicanos e mesmo de liberais, que colocam a questão, da defesa da Constituição, do *Statuto*. Diante disso Pelloux tenta o golpe de estado via a promulgação de medidas por decreto-lei dando a Câmara um mês para aprová-las. A oposição redobra e a Câmara é fechada. Na reabertura dos trabalhos prossegue a luta. Em fevereiro de 1900 é decretada a inconstitucionalidade do decreto-lei pela Corte de Cassação de Roma. Finalmente em junho as eleições conferem aos socialistas uma força ainda maior: passam de 16 para 33 deputados e recebem 965 mil votos, ou seja, 13% do eleitorado. Pelloux vê-se forçado à demissão.

Seu sucessor, Saracco, terá uma política mais liberal. Consegue melhorar as relações com a França. No seu governo o rei Umberto I é assassinado por um operário anarquista: Gaetano Bresci. A confusão se generaliza e os partidos anti-monarquistas não sabem como conduzir-se.¹ O novo rei Vitor Emanuel III promete uma política liberal em relação às classes trabalhadoras e aos socialistas. Em 11 de novembro de 1900 é promulgada uma anistia reduzindo à metade as penas dos condenados pelos acontecimentos de 1898. O governo não consegue, em dezembro, dobrar os grevistas de Genova e graças a isso os direitos de organização operária e de greve são reconhecidos.

¹ Leonetti, *op. cit.*, p. 87, registra que os “jornais socialistas saem com uma tarja preta em sinal de luto e, afim de afastar toda suspeita quanto à sua responsabilidade, apressam-se a denunciar os anarquistas.”

A política externa do final do século XIX é a da liquidação das questões herdadas de Crispi. Com a reaproximação com a França e a conservação da Tríplice Aliança a política italiana volta a ser expansiva. Participa do esmagamento da revolta dos Boxers na China e ganha, por isso, em 1901, o enclave de Tien Tsin. O alvo do ministro do Exterior é a Líbia.²

7.2. O ministério Zanardelli

Após a greve de Genova cai o gabinete Saracco. Zanardelli assume o conselho de ministros (14-2-1901) com Giolitti no ministério do Interior. Quer-se uma política liberal³ e para tanto tenta-se obter a participação dos radicais no governo, o que não é conseguido. Giolitti pretende que seja possível o exercício da greve, evidentemente dentro dos limites da lei, ou seja, do Código Zanardelli de 1889. Ora esse código permitia “interpretações restritivas, justificadas com o pretexto de tutelar a liberdade de trabalho frente à ação de piquetes contra os *crumiri*” e além do mais para Giolitti

“a preocupação com a defesa da ordem pública prevalecia sobre a idéia de imparcialidade do Estado quando as ações eram dirigidas por ele-

² Para garantir a possibilidade colonial na Líbia Visconti Venosta, ministro do Exterior, faz um acordo com Barrère, seu colega francês, pelo qual a Itália a França deixa livre no Marrocos e a França faz o mesmo em relação à Itália na Líbia.

³ Em seu discurso pouco antes da constituição do gabinete Zanardelli, Giolitti declarava à Câmara: “Não temo nunca as forças organizadas, temo muito mais as inorgânicas, porque sobre aquelas a ação do governo pode exercer-se legítima e utilmente e contra os movimentos inorgânicos pode-se apenas fazer uso da força. A razão principal dos que hostilizam as Câmaras do Trabalho é esta: que a sua ação tende a fazer crescer os salários. Manter baixos os salários, compreendo que seja um interesse dos industriais, mas, que interesse tem o Estado em fazer com que o salário do trabalhador seja mantido baixo? (...) O governo quando intervém para manter os salários comete uma injustiça, um erro econômico e um erro político. Comete uma injustiça, porque falta ao seu dever de imparcialidade entre os cidadãos, tomando parte na luta contra uma classe. Comete um erro econômico, porque perturba o funcionamento da lei econômica da oferta e da procura, que é a única reguladora legítima da medida dos salários, como de qualquer outra mercadoria. O governo comete um grave erro político, enfim, porque torna inimiga do Estado aquelas classes que constituem na realidade a maioria do país.”, citado por Candeloro, *op. cit.*, p. 92.

mentos anarquistas ou quando tendiam a assumir o caráter de greves gerais com objetivos políticos ainda que no âmbito de situações locais.⁴

Em um país, como a Itália, onde a reação sempre fora dominante e onde a “questão social” sempre fora “questão de polícia”, mesmo em um governo que se pretende liberal, vemos a sucessão de massacres praticados pelas forças policiais contra as massas populares: Berra Ferraresi, Cassano delle Murge, Candela, Giarratana, Petacciato, Putignano, Torre Anunziata, Cerignola, Buggeru, Castelluzzo e outras tantas localidades são o palco desses massacres.

As restrições existentes não apenas são mantidas mas são também ampliadas: os funcionários públicos (a partir de 1902) não podem mais fazer greve. Os ferroviários surgem como um teste à essa decisão. E após a decisão de militarização dos grevistas a greve dos ferroviários é evitada.

A reforma tributária tentada, fracassa após duas tentativas, e o novo ministro da Fazenda, Paolo Carcano, consegue a aprovação de um projeto muito tímido.

No campo da legislação social aperfeiçoa-se a lei de 1886 sobre o trabalho de menores. A jornada industrial para os menos de 16 anos passa a ser de 11 horas. A idade mínima para o trabalho industrial passa a ser 12 anos e de 15 anos para o trabalho noturno. Menores e mulheres não podem trabalhar em subterrâneos. E as mulheres passam a ter direito de licença pós-parto. Tudo fica praticamente letra morta.

Graças aos massacres sobre as massas camponesas, e a reação destas, o Sul torna-se o centro dos debates.⁵ Para tal contribuem as discussões de Salvemini e Nitti sobre os desequilíbrios regionais e a publicação da investigação Saredo sobre a administração comunal de Nápolis e a viagem de Zannardelli a Basilicata. Contra a política ministerial de medidas específicas volta-se a oposição conservadora de Sonnino. O ministério tinha patrocinado duas leis sobre Nápolis: uma ajudando a cidade a pagar velhas dívidas e outra sobre saneamento urbano. Além disso uma comissão fora criada para o fomento industrial da cidade e de seus resultados surgirá em 1904 o com-

⁴ Candeloro, *op. cit.*, p. 141

⁵ Sobre a questão meridional ver anexo ao final do capítulo.

plexo siderúrgico de Bagnoli. Contra essa política Sonnino propõe um fortalecimento econômico e social do latifúndio sulista para tentar estabelecer uma aliança entre grandes e médios proprietários, cultivadores diretos e foreiros.⁶ Salvemini comanda uma oposição a esse projeto: para salvar o Sul seria necessário abolir os impostos sobre os cereais, reduzir os impostos sobre a pequena propriedade, organizar democraticamente o crédito agrário e introduzir o sufrágio universal para desalojar as oligarquias rurais dos comandos municipais. Mesmo os liberais, entre eles Einaudi, combatem o projeto Sonnino que sequer será discutido.

No que se refere à política externa temos a renovação do Tratado da Tríplice Aliança. Ao mesmo tempo, apenas dois dias após, por uma troca de notas, secreta, França e Itália declaram-se neutros caso um deles fosse atacado por qualquer outra potência. A Líbia continua como alvo da política externa.⁷

Durante esse ano e o primeiro semestre de 1903 as relações entre os socialistas e o governo tornam-se mais e mais tensas. A 24 de março o PSI passa à oposição. A 21 de abril o *Avanti!* abre as baterias contra o ministério da Marinha por favorecimento à Terni.⁸ A demissão do ministério é evitada por uma exígua margem de 39 votos. Giolitti se demite. Zanardelli tenta rearticular o gabinete. As tensões se sucedem, tanto no setor externo com a questão austríaca e a crise balcânica⁹ quanto no setor interno com a ameaça

⁶ As principais medidas eram: redução pela metade dos impostos fundiários (no sul e nas ilhas), reforma dos pactos agrários, entrega sob a forma de enfiteuse de mais de 50 mil ha. (no valor de 57 milhões de liras) aos cultivadores diretos com um máximo de 10 ha, por cultivador. As terras a serem distribuídas seriam aquelas que o Banco de Nápolis e o Banco da Itália tinham recebido por hipotecas não pagas.

⁷ Prinetti, ministro do Exterior, negocia a renovação dos tratados de comércio e a tutela dos interesses italianos nos Balcãs e no norte da África. Consegue uma declaração de não intervenção dos seus aliados caso atue na Líbia. Nesse mesmo ano a Itália e a Inglaterra realizaram um acordo pelo qual o *statu quo* da Líbia deveria ser mantido, mas se houvesse alterações estas não poderiam ocorrer em detrimento dos italianos e estes, por sua vez, não fariam nenhum acordo com potência hostil à Inglaterra no Mediterrâneo.

⁸ ver o item sobre a "revolução" industrial.

⁹ Questão austríaca: incidentes entre estudantes trentinos e tirolezes em Innsbruck. Crise balcânica: luta dos macedônios e búlgaros contra os turcos e a conseqüente pressão da Áustria e da Rússia sobre o Sultão sem a "ajuda" italiana.

socialista de manifestações contra uma visita do tzar que não se realiza.¹⁰ Diante de uma nova pressão jornalística o gabinete cai a 21 de outubro.

7.3. O ministério Giolitti

Indicado para formar o gabinete Giolitti tenta obter a participação dos socialistas (Turati) e dos radicais (Sacchi). Turati recusa e aconselha o mesmo a Bissolati: as tensões no PSI e no país desaconselham a participação. Também os radicais, Sacchi e Marcora, recusam.

“Giolitti efetuando então uma operação transformística ainda mais abusada que a de Deputados em 1882, formou um gabinete notavelmente à direita em relação ao anterior. Não se preocupou com o fato de que tal modo não teria o apoio de muitos dos homens da extrema esquerda, que ele próprio julgara essencial (...) para o desenvolvimento da política liberal, provavelmente porque estava convencido de ter (...) tanta autoridade que poderia impor aquela política aos seus colaboradores da direita e os limites daquela própria política aos seus amigos e ex-amigos da esquerda.”¹¹

Antes mesmo que o gabinete apresentasse seu programa sofre o primeiro ataque cuja conseqüência foi o suicídio do ministro das Finanças, acusado de defender camorristas e mafiosos e de abuso de influência. Apesar disso o gabinete consegue a aprovação do seu programa: continuação da política liberal, renovação dos tratados de comércio, conversão da renda, ordenação das ferrovias e providências para o Sul. O gabinete é amplamente majoritário: 284 votos contra 117.

A questão das ferrovias permanece durante todo o tempo do gabinete sem solução. Inicialmente as Câmaras de Comércio querem a manutenção da privatização. Mas, os industriais metalúrgicos, que pelas convenções ferroviárias de 1885 tinham prioridade para fornecimento às ferrovias querem a estatização dado que as ferrovias particulares não faziam encomendas. O comércio e a agricultura são favoráveis à estatização para tentarem o bara-

¹⁰ O tzar desiste da viagem e realiza acordos com os austríacos que fortalecem a pressão sobre o Sultão.

¹¹ Candeloro, *op. cit.*, pp. 154-155.

teamento das tarifas. E mesmo os proprietários das ferrovias, dado que não podiam mais obter superlucros, vêm na estatização a possibilidade de, com as indenizações, passar para outros ramos mais rentáveis. E o povo pressionava por melhores transportes. Quanto aos políticos os radicais manifestaram-se pela estatização, posição confirmada pelo seu congresso de 1904. Os republicanos falam de uma "autogestão corporativista" das ferrovias. Os socialistas e os sindicatos também eram favoráveis restando a questão da sindicalização e o direito de greve dos ferroviários como ponto de tensão. A *Meridionali* e a *Mediterranea*, empresas ferroviárias tentam obter do governo o máximo de vantagens, o que leva o governo a denunciar as convenções ferroviárias implicando assim o término delas em 1905. Giolitti irá procrastinar a solução do problema.

Essa atitude se dará porque para o gabinete a questão prioritária era a conversão da renda em uma conjuntura monetária e creditícia desfavorável pelas repercussões da guerra russo-japonesa. Mas com a aproximação das eleições gerais de 1904 Giolitti apressa o problema "dadas as condições nas quais se encontra hoje o serviço ferroviário, dadas as concessões que se deveriam fazer se se quer um exercício privado, e dadas as nossas atuais condições econômicas, convém (...), ter nas mãos do Estado este potente meio de civilização." E mais, que

"o exercício das ferrovias por parte do Estado deverá ser circundado por garantias eficazes de ordem e de disciplina tanto do lado técnico quanto do financeiro (...). O Estado está pois, mais do que qualquer empresa privada em condições de resolver, com amplos critérios de equidade, a questão da ordenação do pessoal ferroviário, dando-lhes as mais sérias garantias para a tutela dos seus direitos e pela mais rápida justiça no referente à carreira e à disciplina tolhendo, a um só tempo, qualquer possibilidade de greve que perturbaria profundamente a economia do país."¹²

As eleições de 1904 são marcadas por uma situação nova: com o crescimento da oposição dos trabalhadores e a greve geral de setembro o pânico

¹² Giovanni GIOLITTI, *Discorsi parlamentari*, vol. II, p. 210, citado por Candeloro, *op. cit.*, p. 205.

se difunde entre a burguesia, o grupo parlamentar de esquerda se dissolve e Giolitti trata de obter o apoio dos católicos, e além deste também o apoio dos radicais é solicitado. "Representantes de uma nova santa aliança de classe são os radicais que se destacam da esquerda para unir-se organicamente à Giolitti e à burguesia católica (as massas camponesas ainda não votam) que entra na vida política em função conservadora."¹³ Isso é obtido pelo relaxamento do *non expedit*.¹⁴ E além do mais a imensa maioria dos socialistas eleitos são reformistas.

A situação da política internacional é grave mas pode ser salva graças à guerra russo-japonesa.¹⁵

No plano interno Giolitti enfrenta por um lado as exigências cada vez mais fortes das ferrovias e por outro as dos ferroviários. Novo projeto de estatização é apresentado. Giolitti alegando doença retira-se. Fortis e Titoni assumem o comando. O novo projeto embora melhore, em alguns pontos, a situação dos ferroviários enquadra a greve destes no Código Penal. Os ferroviários que já vinham fazendo obstrucionismo ampliam a sua ação. Passaram a aplicar meticulosamente todos os regulamentos, uma operação "padrão": o serviço ferroviário chega ao caos. Giolitti se demite.

7.4. O ministério Fortis

O primeiro ataque ao novo ministério vem dos socialistas: Fortis seria testa de ferro das ferrovias. Novo projeto é apresentado sobre a questão das

¹³ Del Carria, *op. cit.*, p. 390.

¹⁴ Se considerarmos que o eleitorado era restritíssimo, não ultrapassando de 4 a 5% da população, verificamos que o medo das eleições era grande. Mesmo com uma participação popular tão restrita Giolitti preferiu não arriscar-se e ampliou o seu contingente eleitoral com os católicos.

¹⁵ Em 15 de outubro os chanceleres russo e austríaco fazem um acordo secreto de mútua neutralidade diante do ataque ou estado de guerra contra outra potência. Todavia a eficácia desse acordo é abalada pela guerra russo-japonesa (1904-1905) e pelo acordo anglo-francês de 8 de abril de 1904. A guerra enfraquecera a Rússia que com dificuldade sufoca a revolução de 1905. Assim ao ver o seu expansionismo asiático detido só resta a possibilidade balcânica o que reabre as tensões austro-russas.

ferrovias: o modelo da gestão estatal é o das empresas privadas. No referente às greves as penas são abrandadas: caberia ao Diretor geral das ferrovias decidir sobre possíveis substituições de grevistas que eram considerados demissionários. Além disso os grevistas, considerados oficiais públicos, podiam ser multados entre 500 e 3000 libras. Os ferroviários, comandados pelos sindicalistas revolucionários decidem-se pela greve que fracassa após 4 dias por falta de apoio da categoria. A greve fortalece a Fortis: a irritação parlamentar é tão grande que o projeto é aprovado por larguíssima maioria, ficando apenas pendente a questão das indenizações.

O Sul volta a ser notícia. Primeiro pela repetição dos massacres.¹⁶ Depois porque a renovação dos tratados comerciais com a Espanha irá prejudicar os vitivinicultores do sul e do Piemonte, estes últimos já prejudicados pelos tratados com a Áustria, a Alemanha e a Suíça. E embora o gabinete consiga a confiança por 253 votos contra 190 e 2 abstenções, ele não consegue a aprovação do tratado que é recusada por 293 votos contra 135 e 2 abstenções. Fortis se demite, mas como obtivera a confiança é novamente indicado.

No plano internacional o Marrocos serve de pretexto para uma ação alemã no sentido de enfraquecer a França e de separá-la da Inglaterra. Realiza-se a conferência de Algeciras. A política italiana está em cheque: pela Tríplice Aliança – em caso de guerra a Itália deveria lutar do lado austro-alemão – e pelos acordos de 1902 – que obrigava a neutralidade italiana caso a França fosse atacada. Nesse momento cai o gabinete Fortis.

7.5. O ministério Sonnino

O primeiro passo de Sonnino é a incorporação dos radicais. Sonnino consegue que Sacchi e Pantano integrem o gabinete. Êxito tanto maior quanto anteriormente os radicais sempre tinham se recusado a participar de governos liberais e agora entravam em um conservador.

Uma política ampla e orgânica, principalmente para o Sul, fora a base do acordo com os radicais.¹⁷ Recebe, aparentemente, o apoio dos socialistas

¹⁶ 14 mortos e 68 feridos em Grammichele, na Catania.

¹⁷ Aproximação que vinha sendo feita desde outubro de 1905.

chefiados por Ferri.¹⁸ O programa era basicamente o seu famoso projeto de 1902 ampliado com a questão das ferrovias e dos procedimentos liberalizantes administrativo-judiciários. No 1º caso se trata de um acordo com a *Meridionali* para resgate da rede e além disso fala em um plano decenal de renovação ferroviária.¹⁹ No 2º tratava-se de limitar o poder do executivo na dissolução dos conselhos comunaes. Além disso na "questão social" pedia-se urgência no debate sobre a Inspeção do Trabalho. Falava-se em colonização interna e, finalmente, na criação de um Ministério do Trabalho.

A situação da Câmara era difícil. Giolitti só não era o chefe do gabinete pelo seu apoio a Fortis. E Sonnino não tinha um bloco sólido de apoio. Logo apesar de haver o debate sobre o programa não há votação. Nem os sonninianos nem os giolittianos queriam medir forças.

De todos os projetos só o da dissolução dos conselhos é aprovado na Câmara, não tornando-se lei porque o gabinete ir cair antes que o Senado o discuta e Giolitti, quando volta ao gabinete, retira o projeto. Os demais projetos dormem nas gavetas parlamentares.

Sua maioria torna-se problemática. Durante a greve de maio de 1906, em Turim, a polícia dissolve uma manifestação produzindo mais um morto e 7 feridos. Os socialistas apresentam na Câmara um projeto contra os massacres e solicitam urgência para o debate. Após ser negada a urgência por 198 a 28 os deputados socialistas renunciaram. Irão reeleger-se meses depois.

Os opositores de Sonnino não perdem tempo: sua tática é arrastar a tramitação do acordo com a *Meridionali*. Sonnino solicita que a comissão dê seu parecer em oito dias. O deputado Ferraris, dois dias depois da fala de Sonnino, apresenta uma moção em sentido contrário e consegue aprová-la por 179 votos contra 152 e mais 40 preciosas abstenções. No dia seguinte Sonnino se demite.

¹⁸ Ferri romperá com os sindicalistas-revolucionários e tornava-se cada vez mais agressivamente reformista.

¹⁹ A questão ferroviária resumia-se basicamente a um acordo com a *Meridionali* para o resgate da rede, com a redução para 30,5 milhões de libras anuais por 60 anos. Já o plano decenal de renovação ferroviária implicava um valor total de 1.300 milhões de libras.

A breve duração do governo Sonnino reside

“no fato de que lhe faltava a sustentação dos mais poderosos e dinâmicos grupos econômicos italianos do momento: os industriais e os financeiros ligados à indústria, os quais julgavam a política giolittiana mais conveniente e adequada para eles, bastante menos sensível que a sonniniana aos interesses da agricultura especializada sacrificada pelo protecionismo. Por outro lado o reformismo sulista de Sonnino não agradava à grande propriedade sulista, contrária por princípio à idéia de uma reforma, ainda que limitada, dos pactos agrários.”²⁰

7.6. Giolitti volta ao ministério

Seu terceiro ministério começa a 29 de maio. Seu programa, aprovado pela Câmara por 268 votos contra 98, é a melhoria dos serviços ferroviários e marítimos, o desenvolvimento do ensino popular e técnico, melhor aplicação e aperfeiçoamento da legislação do trabalho, diminuição dos impostos sobre o consumo, além dos problemas herdados: as ferrovias, o sul e o inquérito sobre a marinha. Mais uma vez tentou e fracassou na incorporação dos radicais ao gabinete.

O 1º problema a ser resolvido é o da conversão da renda. Através de negociações com os Rothschild de Paris, com bancos ingleses e alemães a solução é encontrada. No dia 29 de junho o gabinete apresenta o projeto e nesse mesmo dia consegue a aprovação na Câmara, no Senado, a sanção do rei e a publicação na *Gazzeta Ufficiale*.

No referente à questão da *Meridionali* Giolitti adia a solução para o dia 30 de dezembro, levantando suspeitas e provocando manifestações. No entanto a própria ferrovia, diante da queda do valor de suas ações provocada pela proximidade do resgate, apressa a solução: Giolitti consegue reduzir a indenização anual para 29 milhões. O problema é resolvido também com a *Adriatica* e a *Mediterranea*. Assim no dia 15 de julho o Estado resolve a questão, restando apenas a questão da *Sicula*. A partir do dia 7 de julho de 1907 toda a ordenação jurídica sobre a gestão estatal das ferrovias é aprovada.

²⁰ Candeloro, *op. cit.*, pp. 217-218.

No referente ao Sul retoca-se o antigo projeto Sonnino: elimina-se o artigo que obriga o Estado a assumir gradualmente a instrução primária nas comunas de menos de 20 mil habitantes e que não fossem capital de província. A lei é aprovada mas nada altera a situação do Sul. Giolitti faz aprovar lei especial sobre a Calábria, uma lei sobre o consórcio de enxofre siciliano e uma investigação parlamentar sobre as condições dos mineiros da Sardenha.

Quanto ao inquérito sobre a marinha Giolitti atuar com mão forte e apesar de ter sido provado que a Terni recebera por couraças não testadas e de qualidade inferior, que atrasara muitíssimo na construção de navios e que a marinha realizara pagamentos por munições e aprovisionamentos jamais entregues, que cometera fraudes na compra e venda de carvão e víveres ilicitamente a Terni, apesar de tudo isso, a Câmara aprova, sem qualquer votação nominal, a moção do deputado Arlotta que dizia: "A Câmara, ouvidas as declarações do governo, confirma sua confiança na Marinha". O mesmo se passa no Senado.

O ano de 1907 é marcado por uma grave crise econômica que na realidade perdurará até a guerra mundial. E no ano seguinte a crise da construção civil provoca o aumento de aluguéis e a crise do vinho arruina os pequenos produtores.

No plano internacional os anos de 1908 e 1909 assinalam contínuas tensões com os austríacos pela questão balcânica e a Líbia continua a ser alvo italiano.²¹

²¹ O anúncio austríaco de um projeto ferroviário ligando a Bósnia à Macedônia (Salônica) ocorre no momento em que um outro projeto ferroviário, italiano, pretende ligar a Sérvia ao porto albanês de San Giovanni di Medua (ainda sob domínio turco). Obviamente o problema não se refere às ferrovias, em nada convergentes, mas com o desejo expansionista italiano em relação aos Balcãs visto como excelente mercado, enquanto os austríacos queriam atrair a Sérvia para a sua área de influência. A pretexto da revolta dos jovens turcos a Áustria anexa, a 6 de outubro, a Bósnia Herzegovina, "compensando" os italianos com a sua retirada do Sanjacato de Novi Bazar e renunciando a um pequeno trecho adriático na costa montenegrina. Titoni, ministro do Exterior, sofre pressões. Ingleses e franceses propõem uma conferência sobre os Balcãs, mas como a Alemanha apoia a Áustria nada se faz pois não se quer ir a

Com as eleições gerais de março de 1909 o centro da atenção política é a participação dos católicos na luta parlamentar. O *non expedit* produziria novamente seus efeitos, mas apesar disso os socialistas passam de 26 para 42 deputados.

Logo após as eleições a questão das convenções marítimas passa a ser o assunto privilegiado. Desde 1877 existia um sistema de subvenções pelo qual o Estado ajudava as companhias de navegação para tornar possível os serviços postais, o tráfico de mercadorias e o trânsito de passageiros. Este sistema acaba por privilegiar a *Navigazione Generale Italiana* que obtém o controle de outras companhias: a *La Veloce*, a *Italia*, a *Lloyd Italiano*. Todo esse potente *trust* liga-se à *Banca Commerciale*. Assim ela controlava 75% de todo o serviço marítimo. O sistema de subvenções deveria terminar em 1908, mas, já desde 1901, o governo tentara uma solução. A lei de 5 de abril de 1908 pela qual o Estado passaria a gerir algumas linhas e manteria outras

guerra pela região. Novos incidentes, em novembro, em Viena, entre estudantes italianos e austríacos, agravam a tensão.

No início de 1909 aproveitando-se do terremoto do sul da Itália o *Danzer's Armée Zeitung*, jornal inspirado pelo chefe do Estado-maior austríaco propõe uma guerra preventiva à Itália. O chanceler austríaco desautora a sugestão e comunica ao seu colega italiano que fora enviado ao Parlamento projeto sobre uma faculdade jurídica italiana em Viena, causa dos incidentes estudantis. Na primavera e no verão as comoveções causadas pela questão da Bósnia diminuem e Títoni tenta um acordo austro-italiano sobre o *status quo* balcânico. E ao mesmo tempo negocia com a chancelaria russa. Os austríacos, a 20 de outubro, propõem um acordo pelo qual a Itália seria compensada caso a Áustria tivesse que reocupar o Sanjacato e ao mesmo tempo acordavam em não fazerem acordos em separado com qualquer outra potência sobre os Balcãs. No dia 14, quando o czar russo visitava a Itália, os chanceleres de ambos os países elaboram o acordo de Raccogini segundo o qual ambos tem interesse na manutenção do *status quo* balcânico, que se este fosse alterado decidiriam opor-se a qualquer dominação estrangeira na região reafirmando o princípio das nacionalidades, que cada um dos países só realizaria acordos com qualquer outro país relativamente ao Oriente europeu na presença do parceiro e enquanto a Rússia respeitaria os interesses italianos no norte da África, a Itália faria o mesmo em relação aos interesses russos sobre os Estreitos. Com esse acordo e com o de 1902 com a França e a Inglaterra, a Itália supunha barrar o expansionismo austríaco em relação aos Balcãs.

subvencionadas para resolver o problema. No entanto ninguém concorre às linhas a serem subvencionadas. As propostas de Giolitti causam problemas. Diante disso Giolitti provoca a oposição com uma reforma tributária na aparência altamente popular: diminuir o imposto sobre o açúcar e criar um imposto de renda progressivo para todas as formas de riqueza. A oposição da Câmara é total. E era isso que Giolitti queria: ele se demite a 2 de dezembro de 1909.

7.7. Volta Sonino

O novo gabinete Sonnino é declaradamente conservador e frágil: não tem a participação dos radicais e depende da maioria giolittiana.

Embora convocado a 11 de dezembro Sonnino só apresenta seu programa a 11 de fevereiro de 1910: novos projetos sobre as convenções marítimas; divisão do Ministério da Agricultura em dois ministérios, um para a Agricultura e Florestas e outro para a Indústria, Trabalho e Comércio; criação de um banco cooperativo e do trabalho; medidas de reflorestamento; reordenação da política alfandegária; reforma da assistência hospitalar; asunção pelo Estado da maior parte dos gastos com a educação primária. Os giolittianos não querem desde logo derrotar o gabinete: retiram-se. Dos 508 deputados que compareceram, votam apenas 287: 193 favoráveis, 83 contrários e 10 abstenções.

O novo projeto sobre as convenções marítimas embora onere ainda mais o Estado e favoreça muito as companhias sofre dura oposição. É um teste dos giolittianos ao novo gabinete. Sonnino sequer espera a votação e se demite a 21 de março de 1910.

7.8. O ministério Luzatti

Ainda é cedo para Giolitti voltar. Ele favorece a formação de um gabinete mais à esquerda do anterior como transição à sua volta. Luigi Luzatti, da direita clássica, a *destra storica*, é encarregado de formar o gabinete. Seu programa, apresentado a 28 de março, é essencialmente o da reforma eleitoral, da reforma do Senado – que passaria a ser parcialmente eletivo – e a retomada dos projetos sobre o ensino primário. Por 386 votos contra 19 e 10

abstenções ele ganha a confiança. Reabre-se para os deputados socialistas a questão do *ministerialismo* e eles acabam por votar em Luzzatti o que provoca uma crise com a direção do Partido.

Logra a aprovação de um projeto, similar ao de Sonnino, sobre as convenções marítimas. A questão do ensino primário é levada a sério: é concedido aos conselhos provinciais o direito de criar escolas e contratar professores, os gastos com a educação são sensivelmente aumentados. O projeto, apoiado pelos socialistas e radicais e hostilizado pelos católicos, é aprovado.

No caso do Senado nada se faz: os partidos populares, por um lado não queriam fortalecer uma instituição conservadora em pleno declínio e, por outro lado, Giolitti e os senadores são majoritariamente contrários.

Quanto à reforma eleitoral os conservadores conseguem que Luzzatti acrescente ao seu projeto original a obrigatoriedade do voto. Os socialistas, os radicais e muitos liberais vêm nessa medida uma tentativa de favorecimento dos clericais e dos conservadores que teriam assim o apoio de uma massa camponesa excluída e/ou omissa. Manifestam-se contra. Os socialistas tentam obter a separação da questão da obrigatoriedade do resto do projeto. Para eles a situação era grave já que o Congresso de Milão decidira lutar pelo sufrágio universal. Não conseguindo a separação da questão da obrigatoriedade passam à oposição a 20 de dezembro. A 13 de março de 1911 socialistas e radicais apresentam moção no sentido de apressar os debates da comissão especializada. Derrotados. Os ministros radicais se demitem. Luzzatti entrega a demissão do gabinete.

7.9. Novamente Giolitti

Novamente ele tenta cooptar socialistas para o gabinete. Convida Bissolati, e ainda uma vez, ouvido Turati, há a recusa. Mas Bissolati aceita conversar com o rei. A sua ida ao *Quirinale*, é a primeira feita por um socialista e provoca uma crise no PSI.

O programa é essencialmente a questão do monopólio estatal dos seguros de vida e a reforma eleitoral. No 1º caso ele é apresentado como forma de obter recursos para a Caixa de velhice e invalidez dos trabalhadores. No 2º trata-se de estender o direito aos que tivessem servido ao exército e/ou

tivessem trinta anos de idade. Com isso Giolitti antecipava-se às agitações do PSI e da CGL. E a questão líbica não aparecia.

O projeto sobre o monopólio sofrerá a oposição conduzida pelos seguradores particulares, pela *Banca Commerciale*, pelos grandes jornais como o *Il Corriere della Sera* e *Il Giornale d'Italia*, pela imprensa católica, pelos economistas liberais – Einaudi, Pantaleoni e outros –, e por governos estrangeiros, em especial o austríaco. O debate é apressado pois Giolitti declara que a estatização não ser imediata. A 4 de abril de 1912 cria-se o *Istituto Nazionale delle Assicurazione*.²²

A questão eleitoral tem sua tramitação facilitada. Durante o seu debate a guerra da Líbia é declarada e parece pouco oportuno, nessa ocasião, negar o direito de voto aos soldados. A lei sancionada a 30 de junho de 1912 garantia a extensão do direito de ser eleitor, conservava o sistema uninominal e instituía o salário dos deputados. O eleitorado passava de 3 329 147 (9,5% da população) para 8 672 249 (24,5%). O golpe era importante: Giolitti aparecia como tendo “dado” o sufrágio ampliado à nação. Mas o mais importante era que com isso tratava-se de ampliar a cidadania de modo a integrar as massas subalternas ao Estado:

“A elevação do quarto Estado a um mais alto grau de civilidade, era para nós, o problema mais urgente e por muitos pontos de vista. Acima de tudo pela própria segurança social, enquanto que a exclusão das massas dos trabalhadores, não apenas da vida política, mas também da vida administrativa do país, tolhendo toda sua influência legal tem sempre por efeito expô-las às sugestões dos partidos revolucionários e das idéias subversivas, enquanto os apóstolos dessas idéias têm a sua disposição um argumento favorável, enquanto observam que, pela razão desta exclusão, às classes populares não resta outra defesa, contra as possíveis injustiças, (...), das classes dominantes, senão o uso da violência.”²³

Aproveitando-se da crise de Agadir o expansionismo italiano coloca a guerra líbica na ordem do dia.²⁴ Vários são os setores interessados: dos cató-

²² Na prática o monopólio nunca se efetivou. O governo fascista irá suprimi-lo.

²³ Giovanni GIOLITTI, *Memorie della mia vita*, pp. 307-308.

²⁴ Mesmo antes da crise de Agadir ser solucionada, San Giuliano escreve a Giolitti sobre a possibilidade da Itália “ser coagida a realizar a expedição militar na Tripoli-

licos aos sindicalistas revolucionários, passando obviamente pelas FFAA. A 9 de agosto de 1911 San Giuliano já havia comunicado a Giolitti os boatos de que o Banco de Roma ameaçava recorrer aos austro-alemães para defender seus interesses se a Itália não se mobilizasse. As FFAA tinham todo interesse na luta pois além de acreditar que a guerra seria muito breve, um verdadeiro convalesce, também queriam apagar a imagem negativa advinda dos sucessivos fracassos do Estado-Maior. Os sindicalistas revolucionários colocavam a questão de que poder-se-ia afinal resolver a questão da emigração e das condições de vida dos trabalhadores.

Estes últimos (Arturo Labriola, Paolo Orano, A. O. Olivetti, Sergio Pannunzio) que progressivamente passavam para o campo nacionalista, alguns anarquistas (Merlino e Tancredi), alguns socialistas (Bissolati, Bonomi, Cabrini, De Felice, Badaloni, Zarboglio, Nofri, Podreca, Chiesa), um ou outro republicano (Barzilai), liberais, católicos e obviamente os nacionalistas (D'Annunzio, Pascoli, Corridoni) uniram-se firmemente na defesa da intervenção líbica.

A identificação da Itália como nação proletária, feita por Corridoni, é obviamente uma pressão sobre as massas. O jornal *L'Idea Nazionale* financiado pelos siderúrgicos e pelos produtores de açúcar é o grande difusor da campanha. O nacionalismo abandonar o seu antigo anticlericalismo incorporando um novo contingente, além de, obviamente colocar-se ao lado do Banco de Roma cuja vinculação vaticana era convencionadíssima. Os católicos, indi-

tânia". Ponderava que o único elemento desfavorável seria um possível esfacelamento do império turco e uma tentativa austríaca em relação aos Balcãs. Mas lembrava que a tunisificação do Marrocos pela França podia aguçar os interesses desta sobre a Líbia, além do que aquele processo poderia significar um equilíbrio franco-alemão no Mediterrâneo em prejuízo da Itália. Falava também que uma expedição à África poderia "ser imposta ao governo (...) pela opinião pública (...) porque é vivo e difundido na Itália o sentimento, (...) de que a política externa do governo é muito fraca e que os interesses e a dignidade italianas não são suficientemente respeitados (...), porque qualquer pequeno incidente tripolitano e italo-turco é agigantado, pela imprensa por motivos diversos, entre os quais o dinheiro e a intriga do Banco de Roma, interessado em apressar a ocupação italiana da Tripolitania.", citado por Candeloro, *op. cit.*, p. 313.

vidualmente, aderem à empresa.²⁵ O Vaticano intervém a 20 de outubro, para afirmar que a guerra era política e nada tem a ver com a religião, e a esquerda católica, pelo congresso da *Lega Democratica Nazionale*, se pronuncia contra a guerra, chamando a atenção do país para seus próprios problemas, especialmente o do Sul.

Os ex-sindicalistas proclamam o valor revolucionário da guerra, e, um deles, Olivetti declara: "o verdadeiro nacionalismo italiano deverá ser subversivo e revolucionário para ser factível e expansivo. Uma Itália economicamente liberal, socialmente industrial-operária, politicamente republicana-federalista e tendencialmente libertária-sindicalista, de um sindicalismo aristocrático e enérgico."²⁶ É evidentemente um momento de forte domínio da ideologia burguesa. Os sindicalistas separam-se, como diz Del Carria, dos seus "companheiros de viagem", os operários, e vinculam-se claramente à burguesia, hipostasiando uma militância decenal. Os sindicalistas e os anarquistas se cindem. Os sindicalistas fundam a UIL (intervencionista)²⁷ e os anarquistas a USI (contrária à guerra). Também no PSI haverá uma ruptura e os seus *libici* serão expulsos.

Diante da loucura propagandística que oferecia mundos e fundos, a Líbia como terra prometida, rica em enxofre, em fosfatos, grande potencial agrícola, alguns liberais e ex-socialistas tentam a desmistificação. Salvemini, Einaudi e Edoardo Giretti o tentam sem êxito.²⁸

²⁵ O *Civiltà Cattolica*, órgão jesuítico, publica um artigo onde se lê: "A questão da Tripolitania tornou-se o primeiro, central, e apaixonante assunto de estudos, de polémicas, de aspirações e de patriotismo", citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 425.

²⁶ *Il nazionalismo giudicato da letterari, artisti, scienziati, uomini politici e giornalisti italiani*, Genova, 1913, p. 175, citado por Santarelli, *op. cit.*, p. 107. Para a crítica da generalização do libicismo entre os sindicalistas revolucionários ver Riosa, *op. cit.*, pp. 75-77.

²⁷ ver o item sobre o movimento operário.

²⁸ Sobre a guerra da Líbia ver o artigo de Arcangelo Di Staso, "*Como siamo andati a Libia*", *Utopia*, a. II, n° 7-8. Di Staso resenha o livro homônimo de Salvemini. Um belo exemplo da manipulação da opinião pública é a utilização do "testemunho" de Heródoto. Segundo Corridoni o autor grego teria dito que na Líbia colhia-se durante

O PSI e a CGL não concordam com uma greve de luta contra a guerra. Feita por pressão das massas a greve cai no dia 27 de setembro, um domingo, o que favorece a que a massa veja nisso mais um dia de repouso do que um ato político. A data fora marcada pelas organizações. Apenas em Parma e na Romagna a greve ganhou algum caráter político. Na primeira graças à ação sindicalista-revolucionária e na segunda graças à ação da fração revolucionária socialista de Mussolini e dos republicanos de Nenni. Em Parma a luta é anti-capitalista e travam-se lutas contra a polícia e as tropas. Na Romagna a greve é geral e a luta acaba por unificar socialistas e republicanos que durante décadas dilaceraram a unidade operária local.

Quando a guerra é afinal feita, ela é surpreendentemente longa e difícil.²⁹ O ônus da guerra foi terrível: Sonnino, falando à Câmara, diz que os

oito meses por ano (*sic!*); na realidade Heródoto tinha falado que a população era nômade. Este é apenas um exemplo do "clima" criado a favor da guerra.

²⁹ A guerra iniciara-se favoravelmente. Parecia que ia ser realmente um passeio. De 5 a 21 de outubro as principais cidades costeiras são tomadas: Tripoli, Homs, Bengasi, Derma e Tobruk. Mas já no dia 23 os turcos embora minoritários na região (apenas 5 mil) conseguem reunir milhares de combatentes árabes. E uma longa e desgastante guerra de guerrilha será travada. Isso surpreende os militares italianos que não estavam preparados para essa luta. E também aos ideólogos da aventura pois, contrariamente ao esperado, a população local não recebe os italianos como libertadores e sim como invasores contra os quais travam uma guerra santa. O corpo expedicionário (35 mil homens) recebe um reforço de mais cem mil.

Os governos austríaco e alemão tentam a qualquer preço por fim à guerra: temem o desmantelamento do império turco e que os russos se apoplesem dos estreitos. Reconheceriam o domínio italiano desde que estes aceitassem a soberania nominal do Sultão sobre a Líbia. A resposta de Giolitti é o decreto real que anexa a Líbia à Itália.

A luta se estendeu pelo Mediterrâneo. A Áustria pressiona. E embora algumas questões ítalo-francesas aparecessem em cena isso não chega a impedir a ampliação da guerra pelos italianos. A paz começa a ser negociada entre julho e outubro. Finalmente a 15 de outubro se põe termo à guerra pela Paz de Ouchy (ou de Lausanne): os turcos cedem a Líbia aos italianos, estes concedem ao Sultão na sua qualidade de Califa que nomeie os chefes religiosos árabes da região; os turcos concordam em retirar-se das províncias e os italianos saíam das ilhas do Egeu. Os turcos retiraram-se rapidamente da Tripolitania mas não o fazem na Cirenaica. Os italianos

gastos foram superiores a 1.200 milhões de liras.³⁰ Além do mais o gasto em material bélico é tal que o exército e a marinha não se recuperaram até a guerra mundial. Só do lado italiano são 3431 mortos e 4220 feridos. Além disso a guerra terá uma outra consequência: as relações com a França se debilitam e se fortalecem com a Áustria e a Alemanha.

Ainda como consequência da guerra segue-se uma terrível crise econômica. O desemprego e a emigração atingem níveis nunca alcançados.³¹ Com o aumento dos impostos indiretos o grosso do tributo de guerra é pago pelas massas subalternas. Em 1913 a siderurgia funciona muito aquém da sua capacidade instalada e a produção de energia elétrica é reduzida. Reduz-se também a importação de matérias primas para a indústria pesada. Os salários reais são rebaixados tanto na cidade quanto no campo. Situação particularmente grave é a dos trabalhadores rurais: o desemprego é massivo.³² Os trabalhos públicos são praticamente paralisados por causa dos gastos de guerra. A crise atinge também os bancos. O Banco de Roma que duplicara seu capital social em apenas dois anos³³ vê-se obrigado a reduzi-lo ao nível de 1910 e além disso vê suas propriedades turcas serem confiscadas por aquele governo. Diante da especulação bancária e da excessiva imobilização do capital nas indústrias os bancos se encontram em perigo. Não há numerário para atender às províncias, às comunas e às empresas.

Giolitti espera o fim da guerra para marcar novas eleições. Pela primeira vez iria haver uma eleição com o colégio eleitoral ampliado e pouco se sabia como iria reagir a população. Para manter sua maioria Giolitti recorre a dois expedientes: por um lado aumenta a violência e a corrupção, especial-

conservam as suas posições no Egeu (Rodes e Dodecaneso) onde ficaram até a guerra mundial. Daí por diante, pelo Tratado de Lausanne (1923) a Itália ficará como proprietária efetiva da região.

³⁰ Em valores de 1966.

³¹ Em 1912 emigram 711 mil italianos e no ano seguinte o número é de 880 mil.

³² Segundo Gioachino Volpe o desemprego nas regiões *braccianti* da Emília, da Romagna, da Polesine e das Puglie oscila entre 50 e 80% do total da força de trabalho. Cf. G. Volpe, *Italia Moderna*, vol. III, 1952, citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 430 e por Santarelli, *Il socialismo anarchico*, p. 135.

³³ O capital no ano de 1910 era de 100 milhões de liras.

mente no Sul, e por outro realiza uma aliança com os católicos: *Patto Gentiloni*. Com a aplicação desse pacto o *Non expedit*, suspenso em 330 colégios eleitorais (65%). O resultado das eleições dá uma clara maioria aos liberais.³⁴ Giolitti foi ainda favorecido com uma abstenção de 39,6% do eleitorado. O bloco da maioria – liberais, católicos, nacionalistas – totalizava 339 deputados e a chamada esquerda – socialistas, radicais e republicanos – totalizava 169.³⁵

Efetivamente o *Patto Gentiloni* funcionou. O *Osservatore Romano* declara que 228 deputados devem sua eleição aos católicos e que se isso não tivesse ocorrido pelo menos mais cem socialistas e republicanos teriam sido eleitos. A publicação dos nomes dos eleitos com o auxílio dos católicos trouxe embaraço para muitos liberais. E pelo menos 150 entre eles, cifra do *Giornale d'Italia*, negaram o fato.

Com o início de 1914 a situação política se complica. Os radicais passam à oposição: o pacto com os católicos, a política protecionista, as despesas militares, a ausência de uma reforma tributária são os motivos. Giolitti prepara o terreno para a retirada: propõe um projeto dando precedência ao casamento civil sobre o religioso. O projeto é derrotado por 201 votos contra 187. Consegue então sua última vitória, aprovando por 363 a 83 o orçamento da guerra da Líbia. Os ministros radicais se demitem. Giolitti renuncia a 10 de março.

7.9. O ministério Salandra

O rei convoca novamente Sonnino para compor o gabinete. Recusa. Sem o apoio da esquerda e da maioria giolittiana seria impossível governar. Giolitti indica então Salandra que obtém a confiança, a 5 de abril, por 303 votos contra 122 e 9 abstenções.

³⁴ Os liberais, vasto aglomerado majoritariamente giolittiano, obtém 304 cadeiras. Os radicais 73, os socialistas 52, os católicos 20, os socialistas reformistas 19, os republicanos dissidentes 9, os conservadores católicos 9, os socialistas independentes 8, os republicanos 8 e os nacionalistas 6.

³⁵ Na legislatura anterior os radicais eram 51, os socialistas 41 e os republicanos 23. Total: 115.

A terrível situação provocada pela guerra faz crescer, por toda a Itália, o número de manifestações anti-militaristas. O fermento da indisciplina cresce. A luta contra o que parecia ser o sustentáculo máximo da monarquia simbolizava-se pela campanha contra as chamadas “companhias disciplinares”. E Masetti e Moroni, dois soldados submetidos à essas companhias são o elemento de mobilização. Masetti, no início da guerra líbica, atirara contra o seu comandante e fora internado como louco. Moroni, por suas idéias sindicalistas-revolucionárias é enviado para um dessas companhias.

O “Comitê central Masetti-Moroni contra as companhias disciplinares” convoca em toda a Itália, comícios para o dia 7 de junho contra o militarismo e a guerra. E é na realização de um destes comícios, em Ancona, que irá ocorrer um massacre policial contra os trabalhadores. Após o comício, temendo que os trabalhadores se dirigissem para o centro da cidade, as tropas cercam o local do comício. O povo tenta sair e a tropa dispara. A reação popular é feroz. Durante uma semana o povo domina a cidade. As tropas são incapazes para dominar a situação. Os partidos populares formam um Comitê revolucionário urbano unitário. Os locais de cobrança de impostos são queimados e toda a comunicação é interrompida. A greve geral se espalha pelo país.³⁶ Na Romagna só se pode transitar com o salvo-conduto fornecido pelos diversos comitês revolucionários.

O PSI reunido no dia 8

“sob a trágica impressão do feroz massacre (...); notando que ele não é senão um triste episódio da reação política do atual ministério (...); considerando que a repetição destas sangrentas violências é devida à impunidade assegurada aos autores e aos responsáveis pelos lamentados massacres e à apologia que lhes é feita pela autoridade política (...); reclamando os compromissos políticos assumidos precedentemente com o consenso de todo o proletariado italiano” declara a greve geral “de acordo com a CGL” para o dia seguinte. A manifestação da CGL, também convocando a greve, é mais geral e fala na “impossibilidade

³⁶ Roma (greve geral de 8 a 10 de junho), Parma, Genova e Florença (dias 9 e 10), Veneza, Reggio Emilia, Milão e Nápolis (dia 9). A greve é geral também em Verona, Cremona, Palermo, Bolonha, Vicenza, Pavia, Terni, Rovigo, Pacova, Spoleto, Perugia, Livorno, todo o Piemonte e nas Puglie.

de tomar acordos com os organismos políticos pela interceptação de notícias".³⁷

Mussolini não perder a oportunidade de mostrar as diferenças de tom e de salientar o plural usado na nota da CGL.

"Sete é o dia do massacre de Ancona; no dia 8 a greve se estende à Toscana e à Lombardia e se difunde com caráter pré-insurrecional nas Marcas e na Romagna; no dia 9 a greve é geral em toda a Itália e os choques se fazem mais numerosos; 10 de junho (Borghi observará com justeza 'soldados e carabineiros já não bastam', o Exército capitalista exauriu suas reservas nas batalhas de rua) começa a greve dos ferroviários que bloqueia o movimento das tropas. É nesse ponto de grave laceração revolucionária que os reformistas são mais conseqüentes (...) dão a ordem de cessar a greve (...) o governo põe, ao serviço da CGT, a rede telegráfica para um TPAS (Telegrama Particular Agencia Stefani) urgente que diz: 'Secretário Geral Confederação Geral Trabalho Rigola entrega circular confederal pela cessação até meia noite da greve'".³⁸

A resposta é de incredulidade. Apesar disso a greve vai continuar e o refluxo se dará até o dia 15. É necessário desembarcar tropas. Nos últimos dias de greve os burgueses de Bolonha, Brescia, Florença, Milão, Cremona, Palermo, Roma, Verona e Veneza fazem algumas passeatas pela polícia. "Pela primeira vez as ruas da Itália não são mais monopólio das massas populares para as suas manifestações".³⁹

³⁷ Os textos do PSI e da CGL bem como a crítica de Mussolini estão no artigo deste em *Utopia*, a. II, n° 9-10: "*La Settimana rossa*".

³⁸ Del Carria, *op. cit.*, p. 452. A reação à ordem de suspensão da greve geral é imensa. Mussolini perpetra um dos seus fogosos artigos, "*Tregua d'armi*", onde fala em felonias dos dirigentes da CGL. Rigola se defende acusando o PSI de não cumprir o combinado e de que o partido sabia que a greve não poderia exceder 48 horas por decisão das bases da CGL. Para um esclarecimento mais completo da posição de Rigola ver Pepe, *op. cit.*, pp. 218-222.

³⁹ *idem*, pp. 458-459. Para uma descrição da *settimana rossa* do ponto de vista dos anarquistas ver Borghi, *op. cit.*, pp. 145-152.

7.10. O giolittismo

Síntese de uma década de política italiana, a “era” giolittiana, difere basicamente dos demais governos italianos, pela tentativa largamente exitosa, de obter o consentimento do todo nacional. Consentimento que não foi homogêneo no espaço e no tempo, muito pelo contrário. Giolitti tem de resolver, entre outras coisas, duas grandes questões: por um lado a questão meridional e por outro a questão do desenvolvimento da grande indústria, do aparecimento do proletariado nacional e do movimento socialista. A primeira dessas questões coloca problemas fundamentais relativos ao equilíbrio da própria totalidade nacional, e a segunda implica uma tendência de desenvolvimento.

Como resolver a complexidade das classes sociais no período? Do “lado” urbano, veremos que a industrialização que se processa é extremamente protegida pelo Estado. O capitalismo italiano, surgido tardiamente no cenário internacional, já na fase imperialista, incapaz de dominar o avanço tecnológico, absolutamente concentrado e produto do capital financeiro antes que seu produtor. Antes de Giolitti, a indústria ainda não era predominante: a figura do operário ainda tinha muito a ver com o artesão e mesmo com o camponês. A força de trabalho italiana era a menos remunerada e a que trabalhava a maior quantidade de horas em toda a Europa. No campo, a coisa é bastante complexa. São várias as formas: dos proprietários rurais capitalistas (Vale do Pó, p. ex.), proprietários sulistas chamados de feudais. Do lado das classes subalternas estavam os assalariados, os colonos, os meeiros, os foreiros, etc. E no meio disso tudo existiam camponeses médios e pobres. Outro elemento importante no equilíbrio classista é o chamado estrato intermediário. Este também se apresenta de maneira complexa, indo desde o elemento tradicional, que de algum modo sempre se ligara ao Estado e à política, até o elemento moderno produzido pela nascente indústria.

A tarefa giolittiana é estabelecer uma hierarquia entre as várias classes e frações de classe e constituir uma política que as integre assimetricamente ao Estado nacional, maximizando os lucros das classes dominantes. Nesse sentido, a reforma ou a repressão variaram de acordo com a escala de prioridades estabelecida e com a conjuntura. A prioridade é dada ao capital

financeiro, depois ao industrial, a propriedade fundiária capitalista e por fim a propriedade não-capitalista meridional. Esta última cumpria uma função de polícia em relação às massas rurais e recebia em troca o protecionismo agrário. Essa política que é capaz de realizar a “revolução” industrial italiana, requer como contrapartida uma espécie de “neutralização” do Estado na relação capital-trabalho. Giolitti tem que contar, com uma relativa não-oposição dos industriais a um movimento operário qualificado que vai surgindo no norte da Itália.⁴⁰ Esse reformismo giolittiano seduz o reformismo socialista. Turati, Treves, etc., têm, como Giolitti, a crença no progresso indefinido. Para Giolitti se trata de um domínio classista. Para os socialistas, este é um momento necessário para o socialismo. A hegemonia política giolittiana garante a fusão do bloco.

“Com o decênio giolittiano grupos da pequena burguesia, em grande parte nortistas, tornaram-se governistas (...) grupos restritos das aristocracias operárias e camponesas tornaram-se para-governistas através do partido social-reformista e da burocracia sindical (aos quais foram reconhecidos os direitos de cidadania); mas permaneceram estranhas à toda inserção no Estado e (...) em posição potencialmente revolucionária as massas operárias menos qualificadas, as massas camponesas, sobretudo as do Sul e mesmo vastíssimos estratos da camada intermediária (que a industrialização ia criando cada vez em maior número) que não encontravam como inserir-se econômica e socialmente nas deficientes estruturas do país e, em particular no Sul.”⁴¹

⁴⁰ É importante frisar que ainda em 1919 se colocava a questão da jornada de trabalho de 8 horas para o proletariado mais qualificado da Itália.

⁴¹ del Carria, *op. cit.*, p. 349.

Anexo

A questão meridional

No processo da unidade italiana as frações burguesas do norte acabaram por impor sua forma de dominação sobre o conjunto do território italiano. Aos problemas gestados por essa forma chamou-se questão meridional. E a partir do momento em que os liberais perderam o controle da economia nacional, essa questão ficou associada à luta anti-protecionista. Várias tentativas de resolvê-la foram ideadas. Vários foram, portanto, os “meridionalismos”. Pasquale Vilari (*Scritti sulla emigrazione*, Bolonha, 1909); Leopoldo Franchetti, *Mezzo secolo di unità nell'Italia meridionale*, Nuova Antologia, 1-5-1911); Giustino Fortunato (*Il Mezzogiorno e lo Stato Italiano*, Bari, 1911) e Giorgio Sidney Sonnino (*Discorsi parlamentari*, Roma, 1925), são os expoentes do meridionalismo conservador-liberal. A segunda corrente é a liberal protagonizada por Francesco Saverio Nitti (*Scritti sulla questione meridionale*). Socialistas e ex-socialistas, como Napoleone Colajanni, Ettore Ciccotti (*Sulla questione meridionale*, Milão, 1904) e Gaetano Salvemini (*La questione meridionale*), têm também seu meridionalismo.

Para os conservadores-liberais, o problema centra-se no fato de que o estado unitário é um fenômeno puramente elitista e incapaz de ligar a si as grandes massas da população. Marcado pela centralização, por uma brutal concentração de riquezas, o estado lança as classes trabalhadoras nos braços dos subversivos. A acusação de Sonnino (1880) é clara:

“O cobrador de impostos e o carabineiro; eis os protagonistas da religião da pátria no seio das grandes massas embrutecidas do nosso campesinato. É com a cobrança dos impostos, com a admoestação e o confinamento, com a liberdade de usura, com a prepotência das classes mais ricas, com a desigualdade política, e com a desigualdade de fato diante da justiça, que se ensina ao camponês ser a Itália a grande mãe comum, que vigia com cuidado amoroso sobre todos os filhos indistintamente.”⁴²

⁴² Sonnino, *op. cit.*, vol. 1, p. 8, citado por Massimo L. SALVADORI, *Gramsci e il problema storico della democrazia*, pp. 60-61. Ver também de: Franco DE FELICE e

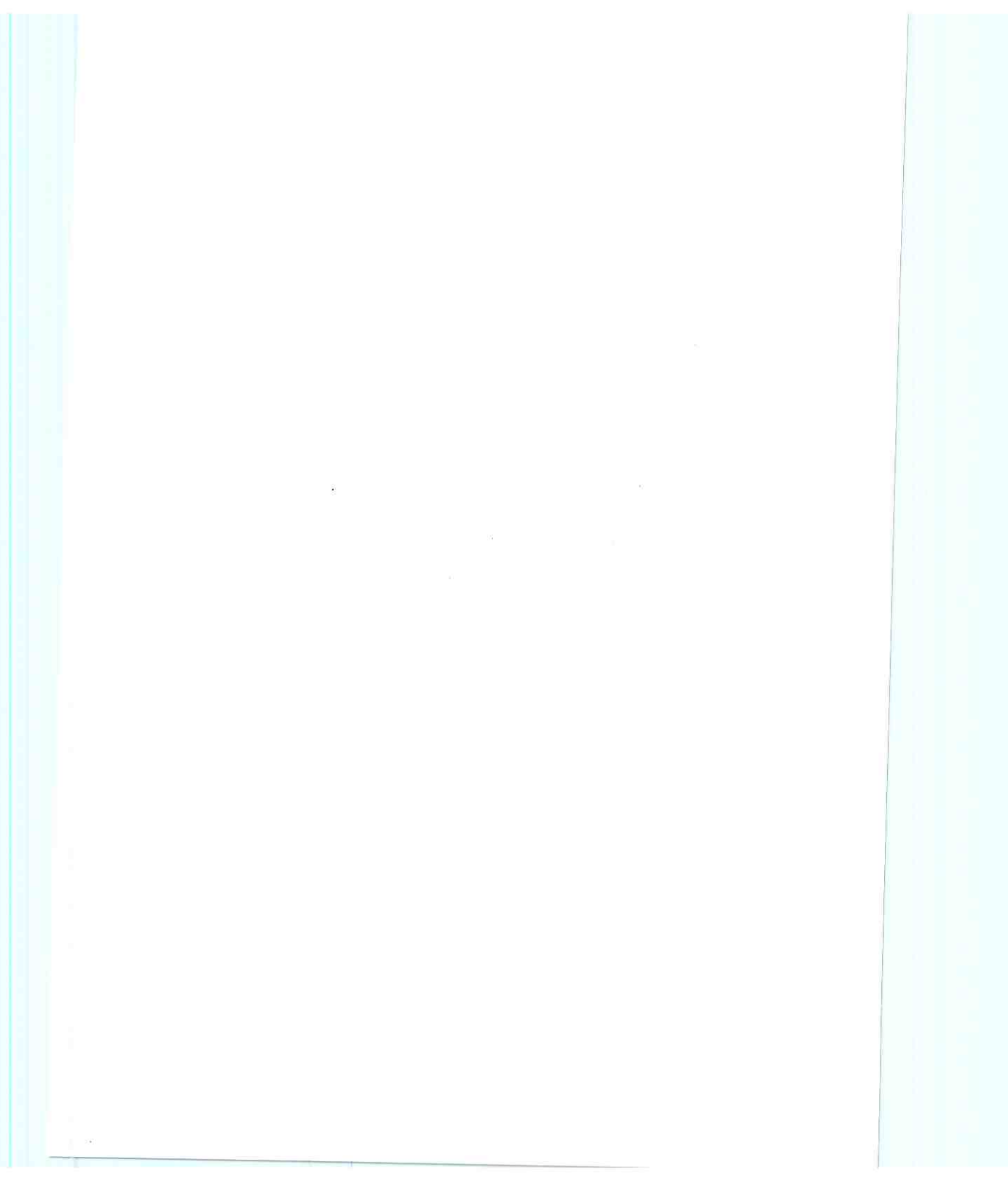
O programa desse meridionalismo era a criação de uma potente classe média, no Sul, para com ela garantir o programa de conservação social, subtraindo-se as massas à propaganda socialista. É necessário, no entanto, que a burguesia concorde em fazer seu este programa, para que ele seja realizável. Mas a burguesia não o quer.

Os meridionalistas liberais centram sua análise na desigualdade Norte-Sul. Nitti demonstrou que a partir de 1860 fora exercida uma drenagem dos capitais do Sul para o Norte realizada pela política estatal. Para Nitti, trata-se de construir uma economia moderna no Sul, eliminada, obviamente, a drenagem.

Colajanni vê o problema na existência da monarquia, uma força de conservação social e de centralização administrativa social. Propõe a república federativa e a força democrática dos partidos progressistas. Em Cicco-tti o desenvolvimento desigual da economia capitalista é a chave do problema. No Norte, um desenvolvimento capitalista e, no Sul, a sua ausência. É por isso que o Norte tem a hegemonia, enquanto o Sul aparece como uma economia capitalista vencida pela concorrência. Ele vê a possibilidade de alteração desse quadro pela agitação das idéias socialistas no Sul. Chamar as massas atrasadas para a luta de classes, eis o caminho. Ele não acredita que essas massas possam ser autônomas: devem subordinar-se à ação do proletariado, única força capaz de agir revolucionariamente. Salvemini luta contra essa postura. Já em 1898-1899, ele lança a idéia de que a libertação do Sul não decorreria da boa vontade do estado ou do proletariado do norte. Estes não poderiam enfrentar as forças reunidas dos proprietários agrários do sul e dos industriais do norte. Daí a necessidade objetiva da aliança entre os camponeses do sul e os operários do norte. Propõe: o federalismo para combater a centralização burguesa; o voto universal para dar às classes trabalhadoras, em especial no sul, as armas necessárias; e uma política alfandegária que golpeie as indústrias parasitárias e permita a transformação da agricultura socialista. O PS seria o elemento capaz de realizar essa tarefa.

Valentino PARLATO, *Introduzione a La Questione Meridionale*; Michele ABBATE, *La Filosofia di Benedetto Croce e la crisi della società italiana*, pp. 54-71, além, obviamente, do próprio Gramsci, *Alcuni Temi della questione meridionale*.

Mas as lideranças reformistas, claramente aliadas à Giolitti, vêem no desenvolvimento da burguesia italiana um passo para o socialismo, tornando-se assim defensoras do protecionismo. Salvemini sai do PS e, pouco a pouco, abandona os projetos revolucionários. Liga-se aos liberais (p. ex. Antonio De Vitti De Marco) na luta contra o protecionismo e por uma democracia rural com base na pequena propriedade. Em 1911 Salvemini funda uma revista, *L'Unità*, onde desenvolve a tese da aliança entre os camponeses do sul e os intelectuais que se disponham a uma ação de educação e à luta anti-protecionista.



Capítulo 8

A crise da intervenção¹

Se para a maioria dos partidos políticos e das forças sociais européias a guerra não trazia maiores problemas, o mesmo não se dava em relação aos socialistas. Estes estavam diante de um dilema: ou manter sua posição anti-belicista² ou aderir à união sagrada e ao social-patriotismo. O grande golpe contra a Internacional é o voto favorável dos social-democratas alemães aos créditos de guerra em agosto de 1914.

A situação italiana é particularmente complexa. Embora haja claramente setores intervencionistas, a maioria da nação é neutralista. A Coroa é desde logo intervencionista. Giolitti desde 1913 tentara evitar uma guerra por temor da reação popular.³ Seu sucessor Salandra e o ministro do Exterior,

¹ Sobre a crise da intervenção ver: Borghi, *Eis Mussolini*, pp. 66-74; Santarelli, *La revisione del marxismo in Italia*, pp. 151-161; Arfé, *Storia del Socialismo Italiano*, pp. 186-211; Renzo de Felice, *Sindacalismo Rivoluzionario e fiumanesimo nel carteggio De Ambris-D'Annunzio 1919-1920*, pp. 33-46; "Ai lavoratori d'Italia", *Fascio rivoluzionario d'azione internazionalista*; Spriano, *Storia di Torino Operaia e Socialista*, pp. 283-317; PCIn, *Storia della Sinistra Comunista*, pp. 79-103; Franco LIVORSI, *Amadeo Bordiga*, pp. 40-66 e os dois últimos fascículos da revista *Utopia*.

² Como por exemplo a resolução do Congresso de Stuttgart, em 1907 que afirmara: "As guerras estão portanto na essência do capitalismo (...). Se uma guerra ameaça desencadear-se, as classes operárias dos países interessados, e seus representantes no Parlamento, estão obrigados, ajudados pela ação coordenada do Bureau Internacional Socialista, a fazer todos os seus esforços para impedir a guerra, com todos os meios que lhes pareçam mais eficazes"., Alberto MALATESTA, *I Socialisti italiani durante la guerra*, pp. 207-209.

³ Eugenio Garin afirma: "A sabedoria neutralista foi o medo de que nas trincheiras se remodelasse uma nova unidade do povo, e, através os sacrifícios em comum, a consciência de uma igualdade de direitos." in *"Il primo e il secondo Risorgimento"*,

San Giuliano, tentam negociar com a Áustria as “compensações” que a Itália teria no caso de intervir ao seu lado na guerra. Para Salandra e seu grupo tratava-se de prevenir a crise que estava latente:

“dando trabalho à grande indústria; disciplinando o país; resolvendo a 'questão social' por um aumento de salários e assegurando o pleno emprego; enfim assegurando à Itália, sob a forma de 'compensações' os mercados que a indústria exige, as colônias que, acredita-se, poriam fim à questão meridional, e, *last but not least*, forjando um exército capaz de enfrentar uma revolução.”⁴

Do lado socialista a situação é tensa: existem os “intervencionistas de esquerda” e os neutralistas. O problema se coloca de maneira forte: os reformistas sabem que a guerra não é popular, fato reforçado pelo isolamento político a que os *libici* estavam condenados. Essa intuição de classe dos reformistas é potenciada pelo pacifismo pequeno-burguês que sempre caracterizara toda a ação dos socialistas.

Em 26 de julho de 1914 Mussolini lança pelo *Avanti!* um apelo ao proletariado italiano para que este imponha uma neutralidade absoluta. Poucos dias depois, porém, o próprio Mussolini elogia a Hervé, um antimilitarista profissional que pedira para partir no primeiro contingente para o fronte “tal como os membros da Comuna que, em 1870, tinham resistido aos prussianos!”⁵ Era o começo do que se chamou a política pendular de Mussolini. No dia 27 de julho a direção do PSI e o grupo parlamentar reclamam a convocação da Câmara para dela obter uma declaração de neutralidade e solicitam do Bureau Internacional Socialista (BIS) a convocação de uma conferência o mais breve possível. O *Avanti!* noticia, dia 29, a declaração de guerra da Áustria à Sérvia e retoma o tema da neutralidade absoluta.

No dia seguinte a Direção do PSI lança manifesto aos trabalhadores incitando-os à impor ao governo a mais absoluta neutralidade e convoca comícios. Já a 3 de agosto, o *Avanti!* publica um artigo, seguramente de Mus-

Rinascita, a. XVIII, n° 9, setembro de 1961, citado por Robert Paris, *Histoire du fascisme en Italie*, p. 51.

⁴ Paris, *op. cit.*, pp. 50-51. Em inglês no texto.

⁵ *idem*, p. 52.

solini, em que se apresentava uma distinção entre guerra ofensiva e guerra defensiva e comentava: se “a Áustria – embriagada por suas eventuais vitórias pretender (a hipótese é inverossímil) perpetrar uma ‘expedição punitiva’ ao Veneto, então é provável que muitos dos que são hoje acusados de anti-patriotismo saberiam cumprir o seu dever.”⁶ A 4 de agosto o PSI, diante da disposição das massas, realiza em Turim um comício contra a guerra. No dia seguinte a direção do PSI, da CGL e da USI declaram sua intenção de decretar a greve geral se o governo abandonar a neutralidade e aliar-se à Áustria. Nesse mesmo dia a direção do PSI após assumir inteira responsabilidade pela luta em favor da neutralidade, solicita aos seus prefeitos que convoquem os conselhos comunais para os dias 8 e 9 para deliberar contra a guerra.

Comentando essas reuniões o *Avanti!* afirma ter sido decidido a neutralidade até o fim da luta, mas se por acaso isso não fosse possível jamais aceitar aliar-se com o bloco austro-alemão. “Este segundo ponto que não encontrou reservas e críticas no campo socialista, indicava claramente que a saída da neutralidade deveria ocorrer a favor da *Entente*.”⁷ A 15 de agosto o Secretariado do PSI “põe em guarda o Partido contra todas as correntes que o nacionalismo e o militarismo (...) tentam exaltar, com evidente perigo do estado de paz que a Itália socialista pretende defender e manter.”⁸

No dia seguinte, dia 16, Bordiga intervém no debate, publicando uma advertência contra as ambigüidades do *Avanti!*: “Muitos companheiros exprimem e difundem nos comícios e na imprensa um sentimento de viva simpatia pela Tríplice *Entente*, não apenas justificando mas exaltando a atitude dos socialistas franceses até a sustentação de que os socialistas italianos deveriam acorrer à luta em defesa da França.”⁹ Mostra logo após que os “partidos do futuro” diante dos grandes acontecimentos históricos frequentemente retrocedem e realizam a tarefa dos seus adversários: “Na revolução italiana os revolucionários republicanos fizeram a monarquia. Em 1871 os internacionalistas franceses salvaram a nação. É o índice de imaturidade dos parti-

⁶ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 25.

⁷ Malatesta, *op. cit.*, p. 27. Grifos nossos.

⁸ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 29.

⁹ “*Al nostro posto*”, PCIn, *op. cit.*, p. 238. O 1º grifo é nosso.

dos do futuro.”¹⁰ E lembra que é preciso combater o francofilismo socialista, pois para defender o proletariado o PSI deve lutar contra toda e qualquer guerra. Mussolini ao apresentar o artigo faz algumas restrições que vale a pena lembrar: ele começa por concordar com Bordiga introduzindo porém uma diferença entre o que ele chama de “posição mental” e “posição histórica” do socialismo. Em suma: ele concorda que a posição de Bordiga é a “posição mental” do socialismo, mas que na prática a teoria é outra. Contrapõe então a França – pátria da revolução e da liberdade – à Alemanha feudal e reacionária, lembrando por exemplo que “na Prússia (...) o direito de voto ainda não existe” e de “que entre o regime dos *Junker* e o da democracia francesa, a diferença não é de todo desprezível.”¹¹

A intervenção vai ganhando novos adeptos. A 18 de agosto Alceste de Ambris pronuncia-se pela *Entente* no caso da quebra da neutralidade:

“Creio, de resto, que o fato prodigioso ao qual temos a sorte ou o azar de assistir terá duas conseqüências que obrigará todos os partidos e todas as filosofias a uma reviravolta radical, desprezando todos os hábitos mentais qualquer que seja o princípio em que se inspire (...). O pacifismo burguês e o internacionalismo socialista entraram ao mesmo tempo em bancarrota. (...) A vitória anti-alemã, (...) permite-nos esperar uma série de benefícios de caráter econômico, político e moral que permitiriam um vigoroso desenvolvimento de todas as forças de progresso da humanidade (...). Certo, não é ainda a *nossa* revolução.”¹²

Paralelamente a isso vai-se fortalecendo a tese da guerra defensiva. O *Avanti!* de 1º de setembro afirma: “Os socialistas só admitem uma única hipótese, aquela necessária para lutar contra uma eventual invasão.”¹³ No dia 22 a direção do PSI lança manifesto: “O Partido Socialista reafirma alto e bom som a existência de uma antítese profunda e insanável entre guerra e socialismo. Enquanto, (...) a guerra representa a forma extrema, porque coagida, da colaboração de classe, o aniquilamento da autonomia da individua-

¹⁰ *idem*, p. 239. Grifos nossos.

¹¹ “Nota redazionale dell’*Avanti!*”, *idem*, p. 243.

¹² “*I sindacalisti e la guerra*”, *L’Internazionale*, citado por De Felice, op. cit., pp. 36-37.

¹³ citado por Malatesta, op. cit., p. 28.

lidade e da liberdade de pensamento sacrificada ao Estado e ao Militarismo, que iniciam, dirigem e concluem a guerra exteriormente à qualquer controle direto dos povos.”¹⁴

Tasca entra na polêmica com Cajani, diretor mussoliniano do *L'Avanguardia*, que se coloca em posição abertamente intervencionista.

Em 9 de setembro Mussolini, no teatro do Povo, Milão, afirma que entre a classe e a nação ele escolhe a esta e afirma a ineficácia da greve geral contra a mobilização. Nos dias 13 e 14 de setembro se reúne o Conselho Geral da USI para debater a questão da intervenção. Favoráveis à guerra, entre outros: Alceste e Amilcare de Ambris, Michele Bianchi, Tulio Masotti, Cesarino Rossi, Edmondo Rosconi, Filippo Corridoni. Contra: a maioria sindicalista sob o comando do anarquista Armando Borghi. Vitoriosa a posição de Borghi os derrotados cindem e fundam a UIL, intervencionista e que virá a ser a base do futuro sindicalismo fascista. Borghi assume o comando da USI.

Claudio Treves, *alter ego* de Filippo Turati¹⁵, insiste na distinção entre guerra defensiva e guerra ofensiva e lembra que se o proletariado não deve confundir-se com a burguesia, não deve, por outro lado, deixar de tomar parte em uma guerra defensiva.¹⁶

A 17 de setembro o *Il Socialista*, jornal da seção napolitana, advertia o partido dos perigos da excitação mussoliniana: “Se o *Avanti!*, coerente com sua direção claramente revolucionária, anti-burguesa, anti-estatal, tivesse enfrentado a questão da guerra sem hesitações e sem reservas de qualquer espécie, o Partido teria respondido muito melhor, com uma verdadeira agitação anti-guerreira.”¹⁷ E concluía:

“Amigos sinceros e, se se quer 'admiradores' de Mussolini, não hesitamos em mostrar o perigo que se esconde na criação dos ídolos no Partido, mesmo quando se trata de companheiros dotados de consciência segura e de verdadeiro espírito de sacrifício.”¹⁸

¹⁴ *idem*, p. 213.

¹⁵ A expressão é de Arfé, *op. cit.*, p. 224.

¹⁶ *Critica Sociale*, 16 a 30 de setembro de 1914, citada por Paris, *op. cit.*, p. 52.

¹⁷ citado por PCIn, *op. cit.*, vol. 1-bis, p. 29.

¹⁸ *idem*.

Nesse mesmo setembro Angelica Balabanoff surpreende Mussolini em conluio com Filippo Naldi, diretor do jornal monarquista e intervencionista *Il Resto del Carlino*. Pouco a pouco o *romagnolo* vai pendendo para a intervenção. Por ocasião do encontro socialista italo-suíço, em Lugano, a 27 de setembro, ele não comparece por estar “doente”; mas logo se “restabelece” após o encontro com Marcel Cachin que fora “estimular” a participação dos italianos na guerra.¹⁹

No entanto, após a mais radical condenação da guerra, Mussolini passara pouco a pouco a defender a intervenção italiana. A mudança de posição se dá no sentido da guerra de defesa contra uma possível invasão austríaca. E essa mudança fortalecer os reformistas no interior do partido. Da esquerda socialista vem o protesto de Bordiga, que, como veremos adiante, irá defender a tese do derrotismo revolucionário. Mussolini, no entanto, reafirma progressivamente a tese da intervenção. Os contatos de Mussolini com os intervencionistas de direita se acentuam, mas é com o contato com o socialista francês Marcel Cachin que se solidifica sua posição pró-guerra. A revista *Utopia*, do próprio Mussolini, principalmente no nº 11-12, é claramente dedicado à intervenção na guerra. Significativos são os artigos assinados pelo *L'Homme qui cherche* (pseudônimo do próprio Mussolini), Sérgio Panunzio e Libero Tancredi. A 6 de outubro o *Giornale d'Italia*, publica uma carta de Mussolini a Giuseppe Lombardo-Radice onde afirma que se a guerra fosse contra a Áustria o partido não tentaria uma oposição prática. No dia seguinte em carta a Massimo Rocca, Mussolini reafirma que se a guerra fosse contra a França a oposição do PSI seria insurreccional, mas se fosse contra a Áustria seria apenas “ideal e legal”.

Os reformistas da Confederação Geral do Trabalho, em especial seu secretário Ronaldo Rigola que no dia 17 de outubro manifesta-se também

¹⁹ Menos feliz que o “socialista” Cachin foi o “socialista” alemão Südekum que procuraria Federzoni e Corridoni do *L'Idea Nazionale*, para que, financiado pelo grande capital alemão, o jornal defendesse a tese da intervenção ao lado da Alemanha. Duplamente infeliz: pois além de não ter êxito na missão seu nome se transformou em sinônimo de traição. O vocabulário socialista passou a registrar o verbo sudekumisar. Sobre a questão do financiamento francês à Mussolini ver Paris, *op. cit.*, p. 62 e nota 77 e em *As Origens do Fascismo*, p. 149.

por uma posição diferenciada do PSI dependendo de quem fosse o inimigo da Itália, fortalecendo assim as posições de Mussolini.

A 18 de outubro ele escreve o famoso artigo intervencionista "*Dalla neutralità assoluta alla neutralità attiva ed operante*". Após advertir que a fórmula da neutralidade absoluta, defendida pelo PSI, é cômoda e negativa, sumaria as diversas tendências, em relação à guerra, existentes no seio do partido e muitos são pela guerra. Dentro do PSI existem de antimilitaristas clássicos à intervencionistas de esquerda, passando pelos que advogam a guerra defensiva e os francófilos. Passa a mostrar como a neutralidade do PSI era parcial e relativa, documentando as ambigüidades através de comentários do *Avanti!* – por ele mesmo dirigido – e as notas da direção do PSI.²⁰

Assim através de um jogo de citações mistura sua posição com a do partido.

"Avaliar todas as guerras do mesmo modo seria absurdo e – seja-nos permitido dizê-lo – cretino. Desencadeada a guerra as simpatias dos socialistas dirigem-se à parte agredida. Um outro elemento que contribui para determinar a atitude dos socialistas é a revisão das consequências – mais ou menos desfavoráveis ao desenvolvimento das nossas idéias – que a vitória, de uns ou de outros, traz no seu seio sangrento. Uma neutralidade socialista que prescindisse dos resultados possíveis da guerra atual, seria não apenas um absurdo, mas um delito."²¹

Mussolini fala da responsabilidade da guerra e da diferença entre guerra de conquista e de defesa para posicionar, desde logo, o PSI ao lado da *Entente*. Defende a guerra como tática para pôr fim às guerras, a guerra que libere o socialismo e a Europa do jugo austro-alemão. A neutralidade dos socialistas fora um poderoso incentivo à posição triplicista. Denunciava que a partir do momento em que os socialistas não reagirem contra a convocação militar para uma guerra de defesa do território nacional contra possíveis

²⁰ Cf. os comentários dos dias 28 de julho, 3 e 5 de agosto. Neste último dia comentando a moção da CGL declara o *Avanti!* "1. A Itália deve manter até o fim da guerra a sua atitude de neutralidade. 2. A Itália não deve sair da neutralidade para apoiar o bloco austro-alemão.", in Benito Mussolini "*Dalla neutralità assoluta alla neutralità attiva ed operante*", *Opera Omnia di Benito Mussolini*, vol. VI, pp. 396-397.

²¹ *idem*, p. 397.

hostilidades austro-alemães (“a primeira concepção importante à realidade nacional”²²) isso poderia conduzi-los muito longe: “a ver se convém opor-mo-nos praticamente àquela guerra que nos liberasse ‘preventivamente e para sempre’ de tais futuras represálias.”²³ Analisando os problemas pela neutralidade absoluta Mussolini adverte que a atitude partidária favorece a vontade da monarquia que quer permanecer fora da guerra contra os aliados da Tríplice: a neutralidade permitiria à Itália ser neutra embora pró-triplicista. Para os que vêem “a neutralidade absoluta nos confrontos com a Áustria como empenho para uma ação prática que evite a guerra, o dilema está posto nestes termos: se (...) quereis acentuar a oposição à guerra, deveis preparar-vos para fazer a revolução. (...) Na Itália o momento bom seria o atual.”²⁴ E conjectura sobre os problemas inerentes à uma ação revolucionária e sua possibilidade ou não de impedir a guerra.

Mais adiante fala: “Os problemas nacionais existem também para os socialistas.”²⁵ Passa a citar os problemas vividos por outros PSs afirmando que não só as questões nacionais existem como também se elas não forem resolvidas perturbaram o processo da luta de classes. E enfrentando uma contradição real do partido quanto à sua ação internacional declara:

“Se o conceito de ‘nação’ está ‘superado’, se a defesa ‘nacional’ é um absurdo para os proletários que nada teriam a defender, devemos ter a coragem de desautorar os socialistas da Bélgica e da França que frente à invasão alemã confundiram (...) a classe na nação e deduzir que só existe um socialismo no mundo, genuíno, autêntico, puríssimo: o socialismo italiano... Mas é um ato de soberba que por muitas razões não nos convém!”²⁶

O raciocínio prossegue na defesa da intervenção usando argumentos de autoridade: cita as posições intervencionistas de Amilcare Cipriani, de H M Hyndmann (socialista inglês) e de Kropotkin. Finalmente exclama: “Nós

²² *idem.*

²³ *idem.*

²⁴ *idem.*, pp. 399-400.

²⁵ *idem.*, p. 400.

²⁶ *idem.*, p. 401.

tivemos a honra muito singular de viver na hora mais trágica do mundo. Queremos ser, como homens e como socialistas, espectadores desse drama grandioso? Ou queremos ser, de algum modo, em algum sentido, protagonistas dele? Socialistas da Itália, atenção: muitas vezes ocorreu que a 'letra' matou o 'espírito'. Não salvemos a 'letra' do Partido se isto significar matar o 'espírito' do socialismo!"²⁷

O artigo causa uma imensa polêmica. Gaetano Salvemini, o grupo do *L'Unità*, Camilo Prampolini, do *Giustizia*, e outros reformistas, apoiam a tese mussolinista. Mas recebe também muitas críticas. A direção do PSI rejeita a tese da intervenção²⁸ e Mussolini é destituído da direção do *Avanti!* A direção do PSI afirma: "Hoje não temos a força para impedir ou enfraquecer a guerra que arde. Não queremos, porém, outras nações nos campos de batalha."²⁹ Mussolini ainda está no partido.

A 22 de outubro o *Il Socialista* publica uma resposta: "*Per l'antimilitarismo attivo ed operante*". Bordiga sintetiza a posição da esquerda do PS: "O conceito de neutralidade tem por sujeito o Estado e não os socialistas. Queremos que o Estado permaneça neutro na guerra, absolutamente, até o fim, aconteça o que acontecer. Para obtermos isso, agimos sobre ele, contra ele, no campo e com os meios da luta de classes. Desta não queremos nos desarmar. Nossa guerra é permanente, desemboca (...) em revolta aberta, mas não concede armistícios. Hoje somos vítimas de uma *mauvais mot*. Neutralistas nós? (...) Nós, pelo contrário, sustentando que o Estado deve permanecer neutro, permanecemos seus inimigos abertos, ativos e atuantes."³⁰

A 31 de outubro, Gramsci fará sua estréia como jornalista. Trata-se de um escrito "maldito" que o perseguir por toda a vida: "*Neutralità attiva ed operante*". É no fundamental uma "interpretação" das teses defendidas por Mussolini que tinha sido até então o mais respeitado dos jovens socialistas, entre eles Gramsci, Tasca e Bordiga que viam nele o seu líder natural. Nes-

²⁷ *idem*, pp. 402-403.

²⁸ Votam contra Mussolini: Lazzari, Serrati, Vella, Ratti, Smorti, Bacci e Balabanoff. Hesitam: Zerbini e Della Seta.

²⁹ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 292.

³⁰ in PCI, *op. cit.*, vol. 1-bis, pp. 34-5. Em francês no texto.

se artigo a questão da nação está colocada, mas de maneira concreta: “Qual deve ser a função do Partido socialista *italiano* (sublinho, nem do *proletariado*, nem do *socialismo* em geral) no atual momento da vida *italiana*?”³¹ Proletariado e socialismo existem em uma perspectiva histórica e isso lhes confere tarefas nacionais, específicas. Para ele a neutralidade ativa e atuante significa

“dar de novo à vida da nação o seu genuíno caráter de luta de classes, obrigando a classe detentora do poder a assumir as suas responsabilidades, (...) a reconhecer que faliu completamente nas suas finalidades, dado que conduziu a nação, da qual se proclamava a única representante a um beco sem saída, do qual a nação só poderia sair se abandonasse ao próprio destino todas as instituições que são responsáveis pelo seu tristíssimo estado atual.”³²

Crítica a atitude de Tasca na análise do “caso Mussolini” reprovando-o por não ver na atitude daquele

“o que poderia existir de vital na sua atitude e sobre isso dirigir a própria crítica, aniquilando-o ou então encontrando o plano de conciliação entre o formalismo doutrinário da Direção remanescente e o concretismo realista do diretor do *Avanti!*”³³ Gramsci crê que a posição do romagnolo não exclui o antagonismo do proletariado em relação à burguesia e que esse proletariado “possa, depois de uma falência ou de uma impotência demonstrada pela classe dominante, desembaraçar-se dela e apoderar-se das coisas públicas.”³⁴

E é basicamente nesse sentido que se vê no artigo uma posição intervencionista.

Poucos dias depois, a 15 de novembro, surge o jornal de Mussolini financiado pelo capital francês: *Il Popolo d'Italia*. No seu violentíssimo editorial “*Audácia*”, Mussolini não se limita a tomar posição intervencionista mas lança-se ao ataque contra os anti-intervencionistas: “se amanhã (...) a reação

³¹ *Il Grido del Popolo*, in *Cronache Torinese* (1913-1917), p. 10.

³² *idem*, p. 12.

³³ *idem*, p. 13.

³⁴ *idem*, p. 14.

prussiana triunfar sobre a Europa e (...) abaixar o nível da civilização humana, desertores e apóstatas serão todos aqueles que nada tentaram para impedir a guerra.”³⁵ Trata-se então de confundir todos os elementos da questão:

“Hoje – grito-o forte – a propaganda anti-guerra é a propaganda da velhacaria. (...), uma propaganda anti-revolucionária. Fazem-na os padres seculares e os jesuítas que tem um interesse material e espiritual na preservação do império austríaco; fazem-na os burgueses contrabandistas ou similares, que, principalmente na Itália, demonstram a sua piedosa insuficiência política e moral; fazem-na os monarquistas que, principalmente os senadores, não querem rasgar o tratado da Tríplice que garantia (...) a existência dos tronos (...). Mas nós, socialistas, representamos salvo nas épocas baixas do reformismo mercante e giolittiano, uma das forças 'vivas' da nova Itália: queremos agora ligar o nosso destino à estas forças 'mortas' em nome de uma 'paz' que não nos salva hoje dos desastres da guerra (...)?”³⁶

No dia 24 Mussolini é excluído do partido. Excluído, ele está totalmente livre para a campanha da intervenção: o fascículo nº 13-14 de *Utopia* é totalmente intervencionista.

A 3 de dezembro o *Il Socialista* volta a precisar o sentido da neutralidade, tal como era visto pela esquerda do PSI:

“Neutralidade significa então para nós intensificado fervor socialista na luta contra o Estado burguês, acentuação do antagonismo de classe que é a verdadeira fonte de toda tendência revolucionária e sobre a qual uma adesão do Partido socialista à guerra feita pelo Estado poria, em meio às exultações das classes conservadoras, uma pedra sepulcral.”³⁷

Ainda em dezembro, em declarações ao *L'Humanité*, Rigola afirma:

“Como princípio a maioria da nossa organização é contra a guerra. Mas o fato de ser contra a guerra não significa rebelião contra uma fatalidade extra-humana. Tenho a impressão que a Itália intervirá. Como somos uma minoria na nação, só podemos realizar nossa função

³⁵ in *Partito Nazionale Fascista, Le origini e lo sviluppo del fascismo*, p. 6.

³⁶ *idem*, p. 7. Grifos nossos.

³⁷ citado em PCI, *op. cit.*, vol. 1-bis, p. 47.

de minoria em conformidade com nossos princípios. Se tivéssemos que ajudar os agressores da França, os assassinos da Bélgica, poderia ser a revolução. Caso contrário nós nos desinteressaríamos de uma guerra que tivesse finalidade puramente nacionalista. Participaríamos ativamente na luta se nossa independência fosse ameaçada.”³⁸

No dia 19 de janeiro de 1915 os socialistas intervencionistas se reúnem em Milão e a 24 fundam os *Fasci d’Azione Rivoluzionaria* que exigem a imediata denúncia do Tratado da Tríplice Aliança. Querem a guerra e querem-na ao lado da *Entente*. O manifesto dos intervencionistas de esquerda³⁹ atribui o fracasso da Internacional ao fato de que os socialistas austro-alemães “em lugar de opor a força das suas potentes organizações econômicas e políticas às desencadeadas fúrias agressivas dos seus governos (...) cederam à corrente do *imperialismo* mais brutal e selvagem.”⁴⁰ Do outro lado os franceses, os ingleses e os belgas realizaram “até o fim o dever próprio dos socialistas, prontos a iniciar com a greve geral internacional o movimento de revolta contra as intrigas guerreiras das burguesias.”⁴¹

Para eles a vitória austríaca seria o “renovado triunfo da Santa Aliança, o reforço da causa da reação e do militarismo contra o da revolução, (...) a persistência e a consolidação daquelas forças militares e *feudais* que produziram a imensa catástrofe hodierna”.⁴² A vitória da *Entente* seria a da “França berço de centenas de revoluções, da Inglaterra, protetora de toda liberdade política (...) (da Bélgica) generosa e heróica”.⁴³ Assim os italianos deveriam intervir “pela liberdade e a independência dos povos, tornando mais rápido e decisivo o êxito da guerra, atenuando-lhe os imensos desastres.”⁴⁴

³⁸ citado por Piero SECCHIA, *Capitalismo e classe operaia nel centro laniero d’Italia*, p. 293.

³⁹ *La Folla*, a. III, n° 41, pp. 9-12. O manifesto é assinado por Michele Bianchi, Filippo Corridoni, Amilcare De Ambris, A. O. Olivetti, Cesare Rossi e Libero Tancredi.

⁴⁰ *idem*, p. 10. Grifos nossos.

⁴¹ *idem*.

⁴² *idem*, p. 11. Grifos nossos.

⁴³ *idem*, p. 10.

⁴⁴ *idem*, p. 11.

Nesse mesmo dia os anarquistas realizam conferência em Pisa e se declaram contra a guerra, propondo uma greve geral inicialmente de protesto mas podendo chegar a ser insurrecional.

A resistência popular contra a guerra se acentua: sucedem-se os tumultos na Catania, em Minervino Murge e em Roma. Diante disso o PSI a 21 de fevereiro convoca manifestações contra a guerra. A polícia ataca a massa contrária a guerra, matando e ferindo. Em Milão, a 31 de março, duas passeatas se chocam: Serrati liderando os adversários da guerra e Mussolini os partidários. A polícia toma o partido dos intervencionistas e Serrati e mais 235 operários são presos.

A guerra estava praticamente decidida. Desde março, o rei, Salandra e Sonnino pactam com a *Entente*. Disso resulta o Pacto de Londres, firmado a 26 de abril, pelo qual a Itália entra na guerra ao lado da *Entente*. Dois são os elementos decisivos do Pacto: por um lado, se, ao final da guerra a Inglaterra e a França tivessem seus impérios coloniais aumentados a Itália ganharia o Trentino, Trieste, Gorizia, Ístria, parte da Dalmácia e do Dodecaneso, além de "compensações" na África, na Albânia e na Ásia Menor (Art. 13) e por outro lado a Itália teria que declarar a guerra apenas contra a Áustria e teria ainda um mês para tal. Este pacto será peça importante no pós-guerra.⁴⁵

Em abril, após as manifestações intervencionistas de Milão, a direção do PSI lança manifesto aos proletários para que contraponham

"manifestações às manifestações, não no sentido da violência ou da limitação da liberdade dos outros, mas com a precisa intenção de exprimir a vontade do proletariado e dos socialistas contra a guerra, a qual, efetuada seja por que modo for, não terá nunca a solidariedade do Partido socialista italiano, e por tolerar métodos de governo liberticidas e reacionários tendentes a tolher, apenas de uma parte do povo, o direito de manifestar a própria opinião como ocorreu recentemente em Milão."⁴⁶

⁴⁵ O pacto se tornou público porque os bolcheviques chegando ao poder publicam todos os atos diplomáticos secretos. Antes disso apenas Vitorio Emanuele III, Salandra e Sonnino, entre os italianos, sabiam qual era o seu conteúdo.

⁴⁶ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 224.

A 11 de abril o PSI faz nova manifestação contra a guerra e novamente a polícia a dissolve e prende operários. A 21 de abril o Conselho de Ministros proíbe os comícios e passeatas do 1º de maio temendo manifestações anti-guerra. No interior da CGL a neutralidade começa a ser problema. Inicialmente quando parecia ser possível a guerra do lado austro-alemão todos se colocavam a favor da neutralidade absoluta. Mas quando o governo se declarou neutro no conflito o bloco neutralista logo se desagregou: os mais democráticos queriam uma intervenção ao lado da França, da Bélgica e da Sérvia.

A crise é de tal modo grave que o pacto feito com o PSI pelo qual caberia a este a liderança da luta contra a guerra é contestado. Em Milão, a 27 de abril, reúne o Conselho Nacional Confederal para discutir a crise. Mantém-se, apesar de tudo, a unidade com o PSI contra a intervenção. Nesse mesmo dia e ainda em Milão reúne a Direção do Partido que

“confirma a posição neutralista, mas se pronuncia, por maioria, contra a proclamação da greve geral em caso de guerra, deixando livre as Câmaras de Trabalho para decidir ou não greves locais. Toda iniciativa popular é assim bloqueada pela ação dos próprios dirigentes que já sofrem as imposições do governo!”⁴⁷

Ainda em Milão, no dia seguinte, a direção do PSI aprova moção sobre a retomada das relações internacionais e delibera fazer do BIS o organizador de uma reunião de partidos de países ainda não beligerantes. A missão é confiada a Morgari. No dia 29 nova reunião da direção do partido delibera sobre o problema dos “Comitês de Preparação” que iam surgindo por toda a Itália e que em tese teriam fins assistencialistas e de previdência social em caso de guerra. A direção se pronuncia em face da adesão ou não dos socialistas, de acordo com a maior ou menor intransigência das seções, para dar uma política geral ao partido evitando assim a quebra da unidade:

“A Direção, em resposta ao pedido de algumas Seções, se exprime contrária à participação dos socialistas nos Comitês de Preparação que vêm surgindo sob o estímulo dos poderes centrais. (...) não pode favorecer com seu concurso aquelas instituições ou iniciativas as quais,

⁴⁷ Del Carria, *op. cit.*, vol. 2, p. 21.

sob o pretexto humanitário tendem a facilitar a formação de um espírito público favorável à guerra.”⁴⁸

No entanto caberia à Câmara a última palavra na decisão de manter ou não a neutralidade. Salandra comanda a campanha contra o “neutralista” Giolitti acusando-o – e como é velho o “argumento” – de estar a soldo de Berlim. Mas a Câmara, na sua maioria giolittiana, socialista e católica, é majoritariamente neutralista. E a 9 de maio, 300 deputados depositam seu cartão de visita na casa de Giolitti, em uma “espécie de plebiscito parlamentar em favor da paz e testemunho, para Giolitti, de que ele poderia formar um governo neutralista com sólida maioria.”⁴⁹

A 11 de maio Mussolini escreve contra o Parlamento:

“Estes deputados que ameaçam ‘pronunciamentos’ ao modo das republiquetas sul-americanas; estes deputados que vão receber ordens e jantares com o príncipe de Bulow; estes deputados que difundem – com as fantasias mais inverossímeis e exageradas – o pânico na tropa fiel dos eleitores; estes deputados pusilânimes, mercadores, charlatões, prontos para os desejos do Kaiser; estes deputados deveriam estar à testa da nação para encorajá-la e fortificá-la, em lugar de deprimi-la e humilhá-la como fazem; estes deputados deviam ser levados ao Tribunal de Guerra.”⁵⁰

Os intervencionistas ampliam suas manifestações cuja finalidade é apenas dar colorido “popular” à guerra e criar na pequena burguesia a crença de que ela comandava os acontecimentos. Os choques se acentuam. A 12 de maio um jovem socialista é morto em Milão. No dia 13 Salandra diante do “plebiscito parlamentar” é obrigado a entregar sua demissão ao rei.

“Mas as correntes intervencionistas se sublevam contra o movimento parlamentar. E iniciam uma vigorosa ação de rua, com passeatas e comícios, enquanto o Popolo d'Italia (...) martela, com violentos artigos, o giolittismo e o socialismo. As manifestações são particularmente

⁴⁸ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 59.

⁴⁹ Paris, *op. cit.*, p. 57. Sobre a participação de Giolitti na questão da guerra ver suas *Memorie...*, pp. 509-511.

⁵⁰ “*Abasso il Parlamento*”, *Il Popolo d'Italia*, in PNF, *op. cit.*, p. 26.

numerosas em Milão e em Roma. Um grupo de intervencionistas consegue mesmo invadir o Montecitorio.⁵¹

Sob proteção policial os intervencionistas dominam as ruas. A situação é particularmente tensa em Turim. No dia 5 a cidade vive a greve geral. No mesmo dia uma manifestação intervencionista suscita a reação operária. Esta já vinha sendo preparada pelo violento aumento do custo de vida ocorrido em fevereiro e em março e por outras manifestações pró-guerra. "Para compreender com quanta irritação o proletariado turinês, fechado o dia inteiro nas fábricas, recebe a notícia das manifestações intervencionistas, é necessário levar em conta que elas ocorriam em pleno dia, quando os operários não podiam contrastá-las, obrigados que eram a trabalhar naquelas horas. As manifestações *guerrafondaie* provocavam porém as contramanifestações neutralistas, as quais naturalmente se desenvolviam à noite".⁵²

No dia 16 a Câmara do Trabalho (CL) debate a questão e decide-se pela greve. A cidade para totalmente no dia 17. Uma passeata de 80 a 100 mil pessoas se forma e enfrenta a cavalaria. Ultrapassado esse obstáculo a massa se dirige para a CL onde ouve os discursos de Tasca, Guarnieri, Pajella e Pavesio. Barricadas são levantadas. Os operários saqueiam as lojas de armas e lutam. O general Sapelli recebe, do Chefe de Polícia Verdinois, o comando da cidade. A CL é invadida e seus dirigentes são presos. A soldadesca destrói tudo o que encontra.⁵³

Os socialistas reformistas, minoritários na Seção, principalmente Casalini e Sciorati, contatados por Verdinois, assumem o comando da seção e tentam deter a greve. Não o conseguem. Novas manifestações operárias.

⁵¹ Malatesta, *op. cit.*, p. 60. Montecitorio é o local do Parlamento.

⁵² Mario Guarnieri – Alfonso Leonetti, *Torino rossa contra la guerra*, Edizioni Avanti!, Milano, 1920, p. 19, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 308. Guerrafondaio: partidário da guerra até o extermínio.

⁵³ Casalini discursando na Câmara afirma que a soldadesca destruiu tudo: "foi destruído um teatrinho (...), as salas dos ambulatórios médicos para os doentes e para as especialidades cirúrgicas, a sala da administração do socorro mútuo para dez mil operários foi invadida e as fichas foram destroçadas. Com os fuzis quebraram-se os telefones", *Atti della Camera dei deputati*, seção de 18-10-1917, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 312.

Salandra solicita a intervenção dos deputados socialistas turineses para que os operários voltem ao trabalho. À ação comandada por Morgari e Casalini se associam Barberis, Quagliano e De Giovanni libertados pelo governo: "Trabalhadores! Todo vosso sacrifício hoje seria vão. Diante dos procedimentos excepcionais que suprimiram todas as liberdades, somos obrigados a aconselhar-vos a readquirir a calma. Tende fé no Partido socialista e nas vossas organizações que não vos abandonarão."⁵⁴

O trabalho é parcialmente retomado. O *Avanti!* significativamente comenta: "A massa turinesa foi exasperada pelos nacionalistas, por isso tornou-se presa fácil dos propósitos mais desesperados. Mas é um desespero lógico. O proletariado turinês é o menos sentimental da Itália, não está profundamente tocado, angustiado, pela crise econômica, pelo desemprego; olha as coisas mais com o cérebro do que com o coração e por isso saiu às ruas. É um fato: o proletariado turinês sente bastante menos a pátria que os proletários de outras partes da Itália." O que espanta a todos é que a luta foi travada por motivos fundamentalmente ideológicos e não econômicos.

O rei, apesar da vontade do Parlamento, decide manter Salandra: afinal o prazo para a entrada na guerra esgotava-se.

Enquanto tudo isso se passava, a direção do PSI se reúne, nesse mesmo 16, com a direção da CGL e o grupo parlamentar para decidir o que fazer. Resolve: aplaudir e considerar "irrevogável a deliberação do Grupo parlamentar de votar contra quaisquer pedidos de créditos para a guerra" e convidar

"todo o proletariado a continuar com vigor nesta vigília ansiosa pela neutralidade que o Partido socialista sustentou e sustenta (...). Com isso o Partido socialista, os órgãos proletários e o grupo parlamentar socialista que sabem não poder ser hoje o árbitro do mundo capitalista, seguros de ter feito por si, pelo país e pela história, frente à Itália e à Internacional, o seu dever, terão dividido e manterão separadas as suas responsabilidades das classes dirigentes."⁵⁵

⁵⁴ *idem*, p. 313 e por Del Carria, *op. cit.*, p. 23.

⁵⁵ citado por Malatesta, *op. cit.*, pp. 228-229.

Diante da hesitação da CGL em relação à greve geral de protesto Bordiga ataca:

“Não temeis que a greve fracasse. O que temeis é *que ela tenha êxito*. Sabeis que os operários estão enfurecidos contra a guerra, mas não ousais dar a palavra de greve para impedir a mobilização. Não temeis a repressão. Não é de vileza que vos acusamos. Mas temeis manchar-vos com a traição à pátria. Os vossos preconceitos burgueses são tais, que pensais que mesmo no caso de uma guerra de agressão e de conquista real, e não de defesa do território, como a que nos deparamos, o socialista tenha o dever de não prejudicar as operações militares da pátria.”⁵⁶

Assim a palavra de ordem de Costantino Lazzari é adotada: *Né aderire, né sabotare*. Além de Bordiga, também Serrati e Maffi são contra. A fórmula de Lazzari é notável. Por um lado ela permite um “traço de união, na manutenção da ideologia, entre as massas socialistas e o estado burguês” e por outro

“serve também para congelar o seu próprio potencial subversivo no momento mais perigoso para o estado capitalista, empenhado na guerra, na espera de um retorno à luta quando terminada a guerra, o estado burguês, tivesse já superado o momento mais delicado da própria crise.”⁵⁷

A esquerda do PSI protesta: “As divergências táticas que poderiam estar apenas afloradas serão aprofundadas amanhã depois da séria experiência de guerra que se avizinha, e então iremos ao fundo da questão”.⁵⁸ Conclusão que é reforçada por outro artigo:

“Por certo a maioria dos que se reuniram em Bolonha não compreenderam o grave momento que se atravessa e não ouviram a voz do País. (...) *A proclamação da greve geral como único epílogo digno para a atitude do partido* (...). Perdemos uma magnífica ocasião para elevar cem

⁵⁶ PCIn, *op. cit.*, vol. 1, p. 100.

⁵⁷ Del Carria, *op. cit.*, pp. 11-12.

⁵⁸ “*Doppo il Convegno di Bologna*”, Il Socialista, 22-5-1915, in PCIn, *op. cit.*, vol. 1-bis, p. 62.

vezes o prestígio do nosso partido: pelo contrário, com a nossa retirada difundimos a persuasão de uma fraqueza que não existe.”⁵⁹

Os comícios convocados pelos PSI para o dia 19 são proibidos pelo governo e acabam sendo manifestações privadas no interior dos locais partidários. Este foi o último protesto contra a guerra. Só em Turim as manifestações adquiriram amplitude.

No dia 20 o *Avanti!* publica um artigo onde está patente a resignação do partido: “O triunfo que nossa alma desejava evitar era a guerra; de ver, por obra da Itália, restabelecida a paz em toda a Europa. Mas visto que a doce visão desaparece, violentamente dispersada por esta rajada de cólera e de ódio que passa pelo mundo, não podemos contrastar mais com a violência dos adversários. Sentimos apenas dever formular um augúrio: que a tremenda loucura acabe com o menor número de vítimas; com o menor sacrifício de tesouros e de sangue humano.”⁶⁰

Nesse mesmo dia a Câmara – majoritariamente neutralista! – vota por 407 votos contra 74 os plenos poderes à Salandra para a guerra. Este faz um apelo à concórdia dos partidos e das classes. O *Avanti!* responde:

⁵⁹ “Al grido borghese de ‘Evviva la Patria’ noi rispondiamo col grido proletario di ‘Abasso la guerra’”, *La lotta di classe*, 22-5-1915, in PCIn, *op.cit.*, vol. 1-bis, p. 64. Bordiga irá sistematizar em uma série de artigos uma clara posição de derrotismo revolucionário. Além do já citado “Al nostro posto”, (PCIn, *op.cit.*, vol. 1, pp. 238-242) devem ser lidos: “Doppo il Convegno di Bologna”, *Il Socialista*, 22-5-1915, in PCIn, *op. cit.*, vol. 1-bis, p. 62., *L’Avanguardia*, de 25-10, 1-11 e 16-11-1914 (*idem*, pp. 245-258); “Socialismo e difesa nazionale”, *Avanti!*, 21-12-1914 (*idem*, pp. 265-269: onde é colocada a questão da nação); “Socialismo, patria e guerra di difesa (perché la chiarificazione è oportuna?)”, *Avanti!*, 16-1-1915 (*idem*, pp. 270-272: onde é examinada a relação guerra defensiva-guerra ofensiva); “La borghesia ed il principio di nazionalità”, *Avanti!*, 24-1-1915 (*idem*, pp. 273-280: onde é examinada a relação entre nação, militarismo burguês e democracia); “Il ‘fatto compiuto’”, *Avanti!*, 23-5-1915 (*idem*, pp. 286-288: onde é examinada a oposição ao *nè aderire, nè sabotare*) e finalmente a “Ció che divienne evidente”, *Avanti!*, 17-9-1915 (*idem*, pp. 289-291). Para uma análise global da posição de Bordiga ver Livorsi, *Amadeo Bordiga*, pp. 59-66.

⁶⁰ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 62.

“O Partido socialista derrotado, mas não vencido (...) não pode acolher nenhum convite à colaboração e à concórdia que desnaturaria toda razão de sua própria oposição e lhe aviltaria o altíssimo significado ideal. Queremos permanecer socialistas. (...) *Faça a burguesia a sua guerra.*”⁶¹

No dia seguinte o grupo parlamentar constitui em seu seio um Comitê

“para a defesa da liberdade e da organização partidária, da vida comunal, da previdência social, tornada mais necessária pelo estado de guerra.”⁶² Ao mesmo tempo a CGL instruía as ligas e as federações para “constituir de acordo com Comitês locais e comunais ou separadamente (...) secretariados para a assistência civil; realizar ou solicitar os trâmites necessários para a distribuição de subsídios governamentais às famílias dos convocados (...); interessar as Comunas, as Obras Pias e todas as outras instituições de beneficência na ajuda às famílias dos convocados (...); (...) obter dos industriais o empenho em reasumir aos próprios postos todos os trabalhadores convocados que tiverem a fortuna de voltar a eles após a guerra”.⁶³

Nesse mesmo dia 21 Mussolini escreve:

“Desencadeada a guerra os socialistas oficiais não criaram embaraços à Nação. Farão o seu dever. Isso é importante. É necessário. Mas é necessário que os socialistas o digam ao proletariado. É necessário que os socialistas difundam esta necessidade imprescindível do 'dever' na-

⁶¹ *idem*, p. 64. Grifos nossos. Luigi SALVATORELLI, *Nazionalfascismo*, pp. 26-27 descreve a cena: “O dia em que foi lícito e glorioso assaltar o Parlamento e violentar as decisões da representação nacional, caluniar atrozmente um ex-presidente, primo do rei, tramar-lhe a morte e vangloriar-se disso, impor, com as manifestações de rua, aos poderes responsáveis, decisões de vida ou de morte para a nação; aquele dia as tendências anárquicas tenazmente arraigadas no submundo da alma italiana, foram, de golpe, lançadas, triunfalmente, à luz do sol, e consagradas oficialmente como método de luta política e instrumento de governo. A violência e a rebelião dos partidos extremistas, revolucionários por princípio, sequer podia desenvolver a décima parte da força sugestiva que se desprende irresistivelmente da violência e da rebelião dos patriotas reacionários.”, “*Radiosomaggismo*”, *Il Resto del Carlino*, 18-10-1920.

⁶² citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 64.

⁶³ *idem*, pp. 65-66.

cional entre as massas camponesas onde o mais ignóbil herveísmo massacra almas.”⁶⁴

A 24 de maio a Itália entra na guerra. O *Avanti!* deste dia, último número sem censura, após mostrar seu programa durante a guerra, isto é, ser o porta-voz do proletariado submetido à exceção, vigiar para que o governo que quis e impôs a guerra garanta o mínimo necessário à sobrevivência da família operária, concluía: “Não pactamos com o inimigo. Não pedimos indulgência ou discipção. Nós mesmos, vencidos por ora, *reconhecemos a necessidade de sofrer a lei do mais forte*. Mas reafirmamos nossa inquebrantável vontade de dar amanhã outra batalha, repetimos a nossa firmíssima esperança de conseguir a vitória.

Não é uma trégua de armas que pedimos aos adversários e muito menos um armistício. *Esponaneamente nos pomos de lado. Deixemos que a burguesia faça a sua guerra: a guerra que ela quis e pela qual assume diante de um futuro não longínquo, toda a sua responsabilidade.*”⁶⁵

O PSI lança também o seu último manifesto:

“Passará esta guerra, terrível propagadora de ódio contra o sistema que a permitiu e quis. Voltarão dos campos ensangüentados os filhos do trabalho, que a morte tiver poupado (...). E as conseqüências morais, políticas e econômicas deste flagelo, em todos os países – nos vencidos e nos vencedores – serão um novo e mais forte incentivo à luta de classes. (...) O proletariado socialista que não se desarma, espera.”⁶⁶

Quanto à missão Morgari, ela percorreu vários países europeus evitando o contato com os socialistas alemães para evitar suspeitas (!), terminando com um encontro com Vandervelde, presidente do BIS, com Vaillant, com Albert Thomas, Renaudel, Hervé, Guesde e Sembat, estes últimos ministros socialistas franceses do governo de *union sacrée*.

Segundo Morgari, Vandervelde teria dito: “Temos em mão o mecanismo técnico da Internacional e queremos que ele não obstaculize a luta pela liberdade e pela justiça, indispensáveis ao triunfo do socialismo. Esta-

⁶⁴ “*Alle Armi!*”, *Il Popolo d'Italia*, PNF, *op. cit.*, p. 34.

⁶⁵ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 66. Grifos nossos.

⁶⁶ *idem*, p. 231.

mos, pois, nos limites e no caminho da tarefa atribuída à organização internacional socialista, e não vemos razão de tomar iniciativa que poderia retardar esta luta".⁶⁷ Morgari insiste na convocação pelo BIS de uma reunião de partidos dos países neutros. Nova recusa. Tudo isso é publicado pelo *Avanti!* e contestado por Vandervelde. Morgari salienta que se as palavras não foram exatamente aquelas a substância era perfeitamente correta. Lembra mais: que além dos socialistas italianos, também os suíços, os romenos, os búlgaros e os americanos tinham feito o mesmo pedido. A todas essas iniciativas o BIS se opôs na crença de que se tratavam (!) de "manobras alemãs". Leonetti acrescenta:

"Em uma intervenção contrária à viagem de Morgari, Jouhaux, secretário da CGT, se junta aos deputados socialistas, fazendo parte da delegação francesa enviada à Itália para sustentar Mussolini e os sindicalistas intervencionistas (Corridoni, etc.)".⁶⁸

⁶⁷ *idem*, p. 57.

⁶⁸ Leonetti, *op. cit.*, p. 121.

Capítulo 9

A guerra¹

9.1. A organização da guerra

Não desejada pelos intervencionistas e pelos industriais a guerra não será um glorioso feito das armas italianas. O despreparo militar e econômico é total. As informações existentes afirmam, por exemplo, a existência de 613 metralhadoras em todo o país o que dá uma média de... 2 metralhadoras por regimento. A artilharia é ainda mais precária, “uma artilharia essencialmente ligeira que certamente teria feito maravilhas nas guerras do *Risorgimento*”.² Os aviões não ultrapassavam 85. Aliás o Alto Comando não parecia dar-lhes muita importância, como também não dava às trincheiras. Estas só deveriam ser usadas “excepcionalmente, em casos de extensões muito limitadas do fronte”³, como afirma uma circular de 1915.

A guerra é uma questão de soldados, pensa o General Cadorna, e deve-se usá-los à saciedade não importando o risco e a necessidade. Os resultados dos seis primeiros meses é brutal: 66 mil mortos, 190 mil feridos e 22 mil prisioneiros italianos.

Mas para os industriais a guerra é uma maravilha. O *Reggio Decreto* 993 de 26 de junho cria a Mobilização industrial cujo comando é entregue ao general Alfredo Dallolio. Pelo art. 8 é facultado ao governo declarar sujeito à jurisdição militar

¹ Sobre a participação dos socialistas na guerra ver especialmente: Alberto MALATESTA, *I socialisti italiani durante la guerra* e Gaetano ARFÉ, *Storia del Socialismo Italiano*, caps. XVII e XVIII, pp. 219-238.

² Robert PARIS, *Histoire du fascisme en Italie*, p. 68.

³ Novello Papafava (*un cittadino veneto*), *Appunti militari 1919-1921*, Società tipografica “Taddei”, 1921, pp. 6-7, citado por Paris, *op. cit.*, p. 76.

“o pessoal dos estabelecimentos que produzam materiais para o exército e a marinha sempre que isto seja necessário para a continuidade e o desenvolvimento da produção exigida pela guerra.”⁴

À 22 de agosto é aprovado pelo *Decreto Luogotenenziale (DL) 1277* um regulamento cujo art. 6º cria o *Comitato centrale per la mobilitazione industriale*, os subcomitês regionais, etc. O art. 13 permite declarar auxiliares das forças armadas “estabelecimentos e seções destes, pertencentes à propriedade privada, que produzem materiais necessários para o reforço do exército e da marinha” bem como

“estabelecimentos que, mesmo não produzindo atualmente materiais necessários ao fornecimento (...) sejam possuidores de instrumentos e maquinarias que (...) possam ser destinados à produção dos mesmos materiais.”⁵

A extensão permitida pelo regulamento militarizava praticamente toda a grande indústria italiana e imensa parcela do proletariado. O art. 14 colocava esse pessoal militarizado sob a vigilância de soldados e carabineiros e o art. 24 prorrogava até três meses após a guerra todos os contratos de trabalho salvo concordância entre as partes.

A militarização da força de trabalho prossegue pelo DL 1455 de 26 de setembro cujo art. 1º militarizava e sujeitava à legislação militar os operários tanto efetivos quanto extraordinários dos estabelecimentos militares. Essa opressiva legislação em relação ao mundo do trabalho é acrescida pelo DL 1684 de 5 de novembro cujo art. 1º prevê como crime a ausência de 5 dias sem autorização, ou mesmo, de acordo com as circunstâncias, de um único dia, por declaração de abandono do trabalho emitido pelo poder disciplinar. A pena é de dois meses a um ano em cárcere militar, pena essa que pode ser aumentada se o “culpado” for enquadrado como desertor. Para tal bastava que a ausência fosse julgada como tendo sido pactada por pelo menos 3 pessoas. Os artigos 3 a 7 punem a passagem, sem autorização, de um emprego para outro, a desobediência às ordens de serviço, luta contra superiores hierárquicos, obstrução e sabotagem. As penas se aplicam indistintamente às mulheres.

⁴ Guido NEPPI MODONA, *Sciopero, potere politico e magistratura 1870/1922*, p. 198.

⁵ *idem.*

Com tais condições favoráveis a indústria dá um salto. A FIAT produzirá para o exército italiano no ano de 1918 2500 viaturas e 27400 ônibus e ambulâncias (respectivamente 6 e 9% a mais do que em 1915) e sua exportação de veículos crescerá de 3291 (1914) para 8743 (1917) declinando em 1918 com o fim da guerra. Ela também irá entrar no ramo aeronáutico produzindo 16 aviões e 21 motores por dia, chegando mesmo a exportá-los para a Inglaterra. E não só a indústria automobilística é favorecida. Também as indústrias metalúrgicas, mecânicas, químicas e hidroelétricas o são. Já a agricultura não participava da euforia embora seja extremamente solicitada. O desequilíbrio entre agricultura e indústria se aprofunda, como também se aprofunda a crise do *Mezzogiorno*.

9.2. Os socialistas

Passada a crise da intervenção os socialistas tratam de se reorganizar. Lazzari comanda o partido, Serrati dirige o jornal. O *Avanti!*, como e quando pode, continua a manter a luta. A censura é impiedosa. Além disso o papel-jornal é raro e nas províncias sob jurisdição militar o jornal não pode circular. Entretanto a 30 de julho Serrati publica a atividade de Morgari com as minorias socialistas anti-militaristas dos PSs europeus tentando dar nova vida à Internacional.

A partir da decisão da direção do PSI e contra a vontade do BIS é convocada uma reunião em Zimmerwald (Suíça) para os dias 5 a 8 de setembro. Nessa conferência os bolcheviques tratam de desenvolver as teses de Stuttgart. Transformar a guerra burguesa em guerra civil contra a burguesia e fundar uma nova Internacional diante do fracasso da outra são os grandes temas bolcheviques. O manifesto da conferência denuncia que

“a guerra revela o verdadeiro caráter do capitalismo moderno e demonstra que ele é inconciliável não apenas com os interesses dos trabalhadores, não apenas com as exigências do progresso, mas também com as necessidades mais elementares da existência humana.”⁶

Apesar da censura Serrati consegue divulgar o manifesto e as resoluções da reunião.

⁶ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 238.

9.3. O gabinete Boselli

No plano da política nacional o ano de 1916 vai registrar que a oposição a Salandra cresce. Nacionalistas, radicais, republicanos, reformistas e muito giolittianos se põem contra ele. Quando ocorre o primeiro revés italiano (Asagio, maio) surge a oportunidade para golpeá-lo. O preço da batalha fora enorme: 150 mil italianos. Na reabertura da Câmara o gabinete é derrotado por 197 a 158. E, três dias depois, a 9 de junho, se forma um novo gabinete de unidade nacional: no gabinete Boselli apenas os socialistas não estão representados.

Quanto ao desenvolvimento da guerra, passada a crise ministerial, o exército parece ganhar novo animo e chega a Gorízia. A luta vai se tornar desgastante e incerta. Cadorna comanda o exército sem se preocupar com seus soldados. Exceção feita aos *arditti*, corpo especial formado por presos que ganhavam a liberdade em troca do engajamento na guerra.

Entre os soldados o descontentamento vai crescendo. “O soldado voltando da licença, uma licença sempre muito breve, sempre rara e inesperada, conta seu desgosto: a *dolce vita* dos aproveitadores; as fortunas colossais feitas da noite para o dia, gastas diariamente; as mulheres oferecidas aos outros; as festas e as alegrias de alguns, enquanto lhe reenviam para fazer-se matar.”⁷ A guerra passa a ser um puro desgaste. O gabinete de unidade nacional dá sua última prova de força estendendo a guerra italiana: declara-se guerra à Alemanha em 28 de agosto de 1916.

9.4. Ainda os socialistas

O ano de 1916, do ponto de vista das relações externas, será muito rico para o PSI. De 24 a 30 de abril realiza-se a conferência de Kienthal que, prolongando a linha de Zimmerwald, reafirma:

“o desenvolvimento moderno das condições de propriedade gerou os antagonismos imperialistas cujo resultado é a atual guerra mundial. (...) a finalidade desta guerra é uma nova subdivisão da atual posse

⁷ Paris, *op. cit.*, pp. 87-88. Em italiano no texto.

colonial, a submissão dos países economicamente atrasados ao domínio do capital financeiro; (...) A luta pela paz duradoura só pode, então, constituir na luta pela realização do socialismo.”⁸

No plano interno a ação socialista destaca-se basicamente na luta pela melhoria das condições econômicas do proletariado, de reforço da luta pela propaganda e organização partidária. Os equívocos políticos dos socialistas se somam. Os operários metalúrgicos, por exemplo, reunidos em Turim a 25 de junho, deliberam participar dos Comitês de mobilização industrial, constatando que “o regulamento da própria mobilização industrial principalmente no que se refere à relação entre a coletividade operária e os industriais *esteja inspirado por conceitos de equanimidade*, na sua aplicação, pelo contrário, se revela que, se ele serviu para tornar mais rígida a disciplina para os operários, não serviu para impedir aos industriais de aproveitar-se do estado de guerra para aumentar os próprios lucros relevantemente” e exigem que o estado controle esses lucros dos industriais estabilizando o preço por peça “salvo se se aportam variações aos sistemas de trabalho”.⁹ O impressionante é ver como o problema é claramente visto e como é escamoteado ao nível da “solução”.

Do mesmo modo o Grupo parlamentar socialista (GPS) continua a mostrar suas ambigüidades: na reabertura da Câmara Prampolini discursa pela paz como resultado da ação dos operários e dos socialistas. Turati no dia seguinte declara: “Adversários da guerra por razões absolutas de doutrina e também por razões contingentes de oportunidade, os socialistas oficiais *nunca fizeram nada e nada farão* que possa ter por efeito o enfraquecimento das energias do país e um debilitamento da defesa nacional, *obra que seria idiota e nefanda, porque para o proletariado de qualquer país só a derrota é pior do que a guerra.*”¹⁰ Diante desse discurso claramente colaboracionista

⁸ citado por Malatesta, *op. cit.*, pp. 256-257.

⁹ *idem*, pp. 256-257. Grifos nossos.

¹⁰ *idem*, pp. 111-112. Os grifos são nossos. “A palavra de ordem ‘nem aderir, nem sabotar’ dos socialistas italianos era então uma fórmula hipócrita, uma ‘paráfrase’ da ‘*union sacrée*’ dos social-chovinistas dos outros países. De um partido que representava uma classe operária por instinto, por tradição (ou, para ser mais exato, pela

que recebeu toda a atenção da imprensa intervencionista, o *Avanti!* se vê obrigado a ratificar a posição:

“Nós não somos nacionalistas. (...) Quem diz nação, diz Estado, isto é, antagonismo de interesses, competição de mercado, ameaça permanente de abuso e de hegemonia. Ora, quem não é nacionalista deve negar a nação.”¹¹

Na reunião de fevereiro de 1917, em Roma, o PSI aprova a atuação da Direção e do GPS: uma moção de aplauso recolhe 23841 votos (72,7%), uma moção de simples aprovação recebe 6295 votos (19,2%) enquanto 2670 (8,1%) se abstém.¹² Discute-se ainda a questão das relações internacionais onde Lazzari fala do projeto do PS francês de fazer um congresso de partidos socialistas dos países aliados e onde os votos socialistas italianos deveriam ser divididos entre os socialistas e “aquelas frações que foram expulsas ou saíram do partido”.¹³ O partido decide não participar. Há ainda uma moção sobre a questão da paz e do pós-guerra. Os intransigentes (Bordiga) conseguem 14 mil votos (45%) contra os 17 mil (55%) da moção Rossi de aprovação da linha de conduta do secretário no passado sugerindo que esta devesse continuar sendo a linha do partido. Sobre a moção Bordiga o “*Avanti!*” consegue apenas publicar “que ela ‘desenvolvia uma diretiva teórica intransigente sobre os critérios do partido socialista para a paz e o pós-guerra’. Mas na sentença do processo de Turim, um ano após, o ter votado aquela moção ‘propugnando uma ação revolucionária para fazer cessar a guerra’ figurará como uma das agravantes contra o imputado Rabezzana.”¹⁴

falta de uma tradição nacional e patriótica) e também pela dolorosa experiência da recente guerra líbica e dos 10 meses de guerra européia combatida por outros países, o imperialismo italiano não podia esperar coisa melhor!”, Mario MONTAGNANA, “*Il partito socialista italiano nell’ultimo conflitto mondiale*”, p. 422. Em francês no texto.

¹¹ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 112.

¹² Na opinião dos bordiguistas (PCIn, *op. cit.*) essas abstenções refletem a posição da ala direita do PSI.

¹³ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 113.

¹⁴ PCIn, *op. cit.*, p. 105.

9.5. A revolução russa e a agitação popular

A 16 de março de 1917 surgem as primeiras notícias sobre a revolução russa. Ao contrário do noticiário da Agência Stefani o "*Avanti!*" faz publicar uma série de artigos de Júnior.¹⁵ As notícias sobre a Rússia não descontentam praticamente a nenhum dos grupos políticos italianos: Turati, por exemplo, comemora na Câmara a revolução russa como símbolo eterno da liberdade e Boselli, presidente do Gabinete, também saúda o movimento na crença de que a derrubada do Czar traria uma intensificação da participação russa na guerra. Uma semana depois chegam à Itália as primeiras notícias sobre os soviets.

No final de abril e início de maio a agitação social se espalha pela Lombardia. No dia 8 de maio a Direção do PSI, o GPS, a CGL e a CL de Milão e as seções socialistas de Milão e Turim se reúnem. Serrati defende a tese de que os socialistas devem aproveitar a oportunidade para liderar os movimentos populares para impor ao governo os tramites da paz. Casalini sustenta a tese de que não cabe aos socialistas excitar as massas. Na ocorrência de manifestações espontâneas os socialistas devem guiá-las para que essas ações não criem problemas à ação do partido e da classe trabalhadora.¹⁶

A 16 de maio o *Avanti!* publica um manifesto da direção do PSI, do GPS e da CGL propondo:

"1) Forma de governo republicana à base da soberania popular torna-se efetiva com o direito da Câmara eletiva se auto-convocar e de auto-regular os seus próprios trabalhos. Abolição do Senado. Sufrágio uni-

¹⁵ Pseudônimo do socialista revolucionário russo Sukomline que na ocasião vivia em Milão e logo se tornará um violento anti-bolchevique.

¹⁶ Desta reunião é a moção que afirma: "A Conferência de Milão (...) adverte às organizações e aos indivíduos: (...) que apenas aos órgãos diretivos do Partido cabe e deve caber a iniciativa das agitações de caráter político geral; convida então às organizações e aos indivíduos a não assumir iniciativas isoladas e fragmentárias, as quais poderão comprometer a força política que, indubitavelmente, o Partido tem pela sua atitude face à guerra, e que virá, no momento oportuno, a realizar aquele programa político e social que o Partido socialista se apresta a defender estenuadamente." citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 144.

versal e direto de todos os cidadãos sem distinção de sexo. Escrutínio de lista com base ampla e Representação proporcional. Direito do povo de *Iniciativa* e de *Veto*. Liberdade ilimitada de reunião, de organização, de greve e de propaganda. Abolição da polícia política. 2) Política externa subtraída do poder executivo e confiada às deliberações do Parlamento (...). 3) Desenvolvimento das autonomias comunais e regionais; descentralização das atribuições administrativas (...) Reforma da burocracia (...) com a extensão do princípio eletivo aos principais cargos, com a responsabilidade pessoal e direta dos funcionários, e com uma organização, nos ramos executivos, simplificada, de tipo industrial. Justiça gratuita e magistrado eletivo. 4) Política de trabalho, compreendida de modo a valorizar as forças e as riquezas latentes do País; reparar prontamente a pauperização e a devastação (...); minorar (...) a hemorragia migratória das massas que é o efeito forçado da desesperada miséria; benefícios, nacionalizações e sábia utilização das forças hidráulicas e das riquezas do sub solo (...); transformação agrícola e industrial, aos cuidados de consórcios obrigatórios (...) confiando as obras às associações de trabalhadores. 5) Política entendida como defesa dos consumidores, coordenada (...) à política de produção e visando tornar estáveis e desenvolver (...) aquelas instituições que surgiram (...) sob o estímulo da crise da guerra, contra a especulação privada. 6) Reconhecimento efetivo, a todos os trabalhadores, do direito à uma existência digna e humana. Conseqüentemente, instituição de um sistema geral de seguros (...) transformação da beneficência em assistência e de previdência social, difusão da escola obrigatória, popular e profissional até os 18 anos de idade (...); ajuda à indústria e à agricultura cooperativa; revigoramento das inspeções de trabalho; leis sobre contrato de trabalho individual e coletivo; regulamentação dos horários (...) e máximo legal de 8 horas; mínimos legais de salários relacionados às necessidades fundamentais da existência; igualação, a igual trabalho, das remunerações femininas e masculinas; reconhecimento amplo da ação e da intervenção das organizações proletárias em tudo o que se refere à tutela do trabalho e do contrato de trabalho. 7) Solução do problema agrário com os seguintes critérios: *para a terra*: Início da socialização da terra, com a formação de um vasto patrimônio coletivo, cujo primeiro núcleo seja dado pela propriedade de Entidades públicas e Obras Pias e pela expropriação de terras incultas e mal cultivadas. *para a agricultura e a produção agrícola*: As terras dadas ou deixadas exclusivamente a quem as cultiva. Associação obrigatória entre os cul-

tivadores. Disciplina e direção técnica da produção agrícola para a maior produção pelo custo mínimo. 8) Sistema tributário fundado essencialmente em impostos diretos e progressivos, com verificação integral e exata; redução dos juros da dívida pública, com indenização às Entidades morais, extinção do monopólio estatal, seja em função da exploração industrial no interesse coletivo, seja por meio de controle dos grandes serviços de transporte, comunicação e aprovisionamento; taxação enérgica de bens herdados e limitação dos graus sucessórios; empréstimo nacional obrigatório para as obras úteis para a paz.”¹⁷

Pedia ainda o desarmamento imediato e simultâneo dos estados; o fim das barreiras alfandegárias; a instituição de relações jurídicas confederais em todos os estados civis; governo republicano e sistema unicameral eleito por sufrágio universal. E a reconstituição da Internacional como tarefa principal.

Os intransigentes, a extrema esquerda socialista, controla já nesse momento uma centena de seções. Em 18 de maio a seção napolitana se pronuncia: “Os socialistas de todos os países devem consagrar os próprios esforços para o fim da guerra, incitando o proletariado a se tornar consciente de sua força e a provar com a sua ação intransigente de classe, o imediato fim das hostilidades, tentando *encaminhar a crise à realização de metas revolucionárias do socialismo*. (...) Faz votos de que o partido em todas as circunstâncias ao invés de perder-se em ambigüidade e incerteza, saiba realizar o seu dever assumindo, com os seus órgãos e os seus homens, a tarefa de disciplinar e de dirigir as agitações das massas, colocando-se na vanguarda do proletariado, no terreno da luta de massa contra o capitalismo e o militarismo burguês.”¹⁸

No entanto os votos não tiveram êxito.

¹⁷ citado por Idomeno BARBADORO, “*Problemi e caratteristiche storiche del movimento sindacalismo italiano*”, *op. cit.*, pp. 353-354. “Para a terra se pede timidamente a socialização, a partir das obras pias (!) e da expropriação das terras incultas, depois introduz-se a fórmula: as terras entregues exclusivamente a quem as cultive diretamente.”, PCIn, *op. cit.*, p. 110.

¹⁸ PCIn, *op. cit.*, p. 110.

Ainda em maio, a 24, Nicola Cilla, secretario da Federação das Juventudes (FGSI), envia secretamente à direção do PSI e ao GPS uma “memória” falando da necessidade de impor à CGL um comportamento claramente classista.

Nessa mesma reunião de maio se tirava como palavra de ordem a intensificação da luta pela paz a ser desenvolvida no parlamento. É dentro dessa linha que Claudio Treves dirá em discurso à Câmara: “Senhores do meu governo e de todos os governos da Europa, ouvi a voz que sai de todas as trincheiras em que está esquartejado seio da mãe terra: ela dita o '*ultimatum*' da vida e da morte: no próximo inverno não mais trincheiras.”¹⁹ “*Il prossimo inverno più in trincea*”, Treves seguramente não sabia até que ponto ele estava exprimindo os mais profundos anseios da massa italiana. Anseios que vão explodir nos *fatti d'agosto*, onde a massa, ainda uma vez, ultrapassando as lideranças políticas, vai levar às últimas conseqüências as palavras dos socialistas.

E essa liderança que aprovara um programa, ambíguo e impossível de realizar-se dentro da sociedade capitalista, não está sequer preparada para impulsionar as massas quando estas explodem. Não é hora ainda, parece ser o lema preferido. Mas dentro do partido vai surgindo uma nova *sinistra*. A 14 de agosto poucos dias antes dos *fatti*, Turati escreve a Corridoni:

“Trata-se de saber se o governo está decidido a aliar-se com os elementos extremistas e leninistas do Partido socialista e da massa operária contra nós que temos cabeça e somos os moderadores. Ponho a questão claramente a ti e ao deputado Orlando. Estamos – tu o sabes melhor que nós – em um período que, pelo cansaço da guerra vai se fazendo cada vez mais difícil. Na massa socialista a tendência sabotadora que mal podemos conter com suficiente êxito, adquire vigor e decisão. Contra ela não tereis outra defesa senão a tendência conciliadora e média representada pelo grupo parlamentar.”²⁰

¹⁹ Malatesta, *op. cit.*, p. 147.

²⁰ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 25.

9.6. Os fatti d'agosto (Torino, 1917)

Turim é a grande cidade industrial. A guerra transformou-a em um imenso arsenal. A concentração operária é acentuada. Os salários, quando aumentam, são corroídos pela inflação e pela carestia – *il carovivere*. O descontentamento é total na cidade. Total e difuso. Não apenas no proletariado, mas também na pequena burguesia, cansada de privações de todos os gêneros e do sacrifício de vidas promovido pela guerra. As agitações se sucedem em greves. Dezenas de fábricas, das metalúrgicas às automobilísticas, das têxteis às de calçados, param. Política e economia se fundem nas reivindicações de paz e nas reivindicações econômicas. O clima torna-se tenso: de maio a agosto de 1917, o pão, elemento básico da alimentação popular, falta na cidade. A guerra tem, no entanto, seus adeptos. Surgira uma camada de especuladores, de açambarcadores, de novas fortunas criadas da noite para o dia, pelos favores governamentais. E estes, evidentemente, nada reclamam da guerra.

Falamos em *carovivere*. E assim é. O próprio Estado reconhece que, em Turim, o custo de vida subira em 58,69% no período julho de 1914-fevereiro de 1917.²¹ E os socialistas estimam que em 1914 “bastavam 20,84 liras para uma família de cinco pessoas comer, e agora são necessárias 39,50”.²² De julho de 1917 a dezembro de 1918, a circulação de papel moeda crescera em 5934 milhões de liras.²³

Falamos de reivindicação de paz. E assim é. O deputado Casalini confessa o seu espanto: “as massas operárias (que) tinham obtido melhorias salariais alguns dias antes, deixavam a fábrica sem motivo econômico e iam para as associações operárias; a quem perguntava a razão do abandono do trabalho e se tinham apresentado reivindicações respondiam que não, que queriam fazer o que fizeram na Rússia.”²⁴ E concluía: “Foi um

²¹ Cf. o *Bolletino dell'Ufficio del Lavoro*, 1-5-1917, citado por Spriano, *Storia di Torino operaia e socialista*, p. 392.

²² *Avanti!*, *cronache torinesi*, 16-3-1917, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 392.

²³ Cf. Pietro Secchia, *Capitalismo e classe operaia nel centro laniero d'Italia*, p. 324.

²⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, 18-10-1917, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 394.

momento perigoso, mais perigoso que o do pão, mas foi superado com a sabedoria de todos".²⁵

Fare come in Russia. As notícias que chegam dos acontecimentos russos são favoráveis à agitação. Por motivos diferentes, obviamente. Os nacionalistas pouco se preocupavam com a sorte dos Romanoff na medida em que o príncipe Lvov, do governo provisório, promete a continuação da luta. E isso parece aos nacionalistas um sintoma da ampliação da participação do exército e do povo russo na luta. Os reformistas e os radicais intervencionistas acentuam o caráter democrático da luta comum. Mas os operários socialistas vêm a coisa de outro modo: o velho equilíbrio social parece começar a esfacelar-se sob a pressão da revolta popular.

A tensão aumenta. A luta pela paz começa a aprofundar-se também no PSI. Em Turim, já em março, a seção socialista vê o confronto entre os reformistas e os "rígidos". Derrotados, estes ficam muito mais à vontade para proceder à agitação. Preparam manifestações operárias para o 1º de maio, sob a palavra de ordem de mobilização e ação geral do proletariado para fazer cessar a guerra e para seguir o exemplo russo. As autoridades estão em pânico.

O deputado reformista Romita solicita autorização para um comício na *Associazione Generale degli Operai* (AGO) onde devem falar Serrati e Modigliani (deputados) e Zavério d'Alberto (da CT). O chefe de polícia recusa e solicita reforços. Apesar da recusa são realizados "comícios privados" nos círculos socialistas. Durante as comemorações do 1º de maio são feitas 40 prisões. Só um camponês. Os demais são operários. Jovens novareses, bielleses, astigianos, spezinos, vercelleses, alessandrinos, genoveses, toscanos e turineses. Este é outro elemento a salientar: Turim, cidade industrial, recebe um grande número de trabalhadores. E os socializa tanto industrial quanto politicamente.

A situação é de tal modo grave que o chefe de polícia solicita, às autoridades nacionais, que a província de Turim seja declarada zona de guerra. Segundo os cálculos do chefe de polícia, 65 mil operários e 15 mil operárias tra-

²⁵ *idem.*

balham como dependentes militares e, portanto, a declaração de zona de guerra não é arbitrária. Além disso ela, permite às autoridades locais uma mobilidade de ação capaz de cortar pela raiz qualquer movimento. E expulsar os líderes sindicais e políticos. No entanto, e apesar das críticas, o governo central recusa.

O radicalismo verbal, sem qualquer contrapartida mínima de ação, cresce. Barberis e Rabezzana, “intransigentes”, chegam mesmo a falar em atacar as forças policiais quando essas intervissem nas manifestações operárias. Mas, nada se organiza:

“Nenhuma preparação militar (...) nenhuma medida conspiratória de tipo insurrecional (...). Nem as autoridades da polícia (...) nem as judiciárias, puderam provar a existência da menor organização clandestina. (...) a palavra insurreição, a exortação aos meios de luta radicais, retornam semana após semana, como o *leitmotiv* da propaganda febrilmente desenvolvida pelos 'rígidos'.”²⁶

A cena apresenta-se de tal modo revolucionária que os delegados mencheviques dos soviets, dez dias antes da insurreição, apresentam-se falando em moderação. Os mencheviques Ronskanov e Erlich (de Moscou) e Goldemberg e Smirnov (de Petrogrado) estavam em missão diplomática pela Europa. O governo italiano os acolhe de bom grado. Orlando, ministro do Interior, não apenas permite a viagem mas também a sua ampla divulgação. Mais ainda: permite concentrações socialistas em homenagem à eles. As concentrações são feitas em Turim.²⁷

Ao comício do dia 13 de agosto, na *Casa del Popolo*, diante de uma multidão de 40 mil pessoas, estão presentes de D'Alberto, da CT, Bruno Buozzi, Romita e D'Aragona (CGT), Maria Giudice, diretora do *Il Grido del Popolo*, Anselmo Acutis, anarquista e Foggiano, ferroviário. Goldemberg fala em termos vagamente pacifistas, mas Serrati, ao traduzir, dá uma versão bastante livre²⁸ com um conteúdo claramente favorável à paz,

²⁶ Spriano, *op. cit.*, p. 400.

²⁷ As concentrações serão feitas em Turim (dias 6 e 13), em Roma (dia 7), em Florença e Bolonha (dia 10) e em Milão (dia 11).

²⁸ como confessará mais tarde no processo judicial dos fatti.

como se o menchevique tivesse feito um caloroso convite a intensificar a luta pela paz.

O PSI já comporta claramente a cisão. A ala direitista busca afastar-se de sua “irmã” de esquerda.

Logo os russos partem e tudo parece calmo entre os operários. Mesmo os “rígidos” estão calmos. Na CL, de 18 a 22 de agosto, transcorre calmamente o congresso nacional dos ferroviários. A maioria dos dirigentes está de férias. “Romita, secretário da seção socialista estava na praia, o deputado Morgari em Roma, o deputado Casalini no Val d'Aosta e D'Alberto, secretário da CL, em Biella.”²⁹

A agitação pela falta de pão já dera alguns sinais a partir do dia 7. Naquele dia, algumas padarias suspenderam seus trabalhos por falta de farinha. A situação vai *in crescendo*. O próprio governador, no dia 8, denuncia a escassez. No dia 10, os jornais da cidade lançam o alarme: padarias fechadas, falta pão! Nos dias 12 e 13 as padarias fecham e a polícia intervé. Aparece o trigo e a situação se acalma. Por pouco tempo, pois o pão volta a faltar no dia 21, quando 80 padarias permanecem fechadas.

O descontentamento cresce:

“a multidão em geral era mais violenta por volta do meio dia, já que nessa hora era formada quase que exclusivamente por mulheres operárias, por mulheres que já tinham estado na fila de manhã, antes de ir para o trabalho, que tinham trabalhado de estômago vazio, e que muitas vezes refaziam inutilmente a 'fila' ao meio-dia. Eram elas que, ao voltar ao trabalho, levavam para a fábrica o fermento da exasperação de que estavam possuídas”.³⁰

As mulheres fazem manifestações diante da chefatura de polícia e da Prefeitura. As autoridades pedem calma e prometem regularizar a provisão de pão no dia seguinte. Apesar de que, realmente, no dia 22 a quantidade de trigo fosse o equivalente ao consumo de dois dias, a insurreição eclode. Mu-

²⁹ Del Carria, *op. cit.*, p. 37.

³⁰ *Cronaca dei fatti d'agosto, Stato Operaio, rassegna politica proletaria*, Paris, nº 6, agosto de 1927, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 413 e Del Carria, *op. cit.*, pp. 37-38. ver Adolfo Pepe, *Movimento Operaio e lotte sindacali (1880-1922)*, pp. 239-251.

lheres e jovens atacam e param os bondes e logo após, nos diversos bairros, começa o enfrentamento com a polícia. No bairro de Vanchiglia, a população ataca o quartel da polícia. Luta-se em todos os bairros. A greve, iniciada espontaneamente pela manhã, amplia-se por volta do meio dia.

As manifestações contra a falta de pão transformam-se em luta política contra o governo e pela paz. Mario Montagnana, operário da fábrica Diatto, nos relata que os operários não entram na fábrica e gritam: "Não comemos. Não podemos trabalhar. Queremos pão". O patrão dirige-se a eles, dando-lhes razão, prometendo-lhes obter o pão. "Os operários calam-se um instante. Durante um instante se entreolham, uns aos outros, quase para consultar-se tacitamente. E, depois, todos em conjunto, recomeçam a gritar: 'Não nos importa o pão! Queremos a paz! Abaixo os tubarões! Abaixo a guerra!' E foram unir-se aos demais grevistas"³¹

Ao meio dia, milhares de operários abandonam as fábricas e se dirigem à CT. Vão em busca de orientação. As lideranças operárias estão em férias e os funcionários limitam-se a telefonar para Morgari para que volte de Roma. Zavério D'Alberto, retorna e pede permissão para falar à multidão, no sentido de acalmá-la. As autoridades, no entanto, prendem-no "preventivamente" e ocupam militarmente a CT. Com isso corta-se a possibilidade de recolocar os insurretos na linha. Insisto: a possibilidade. A realidade parecia mostrar a inviabilidade desse projeto.

O secretário da *Federazione Italiana Operai Metallurgici (FIOM)*, Bruno Buozzi, tenta uma última manobra: conseguir a liberação da CT para daí falar à multidão que as autoridades tinham providenciado o pão. Demasiado tarde. Desprovida de seus dirigentes reformistas, porta-vozes da hegemonia burguesa no seio das classes subalternas, como diz Del Carria, a população exprime agora livremente seu ódio contra a guerra. Atacam as lojas de armas: pela tarde caem os primeiros feridos.

No dia 23 a cidade aparece totalmente paralisada. A greve espontânea toma acentos pré-insurrecionais pela inexistência de qualquer palavra

³¹ Mario Montagnana, *Ricordi di un operaio torinese*, Roma, 1953, citado por Spriano, *op. cit.*, p. 417 e Del Carria, *op. cit.*, p. 38.

de ordem do partido ou dos sindicatos. O chefe de polícia entrega o comando da cidade ao general Santirana para “manter a ordem”. Barricadas são erigidas. Os operários ocupam “militarmente” seus bairros.

Com a maioria dos dirigentes de férias, as lideranças secundárias da Comissão executiva da Seção Socialista e da CT se reúnem na sede da *Alleanza Cooperativa Torinese (ACT)*, mas não conseguem tomar qualquer resolução. Estão divididas: os reformistas, tentam fazer o movimento voltar à legalidade; os revolucionários aplaudem a insurreição mas... não sabem dirigir-la. É impossível formar um centro dirigente do movimento. A omissão caracteriza a chefia socialista. Morgari volta nesse mesmo dia pela noite e vai, imediatamente, conferenciar com o governador juntamente com Romita, conselheiro municipal, e Galetto, correspondente do *Avanti!*, sobre a maneira de acabar a insurreição. O deputado Casalini volta, mas não faz nada.

O dia 24 é o clímax dos acontecimentos. Os operários controlam a parte norte da cidade. As prisões se sucedem. A censura bloqueia toda e qualquer informação sobre os acontecimentos. Turim está isolada. As próprias lideranças do PSI, do grupo parlamentar e da CGT nada fizeram para romper o bloqueio. Nada fizeram para obter apoio dos demais operários italianos.

Serrati, diretor do *Avanti!*, aparece em Turim. Conversa com Morgari e Sciorati e parte para Milão no dia 25, sem interferir. Nesse mesmo 24, Morgari, Casalini e outros intervêm... a favor da ordem. Os revolucionários lançam manifesto:

“Trabalhadores turineses, o Partido socialista e a Câmara do Trabalho estão *orgulhosos* da prova de força que dais nestes dias frente à insipiência e às provocações das autoridades. Não escuteis aqueles que vos aconselham a retornar ao trabalho. *A direção do movimento está em boas mãos.* Observai as disposições de vossas organizações. Buscai simplesmente evitar atos de violência inútil, sobretudo aqueles que possam limitar ao povo e a vós a possibilidade de prover regularmente os vóveres.”³²

Impotentes, tratam de... estimular a população sem direção. Pela manhã os bairros operários, *la cintura rossa*, estão controlados pelos insurretos

³² citado por Spriano, *op. cit.*, p. 423 e por Del Carria, *op. cit.*, vol. 2, p. 42. Grifos nossos.

e o centro da cidade pelo exército. Para os militares a situação é taticamente defensiva: querem apenas impedir que os insurretos alcancem e dominem o centro. O povo espera, a partir do exemplo russo, ganhar o apoio e a solidariedade dos soldados. Mas estes foram “informados” que a insurreição era “coisa dos alemães”. Continuam as prisões. A luta é desproporcional: o povo possui, no máximo, alguns revólveres e fuzis; os “guardiães da ordem” atacam com metralhadoras e tanques. Por volta das 18 horas as forças repressivas conseguem debelar as forças mais aguerridas.

Romita pede a devolução das sedes operárias para falar à massa, na certeza de que uma vez que “possamos explicar à massa aquilo que acreditamos, a calma retornará”.³³ Era tarde demais. Romita ou qualquer outro reformista não eram mais necessários. As armas já “explicaram” a situação. Romita só será útil quando Turim, dias depois, estiver “pacificada”. O dia 25 vê o início do refluxo. A greve ainda é geral. Ainda se luta. Mas as barricadas são desfeitas. Os operários limitam-se a defender-se. No começo da noite a polícia prende quase todos os membros das seções executivas do PSI e da CT em suas casas. Exceto os reformistas, que continuam soltos.

No dia seguinte a luta está praticamente encerrada. A greve continua compacta em toda a cidade e em localidades da província. Chegara a hora dos reformistas. Casalini, Sciorati, Morgari e Giovano, deputados, falam em nome do PSI e da CT: “cremos ser nosso dever advertir-vos que as vossas organizações deliberaram convidar-vos a retornar ao trabalho.”³⁴

O dia 27, marcado pela volta ao trabalho, encontra metade da cidade ainda em greve. Do lado operário, o balanço da insurreição registra: 50 operários mortos, 200 feridos e 822 levados a julgamento. Montagnana comenta o fim da insurreição: “não se pode dizer que os mortos tenham sido afogados em sangue. Na realidade os motins de Turim não foram *mortos*; eles *morreram* porque os operários, desafoxada a sua raiva e, bem ou mal, o seu ódio contra a guerra, não sabiam mais o que fazer, não sabiam mais a que propósitos imediatos dirigir seus esforços. (...) Os motins acabaram, *morreram*,

³³ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 45.

³⁴ *idem*, p. 46

sem que o Partido socialista tivesse dado o mínimo sinal de existência.”³⁵ Ou, nas palavras de Serrati, diante do tribunal que julgou a insurreição: “não é movimento nosso”.³⁶

9.7. A sinistra socialista

É durante o período insurrecional de Turim, mas precisamente no dia 23 de agosto, que se publica, em Florença, uma circular em vista ao congresso socialista, declarando que as seções e federações de Florença, Milão, Turim, Nápolis e outras menores, decidiram formar o primeiro núcleo da Fração Intransigente Revolucionária, com sede em Florença e com o seguinte programa:

“a) o conceito e o sentimento de pátria burguesa, tal como são entendidos estão superados e são incompatíveis com os princípios gerais do socialismo, enquanto conduzem necessariamente às tiranias e contêm os germes de imperialismos, de ódios e de conflitos; b) nenhuma incerteza, nenhuma preocupação derivada de resíduos de ideologia burguesa, devem persistir na consciência socialista. O proletariado deve pelo contrário, valer-se de qualquer motivo de debilidade das classes capitalistas; c) toda a ação socialista deverá realizar-se EXCLUSIVAMENTE no terreno da luta de classes, com tática estrita e sinceramente revolucionária. O proletariado deve dizer abertamente que sabe por si mesmo travar a sua luta; que o que ele persegue, deve obtê-lo somente mediante as suas energias e os seus sacrifícios, sem se dobrar ou agrupar-se com qualquer fração burguesa (...); d) o partido deve recordar que: 'a violência é a parteira de toda velha sociedade

³⁵ *op. cit.*, pp. 424-425.

³⁶ citado por Spriano, *op. cit.*, p. 438. Para a história dos *fatti*, contada por Gramsci no período que estamos analisando, ver: *Carattere*, *op. cit.*; *Analogie e metafore*, GP, 15-9-1917; *La Giustizia*, GP, 23-10-1917; *I fatti di Torino*, A, 7-4-1918; *Elementi minimi di un processo. Una figura balzachiana*, A, 11-4-1918; *Lo Caporetto del fronte interno*, A, 27-8-1918; *Elogio di Ponzio Pilato*, GP, 29-9-1918; *Gompers e la 'manovra'*, A, 16-10-1918 e *Quatri cani*, A, 6-11-1920. Sobre toda essa *démarche* ver: Sergio Caprioglio na apresentação do texto *Lo Caporetto del fronte interno*, in *Les Temps Modernes*, a. 30, n° 343, fevereiro de 1975.

grávida de uma nova: é o instrumento com que se realiza o movimento histórico e se rompem as formas políticas enrijecidas e mortas".³⁷

E mais ainda, que o XV Congresso deve proclamar o direito do proletariado instaurar sua ditadura e fazer tudo para "impor a paz imediata e prosseguir a luta contra as instituições burguesas, não apenas no campo político mas também com a expropriação."³⁸

O velho líder Lazzari, centrista, responde no dia 24 – e é muito importante citar a data, porque coincide com o dia de maior amplitude da insurreição turinesa – dizendo:

"O PS tem uma tradição de melhoramento social e de bondade e não pode por a seu cargo a responsabilidade de aumentar os danos e as dores. Vós, como fração, podeis muito bem expressar esse dever moral, mas como partido, que tem a responsabilidade de conduzir incólume o nosso movimento através das dificuldades presentes não podeis deixar de levar isso em conta."³⁹

Continua a explicitar seus pontos de vista:

"Porém, em quarenta anos de ação de propaganda não faltei nunca aos deveres da doutrina internacionalista, a qual não tem necessidade de sacrificar o natural sentimento de preferência e de amor pelo país nativo, considerado não apenas pelas suas instituições políticas e econômicas, mas pelo fato da convivência nele de tantos trabalhadores iguais a nós no espírito, nas condições, nos costumes. Não podemos sem dano para o progresso do partido que amamos sobre todas as outras coisas por em contraste com semelhante sentimento natural cujo reconhecimento pode ser aproveitado pelos nossos inimigos, mas não por nós que sobre isso colocamos a necessidade e a possibilidade de agir pela emancipação do proletariado internacional."⁴⁰

O discurso de Lazzari não pode ser simplesmente chamado de oportunista. Não podemos desconhecer e/ou subestimar o grau da hegemonia burguesa sobre os socialistas tantas vezes, aqui mesmo demonstrado. O discur-

³⁷ PCIn, *op. cit.*, p. 316. Sobre a reunião de Florença ver Livorsi, *op. cit.*, pp. 55-59.

³⁸ PCIn, *op. cit.*, p. 317.

³⁹ Spriano, *op. cit.*, p. 348.

⁴⁰ *idem.*

so de Lazzari, vagamente humanitário, é claramente pelo... progresso e pelo melhoramento social. Movendo-se no quadro do discurso da burguesia ele permanecia imobilizado.

Lazzari, a 12 de setembro, envia uma circular aos representantes socialistas nas comunas colocando o problema do colaboracionismo e salientando que a demissão coletiva dos prefeitos e dos conselheiros municipais socialistas seria um importante passo no combate à guerra. Interceptada pela polícia a circular é divulgada pela imprensa e a 8 de outubro o governo baixa um decreto prevendo punições de ordem patrimonial e penal para os que se demitissem politicamente, além de terem que arcar com os custos dos processos instaurados pelo governo.

A derrota italiana em Caporetto, a 24 de outubro, traz como imediato reflexo a queda do gabinete Boselli (dia 25) e sua substituição cinco dias mais tarde por Orlando. Os mais violentos intervencionistas aproveitam a oportunidade para acusar Boselli, como já o tinham feito com Salandra, de debilidade em relação aos *disfattisti interni*, ou seja, os socialistas e os católicos, acusados de terem minado o moral do exército e do país com sua propaganda pela paz.⁴¹

9.8. Novamente em Turim

Afinal a 16 de setembro Turim é proclamada zona de guerra. Toda a administração provincial é substituída. Do lado socialista apenas a imprensa continua em funcionamento.

A próxima batalha que os socialistas turineses devem travar refere-se à *Alleanza Cooperativa Torinese (ACT)*. Formada pela *Associazione Generale degli Operai (AGO)* e pela *Cooperativa Ferrovieri (CF)*, a ACT sempre fora administrada pelos socialistas de modo eficiente não apenas economicamente, mas como demonstração das possibilidades do princípio cooperativo, do desenvolvimento socialista. Seu potencial pode ser medido por 3 cifras: no período 1915-1916 suas vendas somaram 15,5 milhões de liras, no biênio

⁴¹ Sobre a derrota de Caporetto e o derrotismo popular, cf. Livorsi, *op. cit.*, pp. 54-55.

seguinte ascenderam a 22 milhões (70% de crescimento). Neste último período seus lucros foram aproximadamente de 900 mil libras.

A ACT era um importante elemento na vida do PSI. O valor real de suas ações era de 700 libras. No entanto o PSI sempre conseguira que os operários-acionistas consentissem receber dividendos de 3% sobre 50 libras. O resto revertia para a própria ACT. Com a derrota de Turim e com a necessidade de eleger em setembro o novo conselho da ACT surge a oportunidade de um enfrentamento. Os reacionários, apoiados pela imprensa, liderados por Quirino Nofri, lançam através de um comitê de empregados ferroviários, sócios da CF⁴², uma lista de candidatos que tinha como programa a liquidação imediata daquela diferença no valor das ações. Apurados os votos apenas 100 (12,5%) dos 800 votos da CF votara pela lista “independente”. A ACT continua inalterada, o que representa importante vitória socialista logo após a derrota da insurreição turinesa. E em plena crise econômica.

9.9. A luta interna no PSI

A partir de setembro de 1917, Bordiga passa a dirigir o *L'Avanguardia*, órgão da juventude socialista. Enquanto isso, em Turim, com a prisão dos diversos líderes Gramsci assume não apenas o *Il Grido del Popolo*, como redator único, mas também a Secretaria da seção socialista. No *Il Grido del Popolo* Gramsci dirige intensa polêmica contra a *Critica Sociale* de Turati.

Ainda em setembro, de 22 a 24, realiza-se apesar da repressão policial o VI Congresso da FGSI. A juventude tem nesse momento 300 seções e 8 600 inscritos.

No interior do PSI a questão do colaboracionismo, acentuada pela questão da pátria invadida, reforça as divisões. Os colaboracionistas são capitaneados por Turati, Treves e Rigola. Este último escreve, a 1º de novembro, no jornal da CGL, um artigo sustentando que por mais que se combata a guerra “quando o inimigo pisa nosso solo, temos um só dever: o de resistir-lhe. E este dever, os socialistas contrários à guerra, devem senti-lo antes

⁴² A CF era proprietária de metade do patrimônio da ACT.

mesmo que todos os outros”.⁴³ Será republicado, com todo prazer, pelo *Il Popolo d'Italia*. Turati e Treves publicam na *Critica Sociale* um artigo intitulado “*Proletariato e resistenza*” onde defendem a tese de que “quando a pátria é oprimida, (...), mesmo a ira contra os homens e eventos que a reduziram a isso, parece passar ao segundo plano para deixar solta na alma apenas a dor atroz pelo dano e o luto e a firme vontade de combate, de resistir ao extremo.”⁴⁴ E mais: esta é uma tarefa principalmente para o proletariado pois

“com isso o socialismo não se esquecia, não se confundia, não mentia em uniões artificiais, não abjurava nada de si; reafirmava a si mesmo acima de tudo, não negando-se a si mesmo e salvando a Pátria.”⁴⁵

A Direção do PSI delibera manter sua posição e conclama todos os socialistas à disciplina partidária. Apesar disso o colaboracionismo continua firme, agindo através das comunas, da Liga das comunas e do GPS. Diante disso a direção do PSI (Lazzari e Bomacci) e a seção florentina (Gino Pesco) convocam uma reunião para aquela cidade. Reunidos a 18 de novembro a tarefa é a constituição de uma fração de esquerda a nível nacional que reivindique a herança da corrente “intransigente” vencedora do Congresso de Ancona (1914). Participam as federações provinciais de Nápolis, Turim, Milão, Florença e outras. Dado o caráter de pré-congresso, é distribuído aos participantes, para debate, o texto da moção da seção florentina. A moção começa por declarar ser o militarismo “um fenômeno do regime burguês”⁴⁶ e termina afirmando que o

“socialismo não se propõe a reforma dos ordenamentos sociais na órbita das constituições vigentes, mas a derrubada revolucionária do regime burguês e a socialização dos meios de produção e de troca.”⁴⁷

Aprovam uma moção anti-colaboracionista: “reafirmam as imutadas diretivas classistas internacionais de intransigente aversão à guerra, de

⁴³ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 160.

⁴⁴ *idem*, pp. 160-161.

⁴⁵ *idem*, p. 161.

⁴⁶ Spriano, *op. cit.*, p. 405.

⁴⁷ *idem*.

acordo com os princípios socialistas e os compromissos das reuniões internacionais de Zimmerwald e de Kienthal; e considerando que as atitudes políticas do partido socialista não podem fazer-se depender das alternadas mudanças das operações militares, deploram e condenam as manifestações dos companheiros e dos representantes do partido que dos recentes acontecimentos tiraram motivo para aderir à guerra, ou conceder trégua à classe burguesa, ou ainda a modificar a direção da ação proletária; consideram uma prova mais do que de manifesta incoerência, de grave indisciplina contra o pensamento e a vontade da maioria do partido”.⁴⁸

O GPS, rigidamente à direita e com grande autonomia em relação ao partido, segue sua tendência reformista *ad nauseam*. Logo após a derrota de Caporetto quando o estado italiano estava em crise o GPS vota na Câmara a seguinte moção:

“interpretando (...) o dever de solidariedade humana do Partido socialista em relação ao país que atravessa a adversidade e em relação a todas as vítimas dolorosas da guerra, afirma o propósito de intensificar e de estender a obra de assistência e de socorro (...) através de meios idôneos para *difundir na população a calma necessária a superar esta hora angustiosa*.”⁴⁹

No esclarecimento da real posição do Partido Lazzari envia circular, a 25 de novembro, à todas as CL e Federações de Ofício para saber se eram favoráveis ou contra a colaboração na defesa da pátria. Nova circular, a 30 de dezembro, aos *fiduciari* do partido noticiando os acontecimentos, tendo em vista que a censura impedia a circulação de notícias. Comenta as violências do governo contra o partido, os atos de violência de Milão e de Roma e os acontecimentos russos praticamente desconhecidos por causa da censura. A 12 de janeiro de 1918 nova circular de Lazzari desta vez destinada aos prefeitos socialistas da Lombardia solicitando que não participassem de uma manifestação patriótica. Essas 3 circulares e mais a de 12 de setembro serão a base do processo que o governo mover contra o PSI.

⁴⁸ citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 272.

⁴⁹ citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 48.

Embora o GPS aplaudisse o estado burguês, este reprimia toda e qualquer oposição. O *Avanti!* era, no dia 20 de janeiro, suprimido em 12 províncias. Sob a acusação de “derrotismo” o estado italiano encarcerava entre outros: Fernando Grandi, prefeito de Rovigo (10 meses de prisão), a secretária da CL de Barletta, o dirigente Franco Mariani. Todos os círculos socialistas são dissolvidos na Sicília. Bernardino Verra, dirigente socialista, é assassinado pelos latifundiários.

A 24 de janeiro, com base no DL 1561 de 4 de outubro de 1917, o decreto Sacchi contra os derrotistas, Lazzari e Bombacci – secretário e vice secretário do PSI – são presos. A 26 de fevereiro Lazzari é condenado a 2 anos e 11 meses de reclusão, 3 500 liras de multa e 400 liras de custas do processo. Bombacci o será a 2 anos e 4 meses de reclusão, 2 100 liras de multa e custas do processo.⁵⁰ Em maio é a vez de Giacinto Menotti Serrati. Também é preso Arturo Vella, vice-secretário do PSI.

Em 16 de junho de 1918, quando essas lideranças pagavam na cadeia o preço da oposição à guerra, Turati fala na Câmara: “Nós nos sentimos *todos* representantes em igual modo da nação em armas (...) e a nossa alma está prostrada na angústia, na esperança (...) Esta Câmara é a *única expressão viva e sincera do povo e do país*.”⁵¹

Dizíamos que o colaboracionismo continuava a sua ação. E assim era. Três dias antes do fim do processo Lazzari, Turati encerrava o seu discurso pelo fim da censura afirmando: “O deputado Orlando disse: ‘A pátria está no monte Grappa’. Em nome dos meus amigos repito: ‘A pátria está no monte Grappa’.”⁵² Em maio o governo cria uma série de comissões para o estudo do pós-guerra. Novamente o GPS e a CGL são favoráveis à participação enquanto a direção e os intransigentes são contra. O governo apesar disso nomeia vários socialistas.⁵³ Diante do impasse criado pela divisão interna e

⁵⁰ para uma informação mais detalhada cf. Malatesta, *op. cit.*, pp. 168-173.

⁵¹ Citado por Del Carria, *op. cit.*, p. 48.

⁵² Citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 179.

⁵³ Ei-los: Zanardi, Caldara, Treves, Turati, Argentina Altobelli, Baldini, Dugoni, Samoggia, Galli, Buozi, Reina, D'Aragoma, Rigola, Vergnani, Graziadei, Montemartini, Bonardi e Casalini.

pelo impedimento de realizar o congresso partidário, a Direção decide-se pela realização de um referendo. O governo acaba por permitir o Congresso e assim o referendo não se realiza.

O GPS insiste na participação e a Direção sustenta ser isto incompatível com as decisões do XIV Congresso. O Conselho diretor da CGL resolve participar gerando reações no interior da confederação. Submetidas a voto as posições chega-se ao seguinte resultado: moção *Federterra*, aceitação teórica e impossibilidade conjuntural, 61818 votos (46,2%), moção Bruno Buozzi, participação, 52720 (39,4%) e moção Monco, simples aprovação da linha de conduta do CD da CGL, 19310 votos (14,4%). Após esse resultado o CD se demite.

Turati terá aí uma atuação marcante. Na carta de 31 de junho ao *Avanti!* ele declara que não pretende renunciar à Comissão e afirma que é um erro e uma deserção a posição assumida pelos socialistas. Contrariamente a essa posição Altobelli, Casalini, Dugoni, Treves e os demais socialistas se demitem. Turati não para: a 16 de julho ele faz novo discurso patriótico suscitando maiores protestos dos socialistas. Novamente a Direção condena a ação dos reformistas e chama-os à disciplina.

No interior da CGL fala-se abertamente na constituição de um partido trabalhista mas no partido a maioria é contra os reformistas. A seção romana fala mesmo em expulsar Turati. Com a proximidade do Congresso os reformistas decidem-se pela inoportunidade da participação nas comissões.

De 10 de junho a 2 de agosto realiza-se em Turim, no Tribunal Militar, o julgamento dos *fatti d'agosto*. E nesse último dia Serrati é condenado a 3 anos e meio de detenção, Barberis a seis anos de reclusão militar, Rabbazzana a 4 anos de detenção, e Pianiezza, Zaverio e Maria Giudice a 3 anos e um mês de detenção cada.

O XV Congresso se realiza em Roma de 1 a 5 de setembro. As decisões se cristalizam nas moções Salvatori, Tiraboschi e Modigliani.

A moção Salvatori, extrema esquerda, obtém 13748 votos (72,32%) e propunha um aplauso à direção tanto na política internacional quanto na nacional ainda que, por amor a unidade partidária, ela tenha sido extremamente tolerante em relação a grupos, organizações e pessoas; aplaude a linha do *Avanti!* e condena o GPS que, apesar das deliberações de Roma, o grupo

“seja por manifestações de indivíduos, seja por deliberação de sua maioria, não correspondem às deliberações (...) e isso muito especialmente em relação ao último discurso de Turati e o subsequente voto de solidariedade do Grupo; convida o Grupo parlamentar a ater-se rigorosamente à vontade do Partido e as diretivas assinaladas pelos seus órgãos responsáveis”.⁵⁴

A moção Tiraboschi, que Malatesta caracteriza como de centro esquerda e PCIn como centrista, obtém 2655 votos (13,97%)⁵⁵ e

“delibera que os órgãos do Partido na realização dos respectivos mandatos devem manter-se rigidamente ligados à mais absoluta intransigência contra a guerra (...) e reprovando como incompatíveis com tais diretivas as manifestações e as atitudes ainda que incidentais ou acessórias, de órgãos ou de simples militantes, que pudessem aparecer, ou ser artificialmente interpretadas como atos de remissão ainda que momentânea, de adesão contingente, ou pior, de contribuição à política de guerra”.⁵⁶

Finalmente, a moção Modigliani, direita, consegue 2607 votos (13,71%) que após aplaudir os bons resultados do Partido “sente poder renunciar a relevar singularmente os erros de detalhe derivados da imensa dificuldade dos problemas sobre os quais se pronunciar, pela trágica incerteza da repercussão da obra de militantes ou de órgãos do Partido sobre acontecimentos, pela necessidade de fazer frente com pronta decisão à situações imprevistas e complicadas sem posse plena e segura de todos os dados de fato.”⁵⁷

No início de setembro, logo após o Congresso, a direção do PSI ratifica os princípios do Congresso de Florença (1908) e subscreve o famoso Pacto CGL-PSI.⁵⁸

⁵⁴ Citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 286 e por PCIn, *op. cit.*, pp. 109-110. Aliás em PCIn encontramos uma diferença: seriam 14 015 votos. Nesse caso ela teria recolhido 73,6% dos votos.

⁵⁵ Citado por Malatesta, *op. cit.*, p. 285. Em PCIn seriam 2 507 votos e a percentagem seria de 13,2%.

⁵⁶ *idem*, p. 285. Em PCIn os votos são 2 505 e a percentagem 13,2%.

⁵⁷ *idem*, p. 285. Em PCIn os votos são 2 505 e a percentagem 13,2%.

⁵⁸ Esse pacto ser tratado na 2ª parte deste estudo.

Bibliografia

I. Obras de Antonio GRAMSCI

1971. *Sotto la mole (1916-1920)*, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
1972. *L'Ordine Nuovo (1919-1920)*, 15ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1973a. *Scritti Politici*, editados e introduzidos por Paolo Spriano, 1ª ed., Editori Riuniti, Roma.
- 1973b. *Sul Fascismo*, editado e introduzido por Enzo Santarelli, Editori Riuniti, Roma.
- 1974a. *Socialismo e Fascismo (1921-1922)*, 16ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1974b. *Écrits politiques I (1914-1920)*, editados e introduzidos por Robert Paris, traduzidos por Marie G. Martin, Gilbert Moget, Armando Tassi e Robert Paris, Éditions Gallimard, Paris.
- 1974c. *La Questione Meridionale*, editados e introduzidos por Franco de Felice e Valentino Parlato, 3ª ed., Editori Riuniti, Roma.
- 1974d. *Per la verità*, editado e introduzido por Renzo Martinelli, Editori Riuniti, Roma.
- 1975a. *Quaderni del Carcere (edizione critica)*, editada por Valentino Gerratana, Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1975b. *Scritti giovanilli (1914-1918)*, 14ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1975c. *Écrits politiques II (1921-1922)*, editados e introduzidos por Robert PARIS, traduzidos por Marie-Gracieuse Martin-Guistucci, Gilbert Moget e Robert Paris, Éditions Gallimard, Paris.
- 1977a. *Dibattito sui consigli di fabbrica*, editado por Alfonso Leonetti, 1973, Giulio Savelli editore, Roma, traduzido para o espanhol por Francisco Fernández Buey, sob o título: *Debate sobre los consejos de fábrica*, Editorial Anagrama.
- 1977b. *Selections from Political Writings (1910-1920)*, editados e introduzidos por Quentin HOARE, traduzidos por John Mathews, Lawrence and Wishart, London.
- Em anexo o artigo de Angelo TASCA: "Political and Trade-Union Significance of the Factory Councils".

1978. *Selections from Political Writings (1921-1926)*, editados, introduzidos e traduzidos por Quentin HOARE, Lawrence and Wishart, London.
- 1980a. *Cronache Torinesi (1913-1917)*, organizada por Sergio CAPRIOGLIO, Giulio Einaudi Editore, Torino.
- 1980b. *Écrits politiques III (1923-1926)*, editados e introduzidos por Robert PARIS, traduzidos por Marie-Gracieuse Martin-Guistucci, Gilbert Moget e Robert Paris, Éditions Gallimard, Paris.
1982. *La Città futura (1917-1918)*, organizada por Sergio CAPRIOGLIO, Giulio Einaudi Editore, Torino.
1984. *Il Nostro Marx (1918-1919)*, organizada por Sergio CAPRIOGLIO, Giulio Einaudi Editore, Torino.
1987. *L'Ordine Nuovo (1919-1920)*, organizada por Valentino GERRATANA e Antonio A. SANTUCCI, Giulio Einaudi Editore, Torino.

2. Obras sobre GRAMSCI

AMATO, Carmelo d'

1978. "Il giovane Gramsci e Gentile", *Studi Storici*, a. 19, n° 2, aprile-giugno.

BADALONI, Nicola

1974. "Gramsci et le problème de la révolution", *Dialectiques*, n° 4-5, mars.

BADALONI, Nicola e Carlo MUSCETTA

1977. *Labriola, Croce, Gentile*, Gius Laterza & Figli, Bari.

BERGAMI, Giancarlo

1977. *Il Giovane Gramsci e il marxismo 1911-1918*, Feltrinelli Economica, Milano.

BOGGS, Carl

1976. *Gramsci's Marxism*, 2ª. reimpressão, Pluto Press, London.

BROCOLLI, Angelo

1977. *Antonio Gramsci e l'educazione come egemonia*, "La Nuova Italia" Editrice, Firenze, traduzido para o espanhol por Fernando Mateo sob o título: *Antonio Gramsci y la educación como hegemonía*, Editorial Imagem, Mexico.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine

1974. "Gramsci et l'état", *Dialectiques*, n° 4-5, mars.

1975. Gramsci et l'État, Librairie Arthème Fayard, Paris.

BUEY, Francisco Fernandez (ed.)

1977. *Actualidad del pensamiento político de Gramsci*, Editorial Grijalbo, Barcelona.

Ver: Manuel SACRISTÁN, "La formación del marxismo de Gramsci", *também in Realidad*, n° 14.

CAMMETT, John M.

1976. *Antonio Gramsci and the Origins of Italian Communism*, Stanford University Press, Stanford.

CAPRIOGLIO, Sergio

1975. "Présentation d'un inédit de Gramsci", *Les Temps Modernes*, a. 30, n° 343, février.

CARACCIOLO, Alberto e Gianni SCALIA

1976. *La città futura*, 2ª ed. reduzida, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

Ver: Carlo CICERCHIA, "Rapporto col leninismo e il problema della rivoluzione"; Giuseppe TAMBURRANO, "Fasi del sviluppo del pensiero politico di Gramsci"; e Mario TRONTI, "Tra materialismo dialettico e filosofia della prassi. Gramsci e Labriola".

CLARK, Martin Nile .

1977. *Antonio Gramsci and the Revolution that Failed*, Yale University Press, New Haven and London.

COHEN, Federico et alii

1977. *Egemonia e Democrazia. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di Mondoperaio*, Mondoperaio, Edizione Avanti.

DE FELICE, Franco

1971. *Serrati, Bordiga, Gramsci e il problema della rivoluzione in Italia 1919-1920*, De Donato editore, Bari.

DIAS, Edmundo Fernandes

1979. "Do biênio vermelho a Livorno: L'Ordine Nuovo", *Cadernos SEAF*, a. 1, n° 2, fevereiro.

1981. "Cultura, política e cidadania na produção gramsciana de 1914 a 1918", *Cadernos do CEDES*, n° 3.

FERRI, Franco (ed.)

1969. *Studi Gramsciani*, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma.

Ver: Alberto CARACCILO, "A propósito de Gramsci, la Russia e il movimento bolscevico"; Umberto CERRONI, "Gramsci e il superamento della separazione tra società e Stato"; Roberto CESSI, "Problemi della storia d' Italia nell'opera di Gramsci"; Eugenio GARIN, "Antonio Gramsci nella cultura italiana"; Giuseppe TAMBURRANO, "Gramsci e l'egemonia del proletariato"; e as intervenções de: Roberto BATTAGLIA, Alberto CARACCILO, Eugenio GARIN, Livio MAITAN e Paolo SPRIANO.

FERRI, Franco (ed.)

1978. *Politica e Storia in Gramsci*, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma.

Ver: Remo BODEI, "Gramsci: volontà, egemonia, razionalizzazione".

FIORI, Giuseppe

1973. *Vita di Antonio Gramsci*, 4ª ed., Gius Laterza & Figli, Bari.

GRISONI, Dominique e Robert MAGGIORE

1973. *Lire Gramsci*, Éditions Universitaires, Paris.

GUIDUCCI, Giuliano

1976. "Gramsci e la via consigliare al Socialismo", *Mondoperaio*, nº 11, in Cohen, 1977.

JACOBITTI, Edmund E.

1980. "Hegemony before Gramsci: the case of Benedetto Croce", *The Journal of Modern History*, a. 52, nº 1, march.

LAJOLO, Laurana

1982. *Gramsci un uomo sconfitto*, 1980, Rizzoli Editore, Milano, traduzido para o português por Carlos Nelson Coutinho sob o título *Antonio Gramsci, Uma vida*, Editora Brasiliense, S. Paulo.

LOMBARDI, Franco

1971. *Idee pedagogiche di Antonio Gramsci*, 1969, La Scuola Editrice, Brescia, traduzido para o francês por Jules Gritti sob o título: *La pédagogie marxiste d'Antonio Gramsci*, com uma apresentação de Jean-Baptiste Fages, Editions Eduard Privat, Toulouse.

LUMLEY, Bob

s/d. "Gramsci's Writings on the State and Hegemony: 1916-1935. A critical Analysis", *Stencilled Occasional Papers SP 51*, Center for Contemporary Cultural Studies.

LEONETTI, Alfonso

1974. *Notte su Gramsci*, 1970, Argalia Editore, Urbino, traduzido para o francês por Robert Maggiori, com apresentação de Pierre Broué, sob o título: *Notes sur Gramsci*, EDI, Paris.

MACCIOCCHI, Maria-Antonieta

1974. *Pour Gramsci*, Éditions du Seuil, Paris.

MANACORDA, Mario Alighieri

1976. *Il principio educativo in Gramsci*, Armando Armando editore, Roma.

PAGGI, Leonardo

1979. *Gramsci e il moderno principe. Nella crise del socialismo italiano*, Editori Riuniti, Roma.

PARIS, Robert

1965. "Antonio Gramsci", *Partisans*, 16, juin-aôut.

PICCONE, Paul

1976. "Gramsci's Marxism: Beyond Lenin and Togliatti", *Theory and Society*, n° 3.

PORTANTIERO, Juan Carlos

1977. "Los usos de Gramsci", *Cuadernos de Pasado y Presente*, n° 54, Buenos Aires.

PORTELLI, Hugues

1974. "Jacobinisme et antijacobinisme de Gramsci", *Dialectiques*, n° 4-5, mars.

1975. "Gramsci et les elections", *Les Temps Modernes*, a. 30, n° 343, février.

ROSSI, Pietro (ed.)

1975. *Gramsci e la cultura contemporanea*, 1ª reimpressão, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma.

Ver: Marco Antonio AIMO, "Stato e rivoluzione negli scritti sulla questione meridionale"; Martin Nile CLARCK, "Il concetto gramsciano di rivoluzione (1919-1920)"; Giorgio GALLI, "Gramsci e le teorie dell'élites"; Augusto GUERRA, "Storicismo ed etica libertaria nel giovane Gramsci"; Giorgio MACCIOTA, "Rivoluzione e classe operaia negli scritti sull' Ordine Nuovo"; Ernesto RAGGIONIERI, "Gramsci e il dibattito teorico nel movimento operaio internazionale"; Predrag VRANICKI, "Gramsci e il senso del socialismo", e as intervenções de Eugenio GARIN, Georges HAUPT, Salvatore Francesco ROMANO e Paolo SPRIANO.

SALVADORI, Massimo L.

- 1970a. *Gramsci e il problema storico della democrazia*, Giulio Einaudi Editore, Torino, 2a. ed. ampliata, 1977.
- 1970b. "Origini e crisi del sovietismo", Il Manifesto, n° 1, gennaio, traduzido para o espanhol por Roberto Ruschella sob o título: "Orígenes e crisis del sovietismo", Cuadernos de Pasado y Presente, n° 33, agosto de 1972.
1974. "Actualité de Gramsci", *Dialectiques*, n° 4-5, mars.

SOFRI, Adriano

1975. "Gramsci, Bordiga et les conseils turinois (1919-1920)", *Les Temps Modernes*, a. 30, n° 343, février.

SUPPA, Silvio

1976. *Il Primo Gramsci. Gli scritti politici giovanili (1914-1918)*, Editore Jovene, Milano.

TELÒ, Mario

1976. "Strategia consiliare e sviluppo capitalistico in Gramsci", *Problemi del socialismo*, 4ª série, a. XVII, n° 2, aprile-giugno.

WILLIAMS, Gwin A.

1975. *Proletarian Order. Antonio Gramsci, Factory Councils and the Origins of the Communism in Italy 1911-1921*, Pluto Press, London.

3. Obras sobre a cultura italiana

ABBATE, Michele

1976. *La filosofia di Benedetto Croce e la crisi della società italiana*, Giulio Einaudi editore, Torino.

CROCE, Benedetto

1907. "Il pensiero di Giorgio Sorel", *La Critica*, a. V, n° 4, 20 luglio. Republicado como introdução à obra de Georges SOREL, *Considerazione sulla violenza*, Gius Laterza & Figli, Bari, 1926.
1978. *Materialismo Storico ed Economia Marxista*, 3ª ed. economica, Gius Laterza & Figli, Bari.

GARIN, Eugenio

1974. *Intellettuuali Italiani del XX Secolo*, Editori Riuniti, Roma.
1976. *La Cultura Italiana tra '800 e '900*, Gius Laterza & Figli, Bari.

1978. *Storia della Filosofia Italiana*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

1979. "Antonio Labriola nella storia della cultura e del movimento operaio", *Critica Marxista*, a. 17, n° 2, marzo-aprile.

PICCONI, Paul

1977-78. "Labriola and the roots of eurocommunism", *Berkeley Journal of Sociology*, vol. XXII.

4. Obras sobre o Marxismo

ALTHUSSER, Louis

1967. *Pour Marx*, François Maspero, Paris.

1972. *Lénine et la philosophie suivie de Marx & Lenin devant Hegel*, François Maspero, Paris.

COLETTI, Lucio

1975. *Ideologia e Società*, 4ª ed., Gius Laterza & Figli, Bari.

GUSTAFSON, Bo

1975. *Marxism och revisionism. Eduard Bernateins Kritik av marxismen och dess idehistoriska orutsalningar*, Upsala, Svenska Bokforlaget, traduzido para o alemão por Holger Haide sob o título: *Marxismus und Revisionismus*, Europaische Verlagsantalt, Frankfurt am Main e desta edição para o espanhol por Gustau Muñoz, sob o título: *Marxismo y Revisionismo. La critica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*, Editorial Grijalbo, Barcelona – Buenos Aires – México.

HOBSBAWN, Eric Joseph (ed.)

1978. *Storia del Marxismo I. Il Marxismo ai tempi di Marx*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

Ver: Gorge HAUPST: "Marx e il suo marxismo" e Eric J. HOBSBAWN: "La fortuna delle edizioni di Marx ed Engels".

1979. *Storia del Marxismo II. Il Marxismo nell'età della seconda internazionale*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

Ver: Franco ANDREUCCI: "La diffusione e la vulgarizzazione del marxismo"; Eric Joseph HOBSBAWN: "La cultura europea e il marxismo fra Otto e Novecento"; Valentino GERRATANA: "Antonio Labriola e l'introduzione del marxismo in Italia"; Gregorio DE PAOLA: "Georges Sorel, dalla metafisica al mito"; Marek WLDENBERG: "La strategia politica della socialdemocrazia tedesca" e Massimo L. SALVADORI: "Kautsky fra ortodossia e revisionismo".

LABRIOLA, Antonio

1977. *Saggi sul materialismo storico*, editados por Valentino Gerratana e Augusto Guerra, 3ª ed. revista e atualizada, Editori Riuniti, Roma.

LENIN – VLADIMIR ILITCH ULIANOV

1917. *El Estado y la Revolución, La teoría marxista del Estado y las tareas del proletariado en la revolución*, Obras completas, vol. 27, Akal Editor, Madrid, 1976.

1919. *Tesis e Informe sobre la democracia burguesa y la dictadura del proletariado*, Obras completas, vol. 30, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920a. *El "izquierdismo", enfermedad infantil del comunismo*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid.

1920b. *"Komunismus"*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920c. *Tesis sobre las tareas fundamentales del IIº Congreso de la Internacional Comunista*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920d. *Discurso sobre el papel del partido comunista*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

1920e. *Discurso sobre el parlamentarismo*, Obras completas, vol. 33, Akal Editor, Madrid, 1976.

5. Obras sobre a sociedade italiana e sobre a história europeia

ABRATE, Mario

1968. *La lotta sindacale nella industrializzazione in Italia. 1906-1926*, 1ª reimpressão, Lied L'Impresa Edizione. Torino.

AGOSTI, Aldo et alii

1970. *Il movimento sindacale in Italia. Rassegna di studi (1945-1969)*, Fondazione Luigi Einaudi, Torino.

Em especial: Anamaria ANDREASI, *"L'età giolittiana e il primo dopoguerra (1904-1926)"*.

ALATRI, Paolo

1957. *"Les origines du fascisme et la classe dirigeante italienne"*, *Recherches Internationales à la lumière du marxisme*, nº 1, mars-avril.

1971. *Le origini del Fascismo*, 5ª ed., Editori Riuniti, Roma.

ANCONA, Annibale

1914. *"La politica estera del popolo italiano"*, *Utopia*, II, nº 13-14, 15-31 dicembre.

ARFÉ, Gaetano

1965. *Storia del Socialismo Italiano (1892-1926)*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

BALDAZZI, Giovanni

1914. "Sindacalismo comunalista e sindacalismo rivoluzionario". *Utopia*, II, n° 9-10, 15-31 luglio.

BARATONO, Adelchi

1914. "La fine del blocco a Genova", *Utopia*, II, n° 9-10, 15-31 luglio.

BARBADORO, Idomeneo

1963. "Problemi e caratteristiche storiche del movimento sindacale italiano", *Rivista Storica del Socialismo*, a. VI, n° 19, agosto.

1973. *Storia del Sindacalismo Italiano. Dalla nascita al fascismo: La Federterra (1° vol)*, e *La CGL (2° vol)*, "La Nuova Italia" Editrice, Firenze.

BARBONI, T.

1914. "Attorno alla neutralità dell'Italia", *Utopia*, II, n° 11-12, 15 agosto-1 settembre.

BARNI, Giulio

1913. "Una campagna contro la massoneria", *Utopia*, I, n° 2, 10 dicembre.

BASSO, Lelio et alii

1976. *Fascismo e antifascismo (1918-1936). Lezioni e testimonianze*, 5° ed., Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

Ver: Lelio BASSO, "Le origini del fascismo" e Paolo ALATRI, "La crisi della classe dirigente e le lotte sociali del primo dopoguerra".

BOLOGNA, Sergio et alii

1972. *Operai e Stato*, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

Ver: Sergio BOLOGNA, "Composizione di classe e teoria del partito alle origini del movimento consiliare".

BERNSTEIN, Serge e Pierre MILZA

1973. *L' Italie Contemporaine. Des Nationalistes aux européens*, Librairie Armand Colin, Paris.

BOMBACCI, Nicola, Egidio GENARI, Luigi SALVADORI e Giacinto Menotti SERRATI

1919. "Il Programa Massimalista", *Comunismo*, a. I, n° 1, 1 ottobre.

BORDIGA, Amadeo

- 1919-1920. "Letters to the IIIrd International", in Gramsci 1977b.
1920. "Seize Power or Seize the Factory", in GRAMSCI, 1977b.
1921. (com Umberto TERRACINI) *RELAZIONE presentata dalla FRAZIONE COMUNISTA al Congresso di Livorno del PSI (15-21 gennaio 1921) sull'indirizzo politico del Partito*, Presso il C.E. del Partito Comunista d'Italia, Milano.
1973. "Una intervista ad Amadeo Bordiga", feita por Edek Oser, *Storia Contemporanea*, a. 14, n° 3, settembre.
1975. *Scritti scelti*, editado e introduzido ("Note sull pensiero politico di Amadeo Bordiga") por Franco Livorsi, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

BORGHI, Armando

- s/d. *Mussolini in camicia*, traduzido para o português sob o título *Eis Mussolini*, Editora Oceano, S. Paulo.
1954. *Mezzo secolo di anarchia (1898-1945)*, prefácio de Gaetano Salvemini, Edizione Scientifiche Italiane, Napoli.

BUONSERVIZI, Nicola

1914. "Le ragioni dell'intervento italiano nella guerra", *Utopia*, II, n° 13-14, 15-31 dicembre.

CANDELORO, Giorgio

1975. *Storia dell'Italia Moderna: La crisi di fine secolo e l'età giolittiana (vol. VII)*, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

CAROCCHI, Giampiero

1973. *Storia del Fascismo*, 1972, Editore Aldo Garzanti, Milano, traduzido para o inglês por Isabel Quigly sob o título: *Italian Fascism*, Penguin Books, Middlesex.

CATALANO, Franco

1962. *L'Italia della dittatura alla democrazia 1919-1948*, Lerici Editrice, Milano.

CHABOD, Federico

1963. *L'Italia Contemporanea (1918-1948)*, Giulio Einaudi Editore, Torino, traduzido para o português por Luíz Braz Teixeira, sob o título: *História do Fascismo Italiano*, Editora Arcádia, Lisboa.

CIMBALI, Eduardo

1914. "Sulla necessità della partecipazione dell'Italia alla conflagrazione universale", *Utopia*, II, n° 13-14, 15-31 dicembre.

CIPPOLA, Carlo M. (ed.)

1976. *Contemporary Economics*, William Collins Sons & Co., Glasgow.

CORTESI, Luigi

1973. *Le origini del Partito Comunista Italiano*, Gius Laterza & Figli, Bari.

DE AMBRIS, Alceste

1919. "I limiti dell'espropriazione necessaria", *Il Rinnovamento*, II, n° 5, maggio.

DE FALCO, Giuseppe

1913. "Il trionfo di un metodo", *Utopia*, I, n° 1, 22 novembre.

1913. "Fronza confederale e sintomi unitarii", *Utopia*, I, n° 2, 10 dicembre.

1914. "Devono i socialisti 'conquistare' i Comuni?", *Utopia*, II, n° 2, 30 gennaio.

1914. "Il Congresso di Ancona", *Utopia*, II, n° 5-6, 15-30 marzo.

1914. "I sofismi dell'opposizione", *Utopia*, II, n° 7-8, 15-31 maggio.

1914. "Viltà borghese e miopia socialista", *Utopia*, II, n° 13-14, 15-31

DE FELICE, Renzo

1971. *Sindacalismo rivoluzionario e fumanesimo nel carteggio De Ambris-D'Annunzio (1919-1922)*, Marcellana, Brescia.

DEL CARRIA, Renzo

1970. *Proletari senza rivoluzione. Storia delle Classi Subalterne dal 1860 al 1950*, 2° ed., Edizione Oriente, Milano.

DI MARTINO, Francesco et alii

1965. *Il movimento operaio e socialista. Bilancio Storiografico e Problemi Storici*, Edizioni del Gallo, Milano.

Ver: Gaetano ARFÈ, "La crisi del dopoguerra" e Leo VALIANI, "Il Partito socialista italiano dal 1900 al 1918".

DI STRASO, Arcangelo

1914. "Come siamo andati in Libia", *Utopia*, II, n° 7-8, 15-31 maggio.

DONATI, Lorenzo

1977. "La Guardia Regia", *Storia Contemporanea*, a. VIII, n° 3, settembre.

ERCOLE, Francesco

1936. *La rivoluzione fascista*, F. Ciuni Libraio Editore, Palermo.

FABRI, Luigi

1967. *Dittatura e rivoluzione*, 1921, Libreria Editrice Internazionale. Ancona, traduzido para o espanhol por D. A. de Santillón, sob o título: *Dictadura y revolución*, 3ª ed. Editorial Proyección, Buenos Aires.

FASCIO RIVOLUZIONARIO D'AZIONE INTERNAZIONALISTA

1914. "Ai lavoratori d'Italia", *La Folla*, a. III, n° 41, 11 ottobre.

FEDELI, Ugo

1957, *Corso di storia del Movimento Operaio*, Centro di Sociologia della Cooperazione, Ivrea.

FERRO, Marc et alii

1967. *La Révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, EDI Études et Documents Internationales, Paris.

Ver: Andreina DE CLEMENTE, "La Révolution d'Octobre et le Mouvement Ouvrier Italien".

GARAVINI, Sergio

1970. "L'Occupazione delle fabbriche e l'esperienze dei Consigli", *Problemi del Socialismo*, a. XII, n° 49, 1970, traduzido para o espanhol por Augusto Blanco sob o título: "La Ocupación de las fábricas y la experiencia de los consejos", *Cuadernos de Pasado y Presente*, n° 33, agosto de 1972.

GENCARELLI, Elvira

1973. "La storiografia italiana sul movimento operaio e socialista nel primo dopoguerra: Prospettive e Problemi", *Storia e Politica*, a. XII, n° 2, aprile-giugno.

GENTILE, Panfilo

1914. "Stato e sindacato", *Utopia*, II, 9-10, 15-31 luglio.

GIOLITTI, Giovanni

1922. *Memorie della mia vita*, Fratelli Treves, Milano.

GOZZINI, Giovanni

1980. "La Federazione Giovanili Socialista tra Bordiga e Mussolini (1912-1914)", *Storia Contemporanea*, a. XI, n° 1, febbraio.

GRIDO DELLA FOLLA

1904. "Lo sciopero generale. la lezioni dei Fatti", *Grido della Folla*, n° 27.

GRIFONE, Pietro

1971. *Il Capitale Finanziario in Italia. La politica economica del fascismo*, com introdução de Vittorio FOA, Giulio Einaudi Editore, Torino.

GRUPO EDITORE "L'ANTISTATO"

1953. *Un trentennio di attività anarchica (1914-1945)*, Edizioni "L'Antistato", Cessena.

GUERIN, Daniel

1965. *Fascisme et Grand Capital*, François Maspero, Paris.

1965a. *L'Anarchisme. De la doctrine à l'action*, Éditions Gallimard, Paris.

INTERNACIONAL COMUNISTA

1972. *Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste 1919-1923*, julho de 1934, reimpresso facsimiladamente por François Maspero, Paris.

JEMOLO, Arturo Claro

1978. *Chiesa e Stato in Italia. Dalla Unificazione ai giorni nostri*, 5ª. ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

LABRIOLA, Arturo

1924. *Le Due Politiche. Fascismo e riformismo (note)*, Alberto Morano Editore, Napoli.

LANZILLO, Agostino

1914. "La crisi dell'esercizio ferroviario", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.

1914. "Le conseguenze della Triplice Alleanza", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

LAZZERI, Gerolamo

1914. "Italiani e Slavi a Trieste", *Utopia*, II, 2, 30 gennaio.

1914. "Socialismo conservatore", *Utopia*, II, 13-14, 15-31 dicembre.

LAY, Adriana, Dora MARUCCI e Maria Luisa PESANTE

1973. "Classe operaia e scioperi: Ipotesi per il periodo 1880-1923", *Quaderni Storici*, a. VIII, n° 1, gennaio-aprile.

LÉMONON, Ernest

1938. *De Cavour à Mussolini. Histoire des partis politiques italiens*, Editions A. Pedone, Paris.

LEONETTI, Alfonso

1952. *Mouvements ouvriers et socialistes d'Italie (des origines à 1922)*, Les Éditions Ouvrières, Paris.

Edmundo Fernandes Dias

LEVI, Carlo

1981. *Cristo si è fermato a Eboli*, Arnaldo Mondadori editore, Milano.

LEVI, Nino

1914. "Esame di coscienza", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.

LIVORSI, Franco

1976. *Amadeo Bordiga. Il pensiero e l'azione politica 1912-1970*, Editori Riuniti, Roma.

LOMBARD, Paul

1926. *Ce qu'il faut connaitre du fascisme (origines et tendances)*, Boivin & Co. Editeurs, Paris.

LYTTELTON, Adrian (ed.)

1973. *Italian Fascism. From Pareto to Gentile*, Jonathan Cape, London.
Em especial: "Introduction".

MAGRI, Lucio

1970. "Una risposta a Ingrao", *Il Manifesto*, n° 1, gennaio 1970, traduzido para o espanhol por Roberto Raschella sob o título: "Parlamentos o consejos obreros", *Cuadernos de Pasado y Presente*, n° 33, agosto de 1972.

MAIONE, Giuseppe

1972. "Il biennio rosso: lo sciopero delle lancette (marzo-aprile 1920)", *Storia Contemporanea*, a. III, n° 2, giugno.

MALAGUGINE, Alcide

1961. "Le lotte sociali nella campagna lombarda", in Basso, 1976.

MALATESTA, Alberto

1926. *I socialisti italiani durante la guerra*, Casa Editrice A. Mondadori, Milano.

MANINI, Germano

1914. "I due late della guerra europea", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

MARIÁTEGUI, José Carlos

1972. *Cartas de Itália*, 2ª ed., Editora Amauta, Lima.

MINASI, Giampiero

1970. "L'attività illegale del PSI nel biennio 1919-20", *Storia Contemporanea*, a. IX, n° 14, marzo.

MISSIROLI, Mario

1914. *La Monarchia Socialista. Estrema Destra*, Gius Laterza & Figli, Bari.
1914a. "L'Italia e la Triplice", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

MONTAGNANA, Mario

1929. "Il partito socialista italiano nell'ultimo conflitto mondiale", *Lo Stato Operaio*, a. III, n° 5, giugno.

MORANDI, Rodolfo

1966. *Storia della grande industria in Italia*, 3ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

MUSSOLINI, Benito

1913. "Al largo!", *Utopia*, I, 1, 22 novembre.
1914a. "L'impresa disperata (a Prezzolini)", *Utopia*, II, 1, 15 gennaio.
1914b. "Un blocco rosso?", *Utopia*, II, 3-4, 15-28 febbraio.
1914c. "La democrazia di domani", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.
1914d. "Contro la massoneria (Discorso al Congresso di Ancona)", *Utopia*, II, 7-8, 15-31 maggio.
1914e. "La settimana rossa", *Utopia*, II, 9-10, 15-31 luglio.
1914f. "Dalla neutralità assoluta alla neutralità attiva ed operante", *Avanti!*, 18 ottobre.
1934. *Scritti e Discorsi di Benito Mussolini. Edizione Definitiva*, Vol. II, Ulrico Hoepli Editore, Milano.
1935. *Edition Définitive des Œuvres et discours de Benito Mussolini*, vol. I, Flammarion Editeur, Paris.

NATOLI, Claudio

- 1976a. "L'Internazionale Comunista, il fronte unico e la lotta contra il fascismo in Italia e Germania (parte prima)", *Storia Contemporanea*, a. VII, n° 1, marzo.
1976b. "L'Internazionale Comunista, il fronte unico e la lotta contra il fascismo in Italia e Germania (parte seconda)", *Storia Contemporanea*, a. VII, n° 2, giugno.
1982. *La Terza Internazionale e il Fascismo*, Editori Riuniti, Roma.

NENNI, Pietro

1960. *Pagine di diario*, Garzanti, 1947, Torino, e *Taccuino 1942*, Edizione "Avanti!", Milano, 1955, traduzidos para o francês por Jeanne Modigliani e reunidos sob o título: *Vingt ans de fascisme (de Rome à Vichy)*, François Maspero, Paris.

NEPPI MODONA, Guido

1973. *Sciopero, potere politico e magistratura 1870/1922*, prefácio de Alessandro Galante Garrone, Gius Laterza & Figli, Bari.

NOLTE, Ernst

1970. *Die Kriege des liberalen Systems und die faschistischen Bewegungen*, 1968, R. Piper & Co. Verlag, München, traduzido para o italiano por Ester Gamaleiri e Adriano Caiani sob o título: *La crisi dei regime liberali e i movimenti fascisti*, Società editrice Il Mulino, Bologna.

OLIVETTI, Angelo Olivieri

1914. *Cinque anni di sindacalismo e di lotta proletaria in Italia*, Società Editrice Partenopea, Napoli.

OLIVETTI, Gino

1977. "La opinión de los industriales sobre los consejos de fábrica", in Gramsci, 1977.

PANNUNZIO, Sergio

1914. "Il lato teorico e il lato pratico del socialismo", *Utopia*, II, 7-8, 15-31 maggio.
1914. "Il socialismo e la guerra", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

PARIS, Robert

- s/d. *Les Origines du fascisme*, 1968, Flammarion, Paris, traduzido para o português por Antonio Massano, Manuel J. Palmeirim e Isabel de Freitas Lopes sob o título: *As Origens do Fascismo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
1962. *Histoire du fascisme en Italie. I: des origines à la prise du pouvoir*, François Maspero, Paris.

PARPAGNOLI, G.

1914. "Lo scioero nei servizi pubblici e lo stato patrone", *Utopia*, II, 7-8, 15-31 maggio.

PARTITO NAZIONALE FASCISTA

1928. *Le Origini e lo sviluppo del fascismo*, Libreria del Litoruio, Roma.

PEPE, Adolfo

1976. *Movimento operaio e lotte sindacali (1880-1922)*, Loescher Editore, Torino.

PETRACCHI, Giorgio

1974. "L' Italia e la rivoluzione russa di marzo", *Storia Contemporanea*, a. V, n° 1, marzo.
1975. "L' intervento italiano in Russia (1917-1919)", *Storia Contemporanea*, a. VI, n° 3, settembre.

PISCHEL, Giuliano

1946. *Il problemi dei ceti medi*, Gentile Editore, Milano.

POULANTZAS, Nicos

1970. *Fascisme et dictature: la troisième internationale face au fascisme*, François Maspero, Paris.
1977. (ed.) *La crise de l'État*, 1976, Presses Universitaires de France, Paris, traduzido para o português por Maria Laura Viveiros de Castro, sob o título: *Estado em Crise*, Edições Graal, Rio de Janeiro.
- Ver: Catherine BUCI-GLUCKSMAN: "Sobre o conceito de crise do Estado e sua história".

PROCACCI, Giuliano

1970. *La lotta di classe in Italia agli inizi del secolo XX*, Editori Riuniti, Roma.
1978. *Histoire de l'Italie*, 1968, Librairie Arthème Fayard, Paris, traduzido para o inglês por Anthony Paul sob o título: *History of the Italian People*, Pelican Books, Middlesex.

RICOSSA, Sergio

1976. "Italy 1920-1970", in Cippola, 1976.

RIOSI, Alceo

1977. *Lezioni di Storia del Movimento Operaio. Corso per le "150 ore"*, 3ª ed., De Donato, Bari.
- Ver: Piero BEVILACQUA, "Operai e contadini nella strategia del Partito Socialista Italiano"; Camilo BREZZI, "Operai e contadini nel movimento cattolico"; Carlo SMURAGLIA, "Cenni storici sull'evoluzione del diritto di sciopero in Italia".
1979. "Il sindacalismo rivoluzionario in Italia dal 1907 alla 'settimana rossa'". *Movimento operaio e socialista*, a. II (nuova serie), n° 1, gennaio-marzo.

ROMEO, Rosario

1972. *Breve Storia della Grande Industria in Italia 1861-1961*, 4ª ed., Capelli editore, Bologna.

SALVATORELLI, Luigi

1977. *Nazionalfascismo*, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

SANTARELLI, Enzo

- 1973a. *Il Socialismo anarchico in Italia*, 11ª ed. revista e ampliada, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.
- 1973b. *Storia del Fascismo*, 2ª ed., Editori Riuniti, Roma.
1977. *La Revisione del Marxismo in Italia*, 12ª ed., ampliada, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

SECCHIA, Pietro

1960. *Capitalismo e classe operaia nel centro laniero d'Italia*, Editori Riuniti, Roma.

SERRATI, Giacinto Menotti

1919. "In vista del Congresso di Bologna", *Comunismo*, a. I, n° 1, 1 ottobre.

SILONE, Ignazio

1981. *Fontamara*, Arnaldo Mondadori editore, Milano.

SIRIANI, Carmem J.

1980. "Worker's Control in the Era of World War I: A Comparative Analysis of the European Experience", *Theory and Society*, v. 9, n° 1, January.

SLOBODSKOI, Salomon Markovitch

1957. "Naissance et développement du fascisme italien", *Recherches Internationales à la lumière du marxisme*, n° 1, mars-avril.

SOMBART, Werner

s/d. *Socialismo e Movimento Social*, traduzido para o espanhol por R. Cansinos Arenas, Prometeo Sociedad Editorial, Valencia.

SOREL, Georges

1973. *Democracia e revolução*, preparação e introdução de Anamaria Andreasi, Editori Riuniti, Roma.

SORRICCHIO, Tommaso

1914. "Il valore dell'azione socialista parlamentare", *Utopia*, II, 1, 15 gennaio.

1914. "La crisi del partito liberale", *Utopia*, II, 2, 30 gennaio.

1914. "Benefici attuali e fini ultimi del movimento socialista", *Utopia*, II, 5-6, 15-30 marzo.

SPRIANO, Paolo

1967. *Storia del Partito Comunista Italiano. Da Bordiga a Gramsci*. (1° vol.), 7ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

1968. *L'occupazione delle fabbriche. Settembre 1920*, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

1971. (ed.) "L'Ordine Nuovo" e i Consigli di Fabbrica, 2ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.

Ver: Pietro BORGHI, "Gli insegnamenti della lotta dei metallurgici", *L'ON*, II, 17, 9 ottobre 1920; Comitato di Studi dei Consigli di fabbrica torinesi, Gruppo Libertario Torinesi, L'Ordine Nuovo e Sezione Socialista di Torino (C. E.) "Il Congresso dei Consigli di fabbrica", *L'ON*, I, 42, 27 marzo 1920; Giovanni

- GIARDINA, "Recensione a Pastore: Il Problema delle Commissioni Interne", L'ON, I, 14, 16 agosto 1919; Arturo JACCHIA, "Vita Operaia", L'ON, I, 9, 12 settembre 1919; Enea MATTA, "I consigli di fabbrica all'opera", L'ON, I, 32, 3 gennaio 1920; Mario MONTAGNANA, "Il rovescio della medaglia", L'ON, I, 26, 15 novembre 1919; L'ORDINE NUOVO "Postilla a Andrea Viglono", L'ON, I, 16, 30 agosto 1919; Otavio PASTORE, "Il problema delle Commissioni interne", L'ON, I, 14, 16 agosto 1919; Karl RADEK, "L'idea del soviet", L'ON, I, 31, 27 dicembre 1919; John REED, "I commissari nella rivoluzione russa", L'ON, I, 23, 25 ottobre 1919; Cesaro SEASSARO, "Gli insegnamenti della lotta dei metallurgici", L'ON, II, 17, 9 ottobre 1920; Angelo TASCA "Gradualismo e rivoluzionarismo nei Consigli di fabbrica", L'ONuovo, I, 34, 17 gennaio 1920 e "Polemiche sul programma dell' 'Ordine Nuovo", L'ONuovo, II, 5, 6 e 8, 12 e 19 giugno e 3 luglio 1920.
1972. *Storia di Torino Operaia e Socialista. Da De Amicis a Gramsci*, 13ª ed., Giulio Einaudi Editore, Torino.
1977. *Gramsci e Gobetti. Introduzione alla vita e alle opere*, Giulio Einaudi Editore, Torino.

TANCREDO, Libero

1914. "La guerra aristocratica", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

TASCA, Angelo

1914. "I socialisti e la scuola", *Utopia*, II, 3-4, 15-28 febbraio.
1969. *Naissance du fascisme. L'Italie de l'armistice à la marche sur Rome*, 1967, Éditions Gallimard, Paris, traduzido para o espanhol por Antonio Aponti e Ignacio Romero de Solis sob o título: *El nacimiento del fascismo*, Ediciones Ariel, Barcelona.

TOGLIATTI, Palmiro

1966. *Il Partito Comunista Italiano*, traduzido para o português por Dalton Boechat sob o título: *O Caminho Italiano para o Socialismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
1974. *Opere (1917-1926)*, vol. I, Istituto Gramsci-Editori Riuniti, Roma.
1975. *Antonio Gramsci*, seleção e prefácio de Ernesto Regionieri, traduzido para o português por Maria do Carmo Abreu sob o título: *Antonio Gramsci*, Seara Nova, Lisboa.

TOMASETTA, Leonardo

1975. *Partecipazione e autogestione*, Il Saggiatore, Milano, traduzido para o espanhol por Marino Ayerra Radin, sob o título: *Participación y autogestión*, Amorrortu editores, Buenos Aires.

Edmundo Fernandes Dias

TRANFAGLIA, Nicola

1970. "Politica e Magistratura nell'Italia liberale", *Studi Storici*, a. XI, n° 3, luglio-settembre.

TRENTIN, Silvio

1928. *L'aventure italienne. Légendes et réalités*, Presses Universitaires de France, Paris.

TURATTI, Filippo

1921. *Trent'Anni di Critica Sociale*, Nicola Zanichelli Editore, Bologna.

UTOPIA. Rivista Quindicinale del Socialismo

s/d. Preparação e apresentação de Renzo De Felice, Feltrinelli Reprint, Milano.

VENTURA, Angelo

1978. "Anna Kulscioff, Filippo Turatti and the Italian Socialism during the postwar crisis (1919-1925)", *The Journal of Italian history*, v. 1, n° 1, spring.

VILLARI, Rosario

1977. "L'interdipendenza tra nord e sud", *Studi Storici*, a. 16, n° 2, aprile-giugno.

VVAA

1921. *Hacia una sociedad de productores*, Editorial Argonauta, Buenos Aires.

Ver: ARGON, "El comunismo anárquico y los planes soviéticos"; Nicola BOMBACCI, "Proyecto Bombacci para la constitución de los soviéticos"; Maurizio GARINO, "La concepción comunista anárquica de los consejos de fábrica", Enrico LEONE, "El sindicalismo y los planes soviéticos"; Unione Comunista Anarchica Italiana, "Resoluciones aprobadas por el Congreso" e Zino ZINI, "El gestor de la nueva organización social".

s/d. *A questão parlamentar e a Internacional Comunista*, Edições Antídoto, Lisboa.

Ver: Amadeo BORDIGA, "Discurso sobre a questão parlamentar" e "Resposta a Lenin"; Nicolai BUKHARIN, "Discurso sobre a questão parlamentar" e Grigori ZINOVIEV, "Circular do Comitê Executivo da Internacional Comunista".

ZILLOCHI, Carlo

1914. "La missione internazionale del socialismo italiano", *Utopia*, II, 11-12, 15 agosto-1 settembre.

ZINI, Zino

1973. *La tragedia del proletariato in Italia. Diario 1914-1926*, Prefácio de Giancarlo Bergami, Giangiacomo Feltrinelli editore, Milano.

NOTAS PARA O ESTUDO DA CONJUNTURA EM QUE SE MOVE O PENSAMENTO GRAMSCIANO: DO FIM DO SÉCULO À FUNDAÇÃO DO P.C.D'I

DO PÓS-GUERRA À FUNDAÇÃO DO PCD'I

SEGUNDA PARTE

SUMÁRIO

Capítulo I

O FIM DA GUERRA E OS PROBLEMAS DA PAZ

- 1.1. A passagem da economia de guerra para a de paz
- 1.2. A situação política nacional: as contradições do pós guerra

Capítulo 2

O BIENNIO ROSSO: OS ANOS DE FOGO E SANGUE

- 2.1. Começa o *biennio rosso*
- 2.2. Um novo personagem: o fascismo
- 2.3. Os capitalistas se organizem
- 2.4. Os enfrentamentos sindicais em 1919
- 2.5. *I moti per i caroviveri*
- 2.6. *La lotta contadina*
- 2.7. Novamente no plano nacional
- 2.8. *L'ammutinamento di Ancona*
- 2.9. As eleições

- 2.10. Nitti novamente no poder
- 2.11. Os primeiros problemas do ano 20: o caso Mazzonis
- 2.12. *...una parte degli operai voleva fare la rivoluzione...*
- 2.13. La classe operaia é isolata.
- 2.14. A ascensão do fascismo e a ação de Giolitti

Capítulo 3

A CISÃO NAS FORÇAS OPERÁRIAS: RUMO A LIVORNO

- 3.1. O maximalismo domina a cena
- 3.2. A nova *sinistra* do PSI
- 3.3. *Intermezzo*: os italianos no II Congresso da Internacional
- 3.4. Rumo a Livorno

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Textos Didáticos

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

morewa@unicamp.br

Tel.: (0XX 19)3788.1604 / 3788.1603

Telefax (0XX 19) 3788.1589

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not
wanted.